

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

As políticas públicas municipais para a educação de crianças  
de zero a três anos na cidade de São Carlos:

um estudo sobre o período de 1977 a 2006, a partir das falas de agentes do  
Estado

Gabriela Guarnieri de Campos Tebet

São Carlos  
2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

As políticas públicas municipais para a educação de crianças  
de zero a três anos na cidade de São Carlos:  
um estudo sobre o período de 1977 a 2006, a partir das falas de agentes do  
Estado

Gabriela Guarnieri de Campos Tebet

Texto elaborado como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Anete Abramowicz. Área de concentração: Metodologia do Ensino. Linha de pesquisa: Linguagem, Infância, Cultura e Educação.

São Carlos  
2007

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

T254pp

Tebet, Gabriela Guarnieri de Campos.

As políticas públicas municipais para a educação de crianças de zero a três anos na cidade de São Carlos : um estudo sobre o período de 1977 a 2006, a partir das falas de agentes do Estado / Gabriela Guarnieri de Campos Tebet. -- São Carlos : UFSCar, 2008.

203 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2007.

1. Políticas públicas. 2. Creches (0 - 6 anos). 3. Assistência social. 4. Educação infantil. I. Título.

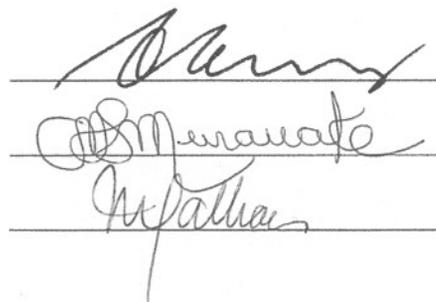
CDD: 370 (20<sup>a</sup>)

**BANCA EXAMINADORA**

Profª Drª Anete Abramowicz

Profª Drª Maria Aparecida Segatto Muranaka

Profª Drª Marina Silveira Palhares



Three handwritten signatures are written on three horizontal lines. The top signature is a cursive name, likely Anete Abramowicz. The middle signature is a cursive name, likely Maria Aparecida Segatto Muranaka. The bottom signature is a cursive name, likely Marina Silveira Palhares.

Dedico este trabalho às crianças São-carlenses, em especial ao meu filho, e a todas as mulheres que lutaram pelo direito dessas crianças à educação.

## AGRADECIMENTOS

Não posso deixar de registrar meus agradecimentos a algumas pessoas que muito me ajudaram durante o processo de elaboração deste trabalho.

À minha orientadora, Profa. Dra. Anete Abramowicz, por acreditar em mim, por sua amizade e por toda a orientação, paciência e apoio.

À Profa. Dra. Marina Palhares, que, além de ter participado dessa pesquisa na condição de entrevistada, e de ter composto a banca de defesa desta dissertação, muito contribuiu com suas sugestões durante o exame de qualificação.

À Profa. Dra. Maria Aparecida Segatto Muranaka, por ter aceitado compor a banca de defesa desta dissertação e pelas contribuições.

À Profa. Dra. Sandra Riscal, pelas contribuições durante o exame de qualificação.

Às professoras que me acompanharam no início do curso de mestrado ao longo da disciplina de Seminários de Dissertação em Metodologia de Ensino, Profa. Dra. Cláudia Raimundo Reyes e Profa. Dra. Maria Aparecida Mello.

Aos funcionários do PPGE, Rafael, Magda e José, pela atenção que me dedicaram ao longo de todo o curso.

Aos meus colegas de turma, em especial, a algumas pessoas que se tornaram muito mais que colegas, se tornaram verdadeiras amigas, me apoiando, incentivando e compartilhando comigo momentos importantes da vida: Tamy Aline Sato, Maria Vitória da Silva e Carolina Manzato.

À Prefeitura Municipal de São Carlos, por ter permitido a realização dessa pesquisa, me concedendo dois anos de licença da minha atividade docente e autorizando o meu acesso a diversos documentos.

À Secretária Municipal de Educação e Cultura, Profa. Géria Montanari, por ter autorizado pessoalmente a realização dessa pesquisa me possibilitando acesso à SMEC e pela sua contribuição ao aceitar compor o quadro de entrevistados.

À equipe da Divisão de Educação Infantil da SMEC, por ter me acolhido e me auxiliado, em vários momentos na busca por documentos e informações diversas: Ana Cristina Bragatto, Sandra Fagionato Ruffino, José Maria Loureiro Diniz e Maria de Lourdes Crempe – que, além de me auxiliar na busca por determinadas informações na SMEC, colaborou com a pesquisa compondo o quadro dos entrevistados.

A todas as pessoas que, sem estar mais vinculadas à SMEC, concordaram em participar dessa pesquisa, concedendo-me entrevistas, buscando informações adicionais, me indicando novas pessoas com quem eu poderia conversar, oferecendo cópia de documentos e fotos que encontravam-se em seu poder e me auxiliando de formas diversas: Neusa Massei Porto, Yvonne Garcia, Maria de Lourdes Micceli e Silva, Ângela Oioli, Valéria Trevisan, Elisabeth Lino, Nilson Passoni, Dulce Mazieiro, Marina Palhares, Jeny Fernandes e Neusa Buonadio.

À minha família, que ajudou a formar-me como sou, e que, com amor e carinho, sempre me auxiliou e me incentivou a prosseguir os estudos. À minha mãe, Rô, e ao meu pai, Beto, que fez às pressas um Abstract desse trabalho para mim. Às minhas avós, Célia e Lúcia, aos meus tios Ruy e Karina e à minha madrinha, tia Cida, por sempre acreditarem em mim.

À minha madrastra, Liana e ao meu ex-padrasto, José Carlos (Zé), pela forma como aprenderam a fazer parte da minha vida, pela amizade e pelo incentivo, sempre.

Aos meus irmãos, Nana e Murilo, por todas as experiências que vivi com eles na infância, e

aos meus outros irmãos, Victória, Luciano, Felipe e Gabriel.

Ao meu filho, Matheus, que além de ser minha inspiração para muitas coisas nesta vida e, principalmente, na minha profissão, foi quem mais me ajudou, compreendendo – muitas vezes a contragosto – que a mamãe precisava trabalhar e que nem sempre era possível ficar com ele à noite assistindo desenhos ou lendo-lhe histórias. Por todas as noites em que tive que ficar trabalhando no computador e que ele colaborou, por todos os finais de semana em que ele foi brincar com os amigos na pracinha do condomínio enquanto eu ficava no computador ou com algum livro, pelos finais de semana que ele ficou na casa do pai ou de amigos para que eu pudesse trabalhar e principalmente pelo carinho nos intervalos entre uma e outra leva de trabalho.

Ao Marcelo, meu ex-marido, que, apesar de tudo, me ajudou em diferentes momentos, quando eu escrevia o projeto para a seleção do mestrado e quando já era aluna do curso, tanto com o nosso filho, como com a correria para entregar documentos, textos e trabalhos dentro dos prazos.

À Profa. Dra. Alice Helena Campos Pierson, minha “prima-tia”, pelo apoio ao longo do processo, por me tranquilizar nos momentos de angústia, por toda a contribuição e presença em minha vida.

À minha amiga Heliana Castro Alves, pela amizade e cumplicidade ao longo do processo, pelas ajudas com tudo, desde questões sobre os nossos mestrados às diversas ajudas, tendo olhado o meu filho Matheus, em momentos de aperto. Por sua existência em minha vida.

A Sabrina de Abrão Magalhães, por sua amizade e disponibilidade e pelos diversos socorros que me prestou com digitação de textos já impressos, quando o computador quebrou e eu perdi diversos arquivos em vésperas de prazos de entregas, com transcrição de entrevistas e em diversos outros momentos, em que sua ajuda e amizade foram fundamentais.

A Luciana Carmona Garcia, pela amizade e pela revisão gramatical do texto.

Ao Roosevelt, por também ter feito um abstract para esse trabalho, por via das dúvidas...

À minha prima Júlia, pelo apoio e amizade, que só vêm aumentando desde sua vinda para São Carlos e por sua presença em minha vida.

À minha amiga e vizinha Ana Patricia Veloso dos Santos, pela amizade e estímulo, pelas diversas vezes em que permitiu que eu usasse seu computador e sua impressora até de madrugada, quando os meus se negaram a funcionar, e pelos diversos almoços e jantares que me ofereceu, quando imersa em tanto trabalho, já havia esquecido que precisava me alimentar!

Às minhas duas amigas Cristianes, pelo apoio, amizade e socorro, tendo, ambas, me ajudando muito com o Matheus em diversos momentos.

Às minhas colegas de trabalho da Prefeitura Municipal de São Carlos, Maria José, Thaís e Cynthia (colegas da CEMEI Maria Consuelo B. Tolentino, ao longo de 2004), pelo estímulo; às colegas da CEMEI José Marrara: Márcia e Aline, por muito me ajudarem quando se propunham a trocar de horário comigo sempre que eu tinha compromissos do mestrado. Ao Éder (em 2005), à Sonia e à Cida (em 2007), que, percebendo minha correria, guardaram almoço para mim em diversos dias; às professoras Lília e Conceição e à Diretora Elaine, pelo apoio e incentivo.

A Deus, por abençoar-me diariamente com saúde, força, determinação e sabedoria.

À CAPES, pelo apoio financeiro oferecido por meio da concessão de bolsa de estudos.

## **RESUMO**

Este trabalho discorre sobre as políticas públicas municipais para a educação de crianças de zero a três anos na cidade de São Carlos, configurando-se como um estudo sobre o período de 1977 a 2006, realizado a partir das falas de agentes do Estado. Apresenta um pouco da história da cidade, a influência do médico-higienismo na educação de crianças e caracteriza e discute o tipo de atendimento oferecido nas creches de São Carlos bem como as políticas públicas voltadas para o atendimento às crianças de zero a três anos em diversos momentos da história do município e levanta questões referentes à educação infantil que vem sendo discutidas nacionalmente, mas que nesse trabalho surgem a partir da análise da experiência local de atendimento à infância.

A análise proposta por este trabalho foi realizada a partir de uma organização da história das creches de São Carlos em três períodos: i) anterior à 1977, intitulado, neste trabalho como o “Período da Filantropia”, ii) entre os anos de 1977 e 1996, intitulado como o “Período da Assistência” e iii) de 1997 a 2006, intitulado como o “Período da Educação”.

**Palavras-chaves:** políticas públicas, creches, filantropia, assistência, educação infantil

## **ABSTRACT**

This work discourses on the municipal public politics for the education of children from zero to three years in the city of São Carlos, configuring itself as a study on the period of 1977 to 2006, carried out through the speeches of State agents.

It presents brief history of this town, the influence of the doctor-hygienism in the children's education and characterizes and discuss the type of attendance offered at the day-care centers in São Carlos as well as the public politics oriented to children from zero to three years old in distinct moments in the city's history and raises questions concerning to the children education that has been nationally discussed, but that in this work appear from the analysis of the local experience of infancy support.

The proposed analysis for this work was done based on the history of the day-care centers of São Carlos in three periods: i) previous to the 1977, intitled, in this work as the "Philantrophy's Period ", ii) between the years of 1977 and 1996, intitled as the "Assistance's Period" and iii) between the years of 1997 and 2006, intitled as the "Education's Period".

**Keywords:** public politics, day-care centers, philantrophy, assistance, child education

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	11
<b>Introdução</b> .....	15
Metodologia.....	19
Tabela 1 – Pessoas Entrevistadas.....	23
Tabela 2 – Pessoas Entrevistadas.....	25
<b>Capítulo 1 – Creches em São Carlos</b>	
1.1 – Um pouco da história da cidade .....	27
A influência do médico-higienismo na educação de crianças.....	32
1.2 – Creches antes de 1977: Filantropia e as primeiras instituições de atendimento às crianças .....	36
Tabela 3 – O atendimento à criança pequena em São Carlos antes de 1977.....	43
1.3 – Creches Municipais de 1977 a 1996: O período da Assistência .....	44
Movimentos Sociais, creches e a nova LDB .....	63
1.4 – Creches Municipais de 1997 a 2006: O período da Educação .....	71
Gráfico 1 – Formação das Educadoras de creches em São Carlos 2001 – 2005.....	89
<b>Considerações Finais</b> .....	130
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	138
<b>ANEXOS</b> .....	145

## Apresentação

Este trabalho surgiu de uma inquietação sobre os direitos das crianças que freqüentam creches. Como professora de Educação Infantil, vivi situações que me fizeram refletir sobre os direitos dessas crianças, quais leis regulavam o trabalho desenvolvido nas creches.

Buscando responder a questões dessa natureza, pude perceber que a creche está passando por um momento de transição, uma vez que foi concebida como assistência à família trabalhadora e pertencia à esfera de atendimento dos órgãos públicos ligados à Assistência Social. Recentemente, a creche passou a ser concebida pela legislação como a primeira etapa da educação básica e um direito de toda criança, e saiu da esfera da Assistência Social, sendo incorporada às ações públicas de responsabilidade dos órgãos ligados à Educação.

No entanto, o fato de as creches<sup>1</sup> terem sido incluídas na educação infantil, por si só, não implica que tenha havido mudanças significativas nas políticas públicas para a educação das crianças atendidas nas creches, ou ainda, no caráter do atendimento oferecido. Estamos vivendo um importante momento de definição de políticas públicas para a educação infantil de 0 a 3 anos, inclusive com o debate produzido em virtude da criação do FUNDEB<sup>2</sup>, sobre o financiamento das creches. As políticas específicas para a educação das crianças de 0 a 3 anos, atendidas nas creches, apontam para o que se espera da instituição – agora que ela faz parte da Educação Básica – e qual a importância que o Estado e a Sociedade atribuem a este nível da educação.

A história da educação infantil brasileira mostra-nos a importância dos movimentos populares, dos Fóruns, e demais formas de mobilização popular no processo de expansão do atendimento público em creches e pré-escolas, bem como no processo de conquista de direitos educacionais, configurados no estabelecimento do dever do Estado em garantir atendimento gratuito em creches e pré-escolas, para crianças de zero a seis anos de idade.

Porém, a análise das políticas produzidas em âmbito federal, não nos permite um panorama definitivo da situação das creches brasileiras. A discussão sobre políticas de educação infantil no Brasil deve ser feita segundo os âmbitos nacional, estadual e municipal, uma vez que “em cada um desses o setor público tem papéis a desempenhar para que o direito

---

1 Destaco que as creches municipais de São Carlos recentemente tiveram sua nomenclatura modificada, passando a se denominar CEMEIs – Centros Municipais de Educação Infantil – 0 a 3 anos. No entanto, mantive, ao longo deste trabalho, a nomenclatura creche, para me referir a estas instituições.

2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

da criança de 0 a 6 anos à educação se torne realidade” (Didonet, 2000, p.13).

A escolha do município deveu-se à minha inserção no quadro docente da educação infantil municipal, e a opção de privilegiar a análise das políticas municipais foi conseqüência de uma compreensão de que são as prefeituras as principais responsáveis pelo oferecimento da educação infantil, além de um desejo de compreender as mudanças trazidas pela inclusão das creches no sistema educacional (estabelecida pela Lei n. 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96). No momento em que iniciei essa pesquisa, as creches municipais de São Carlos já estavam sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação (SMEC). A creche onde eu trabalhava possuía apenas professoras com a formação mínima exigida pela LDB, mas essa não era a realidade na maioria das outras creches<sup>3</sup>. Diversas outras questões foram chamando minha atenção, pois havia muitas coisas que ainda não estavam bem definidas no trabalho que se esperava das creches. Éramos professoras, com formação, mas não tínhamos tempo para planejamento e preparo de atividades; deveríamos desenvolver um trabalho educativo, mas quase toda a carga horária das professoras que trabalhavam no período da tarde era empregada dando banhos e jantar para as crianças. Quando todos os professores da rede pública tinham recesso em julho, as funcionárias das creches não o tinham.

Tudo isso me fez querer compreender melhor como as políticas públicas para as creches foram construídas, qual a história dessa instituição, que hoje se caracteriza como uma instituição educacional, responsável por cuidar e educar crianças de 0 a 3 anos. Por que ser professora de creche significava não ter os mesmos direitos dos demais professores da rede pública municipal de ensino? O que significava, de fato, dizer que as creches agora eram educacionais e não mais assistenciais? Foram essas e outras questões que me levaram a optar pelas políticas públicas voltadas para a creche, como objeto de estudo, e priorizar uma análise das políticas municipais de São Carlos.

O objetivo deste estudo foi compor, a partir das falas de agentes do Estado<sup>4</sup>, como vêm

---

3 Na ocasião, trabalhavam com crianças de 0 a 3 anos, no CEMEI onde eu atuava, 8 professoras, 4 formadas no Ensino Médio, modalidade Normal e 4 formadas em cursos de licenciatura, além de 4 professoras que atuavam com crianças de 4 anos. No entanto, conforme é possível observar no gráfico 1, durante o ano de 2004 ainda existiam, entre as educadoras de creches do município, quase 40% sem a formação estabelecida pela LDB.

4 O Estado é entendido aqui como o Poder Público e não como o governo Estadual. É um conjunto de instituições criadas e fortalecidas para garantir a manutenção da vida e da propriedade privada, segundo Arendt, mas pode ser conceituado também, tal como propõe Höfling (2001), como “o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras, que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo”, assim podemos adotar que fazem parte dessas instituições que compõem o Estado todas as Secretarias Municipais, Departamentos e Divisões que compuserem a sua estrutura administrativa e que todas as pessoas que trabalham nesses órgãos públicos são

se construindo as políticas públicas para a educação infantil de 0 a 3 anos na cidade de São Carlos – identificando, para isso, as ações da prefeitura municipal desta cidade, a partir de 1977.

Para isto, buscamos analisar as ações da prefeitura que envolvem suas diversas secretarias e que têm, como principais focos de análise, as ações voltadas para as seguintes questões:

- Busca de atendimento à demanda
- Condições de trabalho/Formação das profissionais das creches
- Recursos financeiros e materiais destinados às creches
- Pressões Sociais/demanda por creches

Dessa forma, organizamos esta dissertação da seguinte forma:

Na introdução, apresento o atendimento a crianças em creches, como parte das políticas públicas sociais implementadas pelo Estado, e apresento as concepções de Política Pública e de Estado adotados neste trabalho. É também na introdução que organizo os períodos estudados, explicitando os marcos históricos que os delimitam. Em seguida, exponho a metodologia adotada ao longo da pesquisa e duas tabelas que identificam quem foram as pessoas entrevistadas.

No Capítulo 1, o leitor encontrará um pouco da história da cidade de São Carlos e da influência do médico-higienismo na educação das crianças, bem como a apresentação e a análise dos dados referentes às primeiras instituições locais de atendimento à criança pequena do município, mantidas pela Filantropia no período anterior a 1977, dos dados referentes ao período de 1977 a 1996, intitulado nessa pesquisa como “O período da Assistência”; e dos dados referentes ao período posterior a 1997, intitulado como “O período da Educação”. Também será possível encontrar nesse capítulo uma modesta explanação sobre Movimentos Sociais, creches e a nova LDB, em que apontamos para a influência dos movimentos sociais nacionais no processo de elaboração de políticas públicas para as creches e suas conquistas, consolidadas na Lei de Diretrizes e Bases – aprovada em 1996.

O segundo capítulo apresenta as considerações finais dessa pesquisa e, após a apresentação das referências bibliográficas utilizadas, estão agrupados sob o título de

---

“Agentes do Estado”. São pessoas que implementam um projeto de governo, por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade. São agentes do Estado na medida em que são responsáveis por colocar o “Estado em ação” (Gobert, Muller, 1987, citado por Höfling, 2001, p.31).

“Anexos” alguns documentos e organogramas, que podem auxiliar na compreensão de determinadas questões levantadas ao longo do texto.

## INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, hoje, constitui-se um importante campo de atuação e de produção de conhecimentos dos cursos de pedagogia. Diversos trabalhos têm sido realizados sobre essa temática<sup>5</sup>. Alguns desses trabalhos debruçam-se sobre o tema criança e seu desenvolvimento, outros sobre a brincadeira e outras atividades concebidas próprias da infância. Há ainda trabalhos sobre a sociologia e a história das crianças, da infância e da educação infantil. Essa pesquisa buscou compreender as políticas públicas para o atendimento às crianças de zero a três anos na cidade de São Carlos, a partir de documentos e, principalmente, dos relatos de pessoas que, durante algum tempo, ocuparam na prefeitura municipal algum cargo, no exercício do qual foram responsáveis pelas creches municipais de São Carlos.

Consideramos que a educação das crianças em creches – entendida mais recentemente como primeira etapa da educação infantil ou, ainda, quando se configurava como programa de assistência à população financeiramente desprivilegiada – faz parte das políticas públicas sociais que são de responsabilidade do Estado, mas a elaboração de tais políticas não cabe apenas aos órgãos e instituições estatais, como indica Höfling (2001). Elas são resultado de um processo que envolve tanto o Estado quanto a sociedade em geral. Rosemberg (2001) afirma que

a literatura crítica contemporânea, apesar de apontar a ausência de definições *sticto sensu* de política social, tende a caracterizá-la como a intervenção do poder público no sentido de ordenamento hierárquico de opções entre necessidades e interesses explicitados pelos diferentes segmentos que compõem a sociedade (p.21).

A autora destaca ainda que, de acordo com Oszlak e O'Donnell (1976), as políticas sociais implementadas por um governo se referem a

(...) um conjunto de ações e omissões que manifestam uma determinada modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que concita a atenção, o interesse, a mobilização de outros atores na sociedade civil” (citados por Rosemberg, 2001, p.21).

---

5 Para maior conhecimento dos trabalhos produzidos sobre a temática, veja Rocha (1999)



Segundo Höfling (2001),

O processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesse, os arranjos feitos na esfera de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo (p. 38).

Para a realização dessa pesquisa, a leitura de alguns autores nos ajudaram bastante, sobretudo no que diz respeito à definição do que estávamos buscando (a elaboração das questões que seriam feitas aos entrevistados) e, posteriormente, à análise dos dados obtidos. Os autores que, de alguma forma, nos ajudaram a organizar e analisar as informações obtidas ao longo dessa pesquisa foram: Hannah Arendt (1972, 1998 e 2000), Vitor Nunes Leal (1975), Paul Veyne (1998), Jussara Höfling (2001), Jurandir Freire Costa (1983), Jaques Donzelot (2001), Moisés Kuhlmann Jr. (1991, 1998, 1999), Kuhlmann Jr e Rocha (2006) e Fulvia Rosemberg (1999, 2001, 2002a e 2002b), entre outros. No entanto, não me atrevera a afirmar que esse conjunto de pensadores pudesse ser agrupado sob o título de “referencial teórico”. Penso que sejam muito mais autores que me ajudaram a construir determinados conceitos e a pensar determinadas questões relativas à construção das políticas públicas para a educação de crianças de 0 a 3 anos em São Carlos.

Os relatos de pessoas responsáveis pelas creches municipais de São Carlos foram coletados por meio de entrevistas, a partir de um roteiro semi-estruturado, e a análise dessas entrevistas buscou identificar as concepções a partir das quais as práticas dos entrevistados se construíram. Considerando que as entrevistas são o relato de práticas datadas, a análise se configurou como um exercício de compreender tais práticas, a partir das concepções de seus agentes e também no contexto de suas práticas vizinhas, considerando também que “a cada momento, as práticas da humanidade são o que o todo da história as faz ser” (Veyne, 1998, p.273).

Para compreendermos as concepções sobre as quais se apoiaram práticas específicas

relativas ao atendimento das crianças de zero a três anos em creches na cidade de São Carlos, julgamos importante expor, a todo tempo, questões relativas à história do Brasil ou à história do município, de forma que o leitor pudesse compreender um pouco das disputas e práticas comuns no município, ou ainda que pudesse compreender como o atendimento a essas crianças vinha sendo tratado no resto do país.

Identificamos, ao longo dessa pesquisa, três momentos distintos na história das creches municipais de São Carlos, que denominamos como “Período da Filantropia”, “Período da Assistência” e “Período da Educação” e, antes de nos debruçarmos sobre cada um deles, faz-se importante esclarecer para o leitor o que estamos entendendo por **Filantropia**, por **Assistência** e por **Educação**; e por que diferenciamos os três períodos em questão, uma vez que o leitor atento poderia afirmar que essa distinção não existe – que as creches filantrópicas existem ainda hoje; que, na verdade, a assistência marca toda a história das creches de São Carlos, incluindo o momento atual; ou ainda, que as creches, em qualquer período de sua história, sempre tiveram bem definidos seus projetos educacionais, o que as define como instituições de caráter educacional.

Kuhlmann Jr. (1998), discute sobre a filantropia e a assistência e afirma que

A palavra caridade relaciona-se a um período anterior [ao século XX] e assumiu significados diferentes ao longo da história, referindo-se à religião, ao Estado, ou a um sentimento de ordem individual em relação à pobreza. O mesmo ocorreu com a palavra *filantropia*, que pode se referir à secularização, à *iniciativa não governamental*, ou à organização racional da assistência. Ao serem adotadas como categorias que pretendam explicar as transformações e confrontos ocorridos nas políticas assistenciais durante o século XIX, esses conceitos perdem sua historicidade. A história da assistência representa justamente o embate das questões envolvendo a sua função, as prioridades e modalidades de atendimento, o papel do Estado e das organizações da sociedade civil, os requisitos e os procedimentos a adotar para a prestação do serviço. (p.60, grifos meus)

Sobre a assistência, o autor destaca esse modelo de atendimento à criança como um modelo educacional específico voltado para o atendimento das classes populares e indica que:

Essas instituições, concedidas às demandas sociais, tornaram-se portadoras de signos de preconceito – aos mais necessitados, aos incapazes – e de objetivos educacionais (...) que almejavam disciplinar e apaziguar as relações sociais (ibidem, p.181)

Apesar de Kuhlmann Jr. definir a filantropia, entre outras coisas, como a organização

racional da assistência – de forma que poderíamos entender assistência e filantropia como sinônimas –, destacamos que a distinção feita neste trabalho para se referir aos momentos diferentes da história das creches de São Carlos não implica nenhum confronto com o conceito de assistência desenvolvido por Kuhlmann Jr.

A opção pela adoção dessas palavras para designar dois dos períodos estudados, justifica-se, em primeiro lugar, por não pretendermos explicar as transformações e confrontos ocorridos nas políticas assistenciais durante o século XIX. Em segundo lugar, por se tratar apenas de um recurso metodológico para diferenciar dois momentos da história *das creches de São Carlos*, ambos situados no século XX. O primeiro momento, que vai até o ano de 1977, foi marcado por uma *assistência à infância* oferecida principalmente por *instituições filantrópicas*<sup>6</sup>. Esse período diferencia-se do período que o sucede, no que interessa a essa pesquisa, já que este segundo período é composto por diversas *ações da prefeitura municipal*, no sentido de oferecer à população alguma *assistência*, inclusive com a criação de creches mantidas pelo governo local.

Antes da gestão municipal que se iniciou em 1977, o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Carlos encontrava-se desativado, e só havia um Consórcio Intermunicipal de Assistência, ligado ao governo Estadual. Antes dessa data, portanto, não havia ações sistematizadas da Prefeitura voltadas ao oferecimento de assistência à pobreza. Esta assistência era oferecida basicamente por instituições filantrópicas e, em alguma medida, pelo governo estadual, como veremos.

Com a reativação do Departamento de Assistência Social (DAS) da prefeitura, o poder público local começou a investir (ainda que pouco, inicialmente) na oferta de creches. Até 1996, esta oferta se deu por *órgãos da prefeitura ligados à Assistência*, e a partir de 1997, se iniciou um amplo debate nacional sobre a passagem das creches para a responsabilidade dos *setores públicos ligados à Educação*, conforme estabelecido pela LDB<sup>7</sup> – o que se concretizou em São Carlos no ano de 1999. Daí, nossa opção em caracterizar os períodos estudados como marcados pela oferta de creches pela filantropia, pela assistência e pela educação.

É importante frisar que não foram as diferenças existentes em cada período no que se refere ao atendimento às crianças de São Carlos que justificaram a delimitação dos períodos estudados. Essas diferenças - e mesmo as semelhanças - foram se evidenciando ao longo do trabalho e o tipo de atendimento oferecido pela filantropia, pela assistência e pela educação será apresentado e analisado nos capítulos seguintes. Cabe destacar que a separação feita

6 Utilizo neste trabalho o termo filantropia para designar a iniciativa não governamental de oferta de creches e quando falo de Instituições Filantrópicas, me refiro a instituições mantidas pela Filantropia Privada.

7 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394, aprovada em dezembro de 1996.

considera, inicialmente, apenas o órgão responsável pela oferta de creches, e que tais palavras não estão sendo utilizadas, neste momento, como categorias de análise, pois como observaremos ao longo deste trabalho, a filantropia, a assistência e a educação estão presentes em toda a história do atendimento às crianças de zero à três anos no município de São Carlos.

## **Metodologia**

essa pesquisa se constitui como uma tentativa de iluminar alguns aspectos da história da política local voltada para o atendimento às crianças de 0 a 3 anos, a partir das falas de agentes do Estado responsáveis pela implementação de tais políticas e pretende oferecer ao leitor informações que poderão contribuir para a compreensão de tais políticas.

Rosemberg (2001), ao discorrer sobre o processo de elaboração de políticas públicas, afirma que:

Neste entrejogo de conflitos, tensões, coalizões e negociações, participam também cientistas, suas corporações e o conhecimento produzido por cientistas. (...) Não é o conhecimento quem deva determinar, diretamente, as prioridades em políticas públicas. Nesta determinação, o conhecimento deve instrumentalizar os atores, pois estas opções são políticas, resultantes do jogo de interesses e pressões.

Trata-se de uma tentativa de buscar ações e palavras, que são concebidas por Hannah Arendt como as expressões da realização política no mundo comum (*espaço público*). Segundo a autora, são essas realizações que permitem que os indivíduos alcancem a excelência<sup>8</sup> e que seus feitos ganhem visibilidade.

Tendo surgido com espaço desvinculado do Estado, o espaço público é o espaço da política enquanto ação humana e exercício de liberdade, é o próprio mundo na medida em que é comum a todos e é o espaço onde os feitos humanos ganham visibilidade, e que pode ser visto e ouvido por todos.

Não ligando o espaço público ao Estado, não existe nenhum local privilegiado para a ação política, isto é, existem múltiplas possibilidades de ação, múltiplos espaços públicos que podem ser

---

<sup>8</sup> Para a autora, “é o caráter público da esfera pública que é capaz de absorver e dar luz a tudo o que os homens venham a preservar da ruína do tempo”. (ARENDRT, 2000, p.65). Segundo Arendt, “a história acolhe em sua memória aqueles mortais que, através de feitos e palavras, se provaram dignos da natureza, e sua fama eterna significa que eles, em que pese sua mortalidade, podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre”(ARENDRT, 1972, p.78). Portanto, seria através da realização política no espaço público, através de feitos e palavras que seria possível alcançarmos a excelência.

criados e redefinidos constantemente, sem precisar de aporte institucional, sempre que os indivíduos se ligem através do discurso e da ação. (ORTEGA, 2000, p.23)

Sobre este espaço, Arendt afirma que é importante retomar a idéia de que

(...) em toda parte em que os homens se agrupam – seja na vida privada, na social ou na pública –, surge um espaço que os reúne e ao mesmo tempo os separa uns dos outros. Cada um desses espaços tem sua própria estruturabilidade (sic), que se transforma com a mudança dos tempos e que se manifesta na vida privada em costumes; na social, em convenções e na política em leis, constituições, estatutos e coisas semelhantes. Sempre que os homens se juntam, move-se o mundo entre eles, e nesse interespaço ocorrem e fazem-se todos os assuntos humanos. (ARENDR, 1998, p. 35, 36)

Celso Lafer (in: Arendt, 1972, p.20) chamou atenção para o fato de que o papel da história é registrar os feitos e acontecimentos decorrentes da política, e esse é, em parte, o objetivo do trabalho que ora apresento, que busca compor, a partir das falas dos agentes do Estado, como vêm se construindo as políticas públicas para a educação de crianças de zero a três anos na cidade de São Carlos.

Dessa forma, optamos por trabalhar com entrevistas semi-estruturadas, realizadas com agentes do Estado, implementadores de políticas públicas, responsáveis pelas creches em algum período, em complementação à pesquisa bibliográfica de textos e documentos.

Acredito que o trabalho seria enriquecido se pudéssemos ter trabalhado com depoimentos de quatro grupos de pessoas, quais seriam: os agentes do Estado, as funcionárias das creches, as mulheres que, de alguma forma, estiveram envolvidas na luta por creches na cidade, e as crianças atendidas por essas instituições, pois penso que as políticas públicas se constroem na relação entre esses quatro segmentos: um que reivindica, um que regulamenta, um que implementa e outro que utiliza o serviço.

Infelizmente, dado o curto prazo que possuímos para a realização do Mestrado, optamos por trabalhar apenas com os agentes do Estado<sup>9</sup> e alertamos que, apesar de termos uma grande quantidade de entrevistas e uma variedade de opiniões sobre as temáticas propostas nas entrevistas, trabalhamos apenas com um lado da história e apontamos para a

---

<sup>9</sup>Além das entrevistas com os agentes do Estado, realizamos mais duas entrevistas complementares: com a D. Jeny Fernades, última presidente da Associação de Mulheres de São Carlos – AMUSC –, e com a D. Neusa Buonadio, pedagoga que, ao longo de um tempo, prestou serviços às creches municipais de São Carlos, auxiliando na orientação e formação das pajens e encarregadas.

importância de trabalhos que estudem as relações que se estabelecem entre a sociedade, o Estado e seus funcionários no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, em especial daquelas voltadas para a educação infantil.

A opção pelas entrevistas, como registro da experiência de indivíduos de uma mesma coletividade, configurou-se como uma necessidade, dada a dificuldade de acesso aos documentos oficiais sobre as políticas para as creches na cidade<sup>10</sup>.

No início da pesquisa, me dirigi à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) para buscar alguns dados iniciais, tais como: data de inauguração das creches, nome das pessoas responsáveis por elas ao longo da história do município e alguns documentos históricos. Como os dados não estavam sistematizados, me indicaram que procurasse a Secretaria Municipal de Cidadania, ou a Fundação Pró-Memória, onde estariam arquivados os documentos da prefeitura com mais de 5 anos. O fato é que muitos dos documentos que foram procurados ao longo dessa pesquisa não foram encontrados em nenhum desses lugares.

Seguindo orientação da SMEC, comecei a telefonar para todas as creches e perguntei para as diretoras qual era a data de inauguração da unidade. Decidi, então, procurar em jornais da cidade dos anos de 1982 até 1985 informações sobre a data de inauguração das primeiras creches, para ter algum documento que respaldasse as informações obtidas por telefone, o que me propiciou encontrar muitas outras informações interessantes<sup>11</sup>. Na Câmara Municipal dos Vereadores, tive acesso a editais de concursos e estatutos do magistério municipal – documentos de extrema importância para a análise do atendimento que se propunha em cada período, considerando o tipo de profissional que se exigia para atuar nas unidades e as atribuições que lhes cabiam.

Penso que os momentos mais difíceis dessa pesquisa tenham sido o seu início, quando em algumas ocasiões acreditei que jamais conseguiria metade dos dados que precisaria para a realização dessa pesquisa e o seu final; quando, num primeiro momento, diante de tantos dados, por diversas vezes não sabia ao certo que caminho seguir, que aspectos enfocar para dar continuidade ao texto e, num segundo momento, após retomar minha atividades como professora da rede, pude viver situações que, por vezes, contribuíram com dados adicionais

---

10 Sobre a dificuldade de acesso a documentos, Guimarães (2002) afirma que o problema da fragilidade das estatísticas oficiais para a educação infantil deve-se, principalmente, a dois motivos: 1) A forma dicotomizada com que os serviços foram implementados, colocando uma faixa etária (0 a 3 anos) mais a cargo da assistência social, por meio de creches municipais e/ou filantrópicas e comunitárias, e a outra (4 a 6 anos) sob responsabilidade da área educacional e, por conta disso 2) a precariedade dos registros relacionados à faixa etária de 0 a 3 anos de idade. (p.47)

11 Posteriormente consegui, junto ao setor de expediente da Prefeitura Municipal de São Carlos, cópia de todas as leis que dão nome às creches, que indicam a data de criação de cada unidade.

para a pesquisa e que eu não sabia ao certo como usá-los.

Logo no início da pesquisa, decidimos que seria interessante entrevistar os agentes do Estado (as pessoas ligadas à prefeitura que foram/haviam sido responsáveis pelas creches) e eu deveria descobrir seus nomes para procurá-las. Considerando que as primeiras creches do município estavam ligadas à Secretaria de Serviço Social, que depois teve seu nome alterado para Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, iniciei minha procura lá. Pensei que eles tivessem em algum arquivo os nomes das pessoas que eu estava procurando, mas me enganei!

Na Secretaria de Cidadania, é interessante registrar que a atendente sequer sabia que as creches um dia haviam sido de responsabilidade daquela Secretaria. Fui orientada a procurar a SMEC, mas explicando a situação e afirmando que a informação que estava buscando só poderia ser fornecida por aquela secretaria, a atendente pediu a uma assistente social (que passava por ali naquele momento) que me atendesse, sob a justificativa de que esta trabalhava lá há bastante tempo e talvez pudesse me auxiliar. A assistente social era Valéria Trevisan, que me informou muitos nomes de que eu precisava e disse que ela própria havia sido responsável pelas creches durante um período.

De posse de informações colhidas nos editais de concursos, nos estatutos do magistério e nos jornais, realizei uma pequena lista das principais informações obtidas sobre as creches e as dividi por período administrativo<sup>12</sup>. Considerando o mandato de cada um dos prefeitos do período estudado, listamos alguns eixos que deveriam ser explorados em todas as entrevistas:

- *Atendimento à demanda* e critérios de atendimento;
- *Trabalho desenvolvido nas creches*: Seleção de profissionais, jornada de trabalho, atividades desenvolvidas nas creches e pelo órgão responsável e serviços prestados;
- *Recursos Financeiros e Materiais* destinados às creches;
- *Pressões Sociais*: que grupos existiam, o que reivindicavam e que ações da prefeitura foram decorrência dessas pressões.

Entrei em contato, por telefone, com todas as pessoas listadas por Valéria Trevisan e comecei a agendar as entrevistas.

Para que o leitor possa compreender a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos ao longo do período estudado e quem eram as pessoas entrevistadas ao longo

---

<sup>12</sup> Essa pequena lista encontra-se reproduzida no anexo n.6.

deste trabalho, apresento, a seguir, uma tabela na qual, além dos nomes dos entrevistados, identifiquei a função desempenhada por cada um, o período em que exerceu tal função, o nome e partido do prefeito na época e, em anexo, organogramas nos quais encontram-se destacados os órgãos responsáveis pelo atendimento às crianças de 0 a 3 anos e o nome dos entrevistados que ocupavam tais cargos.

Para a seleção dos entrevistados, consideramos apenas o período posterior à administração municipal de 1977 a 1982, incluindo tal administração por ter sido responsável pela construção das duas primeiras creches.

**Tabela 1 – Pessoas entrevistadas**

Nome	Função Exercida	Período	Prefeito	Partido
Neusa Massei Porto	Diretora do Departamento de Assistência Social (DAS)	1977 – 1982	Antônio Massei	PTN <sup>13</sup>
Yvonne Garcia	Diretora do Departamento de Serviço Social (DSS)	1984 – 1985	João Otávio Dagnone de Melo	PMDB
Angela Oioli	Diretora do Depto. de Serviço Social (DSS)	1985 – 1988	João Otávio Dagnone de Melo	PMDB
	Secretária Municipal de Promoção e Bem-Estar Social (SMPB)	1997 – 2000	João Otávio Dagnone de Melo	PFL
Valéria Ferreira Reis Trevisan	Coordenadora de creches do DSS	1984 – 1990	***	***
Maria de Lourdes Micceli e Silva	Diretora do Depto. de Serviço Social (DSS)	1989 – 1992	Neurivaldo José de Guzzi	PTB
Elisabeth Lino	Diretora do Depto. de Serviço Social (DSS)	1993 – 1996	Rubens Massucio Rubinho	PDS
Nilson Passoni	Secretário Municipal de Educação e Cultura	1997 – 2000	João Otávio Dagnone de Melo	PFL
Dulce Mazieiro	Coordenadora Pedagógica da SMEC	1997 – 2000	João Otávio Dagnone de Melo	PFL
Marina Silveira Palhares	Secretária Municipal de Educação e Cultura	2001 <sup>14</sup> – 2004	Newton Lima Neto	PT
Maria de Lourdes Crempe	Orientadora Educacional da SMEC	2001 – 2004	Newton Lima Neto	PT
	Diretora do Depto. de Ed. Infantil da SMEC	2005 - 2006 <sup>15</sup>		
Géria Maria Montanari	Secretária Municipal de Educação e Cultura	2005 – 2008 <sup>16</sup>	Newton Lima Neto	PT

13 Em sua pesquisa de doutorado, Palhares (1995) afirma, a partir de dados obtidos em Devescovi (1987), que Antônio Massei era ligado ao PTN. A autora indica ainda que, em sua gestão anterior, de 1964 a 1969, Massei foi eleito pelo ARENA/PDS.

\*\*\* Durante esse período, São Carlos teve os seguintes prefeitos municipais: João Otávio Dagnone de Melo (PMDB) e Neurivaldo José de Guzzi (PTB)

\*\*\* Idem

14 A professora Marina Palhares assumiu a SMEC em 13 de julho de 2001; antes disso, ela ocupava o cargo de Diretora de Educação da SMEC e o Secretário Municipal da SMEC era o prof. Rubens Barbosa Camargo.

15 A professora Maria de Lourdes Crempe ocupou o cargo de Diretora do Departamento de Educação Infantil da SMEC até o início de 2006, quando pediu demissão do cargo e foi substituída por José maria Loureiro Diniz.

16 Término previsto para o mandato da administração municipal.

Durante as entrevistas principais, inicialmente eu apresentava a pesquisa, explicando o que pretendia estudar, em seguida mostrava à pessoa uma lista daquilo que eu julgava relevante em cada gestão e então pedia que ela confirmasse alguns dados como sua função no período e o nome de outras pessoas que porventura eu ainda não tivesse tido acesso. Todos os entrevistados ajudaram muito a encontrar as demais pessoas que deveriam ser entrevistadas, indicando-me formas de encontrá-las. Algumas pessoas foram encontradas pela lista telefônica, e todas as que procurei concordaram em conceder a entrevista, apesar de nem todas terem permitido a sua gravação.

Depois de mostrar a relação de ações desenvolvidas por cada administração, no que se refere às creches – que haviam sido previamente elencadas e que incluía a relação das creches inauguradas em cada período –, foi solicitado que cada entrevistado me falasse sobre o período em que havia respondido pelas creches, sobre as realizações da prefeitura, se existiam somente as que estavam listadas ou se havia outras, e quais haviam sido as principais dificuldades de trabalho na época. Deixei que todos os entrevistados falassem livremente sobre o que julgavam importante e depois, conferia com a lista de eixos que deveriam ser abordados. Se a entrevistada havia tocado em todos os pontos, a entrevista era dada por encerrada, caso contrário, eu solicitava que falasse um pouco mais sobre este ou aquele assunto que ainda não havia sido trabalhado e explicava que, para a análise das entrevistas, era importante que todos os entrevistados falassem dos assuntos previamente definidos.

Alguns dos entrevistados preferiram que a entrevista não ficasse tão livre. Nesses casos, foram indicados temas que deveriam ser discorridos e os entrevistados ficaram livres para conduzir suas falas conforme o que julgassem mais relevante. Em alguns momentos, foram feitas algumas questões específicas, para efeito de esclarecimento.

Para a análise dessas entrevistas, selecionei todos os trechos que nos ajudavam a compor a história das creches e das políticas voltadas para creches no município. A partir dessa história relatada pelas entrevistadas, busquei novos documentos que pudessem confirmar aquilo que me havia sido relatado. Os dados documentais dessa pesquisa foram obtidos, portanto, em dois momentos: antes das entrevistas, para subsidiá-las, e depois, para validar algumas informações.

Convém destacar que, durante a entrevista realizada, por exemplo, com a Sra. Neusa Massei<sup>17</sup>, diversos documentos e fotos me foram oferecidos para auxiliar na pesquisa. Trata-se de documentos e fotos relativos aos períodos das administrações de seu pai, Antônio Massei, e

---

17 Ver tabela n. 1

que se encontram guardados em sua residência – local onde a entrevista foi realizada.

Durante a entrevista realizada com a Sra. Maria de Lourdes Micceli e Silva<sup>18</sup>, também foi indicada a existência de um pequeno arquivo de fotos e documentos públicos em sua residência. É possível inferir que, talvez, por isso, os documentos mais antigos que compõem a história das creches não sejam encontrados com facilidade. Talvez, guardar consigo aquilo que se refere ao seu trabalho tenha sido um hábito comum no passado.

A partir dos relatos dos entrevistados, identifiquei trechos que ajudavam a compor a história das creches do município e que ofereciam informações novas sobre as políticas públicas voltadas para o atendimento às crianças de 0 a 3 anos em São Carlos. A partir dessas informações, realizei nova pesquisa bibliográfica e documental, a fim de conferir as informações obtidas durante as entrevistas, bem como realizar entrevistas complementares – duas, ao todo. Uma delas, a fim de tentar compreender um pouco a ação do movimento de mulheres na elaboração das políticas – uma vez que os dados documentais apontavam essa influência e as entrevistas a negavam ou menosprezavam. A outra, a fim de elucidar o tipo de trabalho desenvolvido junto às pagens por uma pedagoga, já que diversas entrevistas apontaram como importante ação da prefeitura o acompanhamento desenvolvido por essa profissional.

**Tabela 2 – Entrevistas complementares**

Nome	Quem foi
Neusa Buonadio	Pedagoga que desenvolveu trabalho de formação de educadoras junto à Prefeitura Municipal no Período da Assistência
Jeny Fernandes	Última presidente da Associação de Mulheres de São Carlos (AMUSC)

Além de compor a história das creches municipais de São Carlos, foram identificadas, nas falas dos agentes do Estado entrevistados, trechos em que ficavam explícitas as suas concepções de Criança, Infância, Ed. Infantil, Creche, Professores, Política Pública e Demanda. A identificação de tais concepções me auxiliou a compreender determinadas ações executadas pelos entrevistados nos períodos em que foram responsáveis pelas creches do município.

É importante registrar que a discussão sobre a história das creches e das políticas públicas municipais voltadas para tais instituições em São Carlos, realizada neste estudo, foi feita, principalmente, a partir das concepções manifestas pelos agentes do Estado

---

18 Ver tabela n. 1

entrevistados, de documentos e de estudos realizados sobre a temática, mas que alguns dos dados derivam de experiências e situações vividas por mim, após abril de 2007, quando terminou minha licença para a realização do mestrado e reassumi a condição de professora da rede municipal.

## Capítulo 1 – Creches em São Carlos

### 1.1 – Um pouco da história da cidade

A história de São Carlos teve início em um sítio, localizado em terras do município de Araraquara. Ao reconstruir a história de São Carlos, Truzzi (1985) nos mostra que ela se inicia a partir de fins do século XVIII, com o início de um movimento de busca por concessão de sesmarias nesta região.

A demarcação da sesmaria do Pinhal ocorreu já na independência do Brasil, em 1831, a pedido do filho do proprietário, o Sr. Carlos José Botelho, responsável pelo plantio, em 1840, dos primeiros pés de café da região.

Assim como aconteceu em diversas outras cidades<sup>19</sup>, a vila de São Carlos se organizou a partir da construção de uma capela, em torno da qual logo se foi edificando um agregado cada vez maior de casas.

O primeiro passo rumo à autonomia administrativa se deu em 1857, quando, a pedido da Câmara de Araraquara, foi assinado o ato de criação do distrito de paz de São Carlos do Pinhal.

Entre as primeiras ações da oligarquia local para fazer progredir a região, encontram-se, em 1858, uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino e a elevação do distrito de paz à categoria de freguesia; em 1862, criou-se uma cadeira de primeiras letras para o sexo feminino. Dessa forma, em 1865, a freguesia fora elevada à categoria de vila e, no mesmo ano, empossada a primeira Câmara Municipal, composta exclusivamente por fazendeiros da região (obra citada, pp. 24, 25).

O incremento na produção agrícola da região gerou grande desenvolvimento econômico, consagrando o “Oeste Paulista” como uma das mais importantes regiões cafeeiras do Estado. Em 1880, no rastro desse desenvolvimento, a Vila de São Carlos do Pinhal foi elevada à condição de cidade, como nos mostra Abreu (2000). O autor destaca esse momento como o marco referencial para a constituição do primeiro núcleo urbano dotado de funções políticas e econômicas e enfatiza, sobre o período que antecede a este marco

Não devia ser muito grande o número de habitantes permanentes dessa nossa primeira São Carlos (1856 - 1880). Os fazendeiros maiores preferiam residir nas casas-grandes das fazendas junto aos agregados e escravos, cuidando de suas fartas lavouras de café. É verdade que todos eles construíram casas na cidade, para ‘assistir’, como se dizia no tempo, tanto às festas de culto, como às atividades políticas,

---

19 Como atenta DEFFONTAINES, citado por TRUZZI (1985, p. 21)

eleições ou reuniões semestrais da Câmara da vila. Eram, portanto, residências desconfortáveis, quase lugares de pouso apenas, *facilmente cedidas por eles para o uso comum, visto que a pobreza dos orçamentos municipais não permitia a construção de edifícios públicos*. (Neves, 1984, citado por ABREU, 2000, p. 25, grifos meus)

De fato, todo esse desenvolvimento econômico do recém criado município de São Carlos do Pinhal se dá no período subsequente à Independência do país, quando a política financeira do Império, empenhada em fornecer meios para o governo central, concentrou rendas públicas de tal forma que “os poderes locais ficaram, de modo irremediável, trancados a uma pobreza inerte” (Franco, 1997, p.128).

De acordo com Abreu (2000), o período que se segue à elevação da vila à condição de cidade é marcado por um dinamismo urbano, que desloca o eixo político do município do campo para a cidade, de forma que foi neste período que se deu a construção e inauguração dos primeiros prédios públicos, sendo eles:

O prédio próprio da Câmara Municipal, inaugurado em 1883;

A Santa Casa de Misericórdia, inaugurada em 1893;

O Fórum e da Cadeia Municipal<sup>20</sup>, inaugurados em 1900.

O autor destaca ainda que, na mesma época, surgiram as “primeiras residências de grande e luxuoso porte na região central da cidade” (obra citada, p. 27).

Truzzi (1985) mostra que o processo de urbanização da cidade ocorreu de forma acelerada e destaca que, em 1865, a região urbana da vila de São Carlos era formada de 10 quarteirões em torno da capela e, em 1886, já superava o número de habitantes de Araraquara – 16.104 habitantes contra 9.559 (obra citada, p 25 e 30). No início do século XX, a constituição e generalização do capitalismo, assim como a expansão acelerada da cafeicultura pela região, fez instalar na cidade de São Carlos suas primeiras indústrias. A constituição da cidade como um importante centro urbano e industrial, se deu após a crise de 1929, que contribuiu definitivamente para o declínio da produção cafeeira e da economia agrária baseada na exportação desse gênero e trouxe o empobrecimento repentino de muitos dos fazendeiros da região.

Abreu (2000) afirma que

Contudo, o grande impulso do setor industrial é identificado na cidade de São Carlos a partir de 1930, como agravamento da crise da cultura

---

20 Observe que a abolição da escravatura data de 1888.

cafeeira e o início de transferência populacional do campo para as regiões urbanas.

Esse é o momento em que as atividades industriais se encontram em franca expansão e o setor agrícola começa a se diversificar, como alternativa ao baixo preço do café no mercado internacional. Assim sendo, as atividades industriais também se diversificam, passando a apresentar os mais variados ramos desse setor. (ibidem, p. 32)

Apesar do grande impulso do setor industrial vivido pela cidade de São Carlos, Rizzoli (1983), em seu estudo sobre o trabalho feminino no município, aponta que, no início da década de 1980, as mulheres ainda se ocupavam, majoritariamente, de atividades domésticas remuneradas ou não. De acordo com sua pesquisa, dentre as principais ocupações femininas nesta época, estavam: a produção doméstica de valores de uso (por mulheres que se encontravam desempregadas<sup>21</sup>); a produção de mercadorias (em indústrias)<sup>22</sup>; a prestação de serviços no setor público e privado; a produção doméstica remunerada; produção simples de mercadorias (como no caso das lavadeiras, faxineiras, empregadas domésticas, babás, e mulheres que se ocupam de atividades como crochê e horticultura)<sup>23</sup>.

Estudiosos como Jurandir Freire Costa (1983) têm apontado para o importante papel exercido pela medicina e pelo Estado no processo de urbanização brasileiro. Diversas foram as estratégias adotadas para a consolidação do Estado Nacional e, conseqüentemente, da urbanização dos municípios brasileiros, mas o principal foco de ação foi a família, concebida, durante a colônia, como um dos mais fortes obstáculos à consolidação do Estado brasileiro.

A medicina, em sua atuação higiênica, recebeu a herança dessa oposição. A higienização das cidades, estratégia do Estado moderno, esbarrava freqüentemente nos hábitos e condutas que repetiam a tradição familiar e levavam os indivíduos a não se subordinarem aos objetivos do Governo. A reconversão das famílias ao Estado pela higiene tornou-se uma tarefa urgente dos médicos (COSTA, 1983, p.30, 31).

A instituição familiar era vista pelo Estado e pela medicina de diversos países como capaz de resolver ou minimizar diversos problemas sociais como o abandono de crianças, a prostituição e a vagabundagem, de forma a reduzir a necessidade de intervenção do Estado. É

---

21Que cuidam dos afazeres domésticos, da manutenção e reposição da força diuturna dos trabalhadores. Segundo o referencial teórico (ibidem, p. 61)

22É importante destacar que o estudo realizado por Rizzoli, aponta para o fato de que era comum que as indústrias optassem por empregar mulheres solteiras, ou separadas, pois acreditava-se que essas mulheres não ofereciam tanto risco de gravidez quanto as casadas. Ao se casar, era comum que as mulheres fossem despedidas.

23Rizzoli afirma que as mulheres que trabalhavam em ramos de atividade da categoria que envolvem a prestação de serviços, a produção doméstica remunerada e a produção simples de mercadorias, geralmente deixavam-no ao engravidar e apenas retornavam à atividade quando seus filhos mais novos atingiam a idade escolar (7 anos).

interessante notar como todos esses problemas eram atribuídos à população pobre – mesmo quando se tratava do abandono de crianças pela elite, a responsabilidade por tal ação era atribuída à criadagem, pois as crianças abandonadas pela elite, em geral, eram bastardas, fruto de relações entre a elite e a criadagem. Donzelot (2001) afirma que:

Se a causa do mal é a mesma em toda a parte, se o alvo principal é claramente designado na criadagem, os remédios diferem, justamente, quer se trate dos ricos ou dos pobres. Exalta-se o século XVIII por sua revalorização das tarefas educativas, diz-se que a imagem da infância mudou. Sem dúvida. Mas, o que se instala nessa época é uma reorganização dos comportamentos educativos em torno de dois pólos bem distintos, cada qual com uma estratégia bem diferente. O primeiro tem por eixo a difusão da medicina doméstica, ou seja, um conjunto de conhecimentos e de técnicas que devem permitir às classes burguesas tirar seus filhos da influência negativa dos serviçais e colocar esses serviçais sob a vigilância dos pais. O segundo poderia agrupar, sob a etiqueta de “economia social”, todas as formas de direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução, de obter um número desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos públicos, em suma, o que se convencionou chamar de filantropia. (obra citada, p.22)

A industrialização, a urbanização e o novo papel adquirido pela mulher no seio desse novo modelo familiar proposto pela medicina trouxeram mudanças ao poder exercido pelo homem na sociedade brasileira.

O homem, segundo a higiene, devia ser antes de tudo pai. Mas esta função não coincidia com a atividade familiar do patriarca colonial. O pai antigo era fundamentalmente um proprietário. Possuía bens, escravos, mulheres e filhos a quem impunha sua lei e seu direito, sem maiores obrigações para com terceiros. Deveres, só para consigo. Compromisso só com seu nome, sua honra e suas riquezas. O “pai higiênico” nasceu com outra ética e outra profissão. Em vez de proprietário era um funcionário. Funcionário da “raça” e do Estado, a quem deveria dedicar o melhor de suas forças. Seus deveres eram inúmeros; seus direitos diminutos. Devia prover a subsistência material da família, otimizar a reprodução física da “raça” e maximizar o patriotismo da sociedade. (COSTA, 1983, p. 240)

Com isso, podemos pensar que o homem ganhou um novo status. Deixou de ser um proprietário para se tornar “pai higiênico”, funcionário do Estado. Nesse movimento, o homem ampliou o seu poder, passando a desempenhar o papel de pai, tanto na esfera privada como na esfera pública. Ele era o pai da família e o pai da nação. Esse novo papel atribuído ao homem, bem como o desenvolvimento da estrutura administrativa do Brasil, o fortalecimento do papel das municipalidades e a urbanização, podem ser entendidos como alguns dos fatores

que impulsionaram o coronelismo<sup>24</sup> como uma prática política comum em diversos municípios do interior.

As mulheres deviam dedicar-se à família e, em especial, aos filhos, e, geralmente, deixavam de trabalhar por quanto seus filhos não atingissem a idade escolar, conforme aponta o estudo realizado por Rizzoli (1983). Segundo a autora, a faixa etária dos filhos mais novos das mulheres que exerciam atividade remunerada era predominantemente de 7 a 14 anos, diferentemente das mulheres que encontravam-se desempregadas, dentre as quais, apenas 25,9% tinham filhos com idade entre 7 e 14 anos, e a faixa etária predominante dos filhos mais novos era de 0 a 5 anos.

Rizzoli afirma, ainda, que, são as mulheres que encontram-se desempregadas – ou exercendo atividade doméstica não remunerada – as que possuem maior número de filhos, fator decisivo que as impossibilita de oferecer sua força de trabalho. Um fato que nos chama à atenção diz respeito à procura por creches. O estudo em questão não menciona a procura por creches por parte das mulheres com filhos pequenos que desejam trabalhar. Vale destacar que este estudo foi realizado em São Carlos, na segunda metade da década de 1970, e, neste período, existiam 6 creches filantrópicas, além de ser também desta data o início do funcionamento da primeira creche municipal, mantida pelo Serviço de Obras Sociais, como veremos adiante.

No entanto, as mulheres pesquisadas não faziam uso deste serviço. As poucas referências da autora a mulheres que tinham os filhos pequenos e estavam envolvidas em atividades remuneradas apontam para o fato de que estas mulheres contavam com o apoio de demais membros da família para cuidar de seus filhos pequenos, o que pode ser reflexo da visão médico-higienista de educação de crianças, que atribuía às famílias importante papel; e da concepção de creches que se teve por muito tempo no Brasil – e em São Carlos – que destinava tal instituição apenas às crianças pobres, cujas mães não tivessem condições de educar, como veremos a seguir.

---

<sup>24</sup>De acordo com Leal (1975, p. 20), “(...) o 'coronelismo' é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.”

O Coronelismo, como bem destaca Barbosa Lima Sobrinho (in: Leal, idem), traduzia “uma hegemonia econômica, social e política que acarretava, por sua vez, no filhotismo, expresso num regime de favores aos amigos e perseguição aos adversários”. Talvez por isso, veremos, ao longo da pesquisa, uma relação de proximidade, que se busca estabelecer com os representantes do poder local.

### **A influência do médico higienismo na educação das crianças**

De acordo com Vieira (1988), as instituições de atendimento à infância, durante a década de 1980, tinham um cunho educativo-corretivo e eram propostas como um dispositivo para disciplinar mães e educar crianças nos preceitos da puericultura, como dispositivo de normalização da relação mãe/filho nas classes populares, inclusive como estratégia de redução dos índices de mortalidade infantil – atribuídos, em parte, à incapacidade dessas mães de cuidarem adequadamente de seus filhos.

Arendt afirma que, nas modernas formas de governo, é obrigação deste proteger a livre produtividade da sociedade e a segurança do indivíduo em seu âmbito privado (1998, p.73). Foi nesse contexto que a associação entre medicina higiênica e Estado se configurou como uma importante aliança, que visava fortalecer a nova sociedade urbana e garantir condições de saúde e higiene adequadas ao novo modelo social que se constituía.

No Brasil, o esforço de legitimação e fortalecimento do Estado teve a medicina higienista como importante aliada. Segundo COSTA (1983, p.35, 36), “importa é notar que a própria eficiência científica da higiene funcionou como auxiliar na política de transformação dos indivíduos em função das razões de Estado.” De acordo com o autor, “a tarefa dos higienistas era a de converter os sujeitos à nova ordem urbana” e o fortalecimento da família, pautado nos preceitos higiênicos, foi um importante instrumento utilizado pelos médicos e pelo Estado.

Tendo em vista a preocupação com a salubridade, a medicina higiênica ligou-se aos interesses do país e do Estado e passou a adotar, como uma de suas políticas específicas, a “higiene familiar”, conforme nos relata Costa (1983, p.29 a 31). Esta política voltava uma atenção especial às crianças e sua educação.

Desde a colonização até o início do século XX, as iniciativas do Estado no sentido de oferecer algum atendimento às crianças pequenas, quando existiram, restringiram-se ao atendimento das crianças abandonadas. Vale destacar que a omissão do Estado configura, como atenta Rosemberg (2001), uma opção e, portanto, uma política social específica.

(...) na época colonial, as municipalidades deveriam, por imposição das Ordenações do Reino, amparar toda criança abandonada em seu território. No entanto, essa assistência, quando existiu, não criou nenhuma entidade especial para acolher os pequenos desamparados. As câmaras que ampararam seus expostos limitaram-se a pagar um estipêndio irrisório para que amas-de-leite amamentassem e criassem as crianças. (Marcílio, 1997, p.53)

O mais comum foi o Estado deixar esse tipo de atendimento por conta das Santas Casas de Misericórdia, por meio de um sistema, muito difundido no Brasil dessa época, que denominava-se Roda dos Expostos. Marcílio (idem) destaca que esse sistema foi inventado na Europa Medieval, e foi um “meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos (...) como era o costume, na falta de outra opção” (p.54).

Durante o período colonial, foram implantadas no Brasil três rodas de expostos: a primeira delas em Salvador, no ano de 1726. Esse modelo de atendimento à criança abandonada funcionou em São Paulo até o ano de 1950, como bem relata Kuhmann Jr. (2006). Nesse período já existiam diversas críticas a essa instituição, que tinha como objetivo receber e dar assistência às crianças abandonadas, mas tornou-se mais um dos focos de mortalidade infantil da época.

As propostas de ações para contornar “o problema do menor” ou o “problema da criança”, vinham sendo freqüentemente discutidas em eventos organizados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, como relata Rizzoli (1978). Segundo o autor, em 1948, realizou-se a I Semana de Estudos sobre o Problema do Menor – que resultou na criação, em 1949, do Serviço de Colocação Familiar (SCF). Este serviço propunha a intervenção do Estado junto à família de origem do menor abandonado ou infrator<sup>25</sup>, bem como a colocação de menores em lares substitutos. Segundo Silva (1998), o SCF foi criado “com a finalidade precípua de 'colocação em casas de famílias, a título gratuito ou remunerado, de menores de 0 a 14 anos que, por força de fatores individuais ou ambientais, não tivessem lar ou nele não pudessem permanecer”’. O autor afirma ainda que

Em 9 de abril de 1968, pela lei n. 10069, que a exemplo da anterior, modificou e deu nova redação à lei n. 560, o juiz adquiriu autoridade para estender o auxílio pecuniário à própria família da criança e, em gesto de extrema relevância, fornecer esse auxílio também às instituições particulares que acolhessem crianças em regime de semi-internato, nascendo assim a parceria que permitia ao estado repassar às entidades particulares e conveniadas a guarda de crianças sob a sua tutela (Silva, 1998, p.53).

25 Era considerado “menor abandonado”, de acordo com o Código de Menores de 1927 (citado por Silva, 1998, p.51), que vigorou até 1979, os menores de 18 anos: “I – que não tenham habitação certa nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda vivam; IV – que vivem em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoas que se entreguem habitualmente à prática de atos contrários à moral e aos bons costumes; V- Que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicância ou libertinagem; VI- Que frequentem lugares de jogo ou de moralidade duvidosa ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida (...)

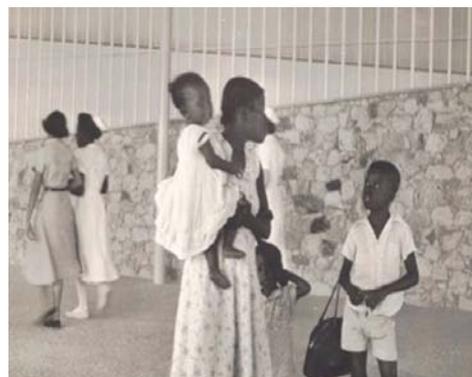
Sob o título ABANDONO, abrigava-se uma gama de casuísticas perfeitamente reversíveis, como o caso de crianças perdidas, de crianças que fugiam de casa, ou simplesmente perambulavam pelas ruas (idem, p. 61).

Essas instituições de tipo internato ou semi-internato surgiram em substituição às rodas de expostos e visavam a atender à mesma população, antes atendida pelas rodas – que incluía alguns filhos dos ex-escravos, pois, de acordo com texto da Justiça do Estado de São Paulo (s/d), em 1888, com a abolição da escravatura, houve um crescimento do número de crianças deixadas nas Rodas de Expostos. Dessa forma, a criação do Serviço de Colocação Familiar pode ser encarada como um esforço do poder público estadual no sentido de reduzir o atendimento a crianças em instituições como as Rodas ou Casas de Expostos<sup>26</sup>.

Em São Paulo, dados da Justiça do Estado (*idem*) revelam que a Roda dos Expostos foi transformada, em 1902, na Casa dos Expostos, e seu atendimento foi ampliado. A partir de 1935, a instituição passou a ser conhecida como Asilo Sampaio Viana e, após algum tempo – com a ampliação de seu programa assistencial, a criação do berçário e do lactário –, foi denominada Educandário Sampaio Viana<sup>27</sup>.

No que se refere às demais instituições de semi-internato que atendiam a essas crianças, e que a lei n. 10069/68 autorizou receberem recursos do Estado, Kuhlmann Jr. (1998) afirma que

A creche, para crianças de zero a três anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças. (p.82).



26 Vale destacar que o Serviço de Colocação Familiar foi criado em 1949, que a última Roda de Expostos funcionou até 1950 e que, de acordo com Rizzoli (1978), o Serviço de Colocação Familiar (SCF) foi uma eficiente estratégia adotada pelo Estado para reduzir os gastos públicos com serviços de proteção e amparo à criança abandonada. Rizzoli (*idem*) aponta que o custo do atendimento de um menor recolhido em um reformatório era de “Cr\$1.000,00 (mil cruzeiros) por mês, enquanto que o auxílio proposto para o SCF seria de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) por menor” (p.23).

27 Para mais informações sobre a política de atendimento às crianças abandonadas da década de 1960, em instituições de tipo internato, recomendo a leitura de *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*, de Roberto Silva, publicado pela editora Ática, em 1998.

Eram essas crianças, pobres e negras – que, em outras condições, poderiam ser abandonadas – que deviam ser institucionalizadas, a fim de amenizar a situação da pobreza e minimizar tensões que pudessem oferecer algum risco à elite local. Segundo Piccolo (1983), as medidas repressivas adotadas pelo Estado, com ênfase na disciplina e vigilância, tinham por objetivo “proteger o menor carente para que não fosse vítima da injusta ordem social e se tornasse marginal”. Como é possível observar, havia uma preocupação em manter e fortalecer essa nova ordem social que se estabelecia, protegendo muito mais a sociedade da existência dos marginais do que, de fato, o menor carente da marginalidade, como indicado anteriormente por Piccolo e muito bem discutido por Silva (1998).

Assim, as primeiras instituições destinadas ao atendimento de crianças pequenas da cidade de São Carlos eram oferecidas pela filantropia, a partir dessas concepções, e visavam a oferecer proteção e assistência à infância pobre. A primeira creche de São Carlos foi inaugurada pela filantropia privada – com esses objetivos – em 1955, como veremos.

## 1.2 – Creches antes de 1977: A filantropia e as primeiras instituições de atendimento às crianças de zero a três anos

Apesar do período que antecede 1977 não se configurar como principal foco deste trabalho, nossa pesquisa identificou, anteriores a essa época, a existência de algumas instituições voltadas para o atendimento de crianças pobres com idade de zero a três anos, e julgamos relevante sistematizar tais informações e apresentá-las ao leitor.

Essas instituições, sobre as quais encontramos registros e informações diversas, visavam a ajudar a constituir o povo são-carlense em consonância com os preceitos da medicina-higiênica.



Creche Anita Costa,  
inaugurada em 1955.



Fotos da Creche da Divina Providência de Santa Isabel, 1970.

A preocupação era prestar atendimento à população pobre, às crianças desprovidas de família e aos filhos de empregadas domésticas, o que pode ser encarado como fruto da tentativa de atender às crianças negras, cujas famílias pertenciam a uma tradição escrava. Autores como Rosemberg e Kuhlmann Jr. têm apontado para essa relação implícita entre creches para trabalhadoras e o fim da escravidão.

Com a Lei do Ventre Livre, o médico Dr. K. Vinelli, citado por Rosemberg (1999) e por Kuhlmann Jr. (1991), foi um dos pioneiros ao propor o serviço de creches no Brasil. Vejamos como essa questão foi veiculada, na época, para as senhoras da elite brasileira:

No Brasil ainda não existe a creche; entretanto, sua necessidade me parece palpitante, sobretudo nas atuais condições em que se acha o nosso país, depois da moralizadora e humanitária lei de 28 de setembro de 1871, em virtude da qual não se nasce mais um escravo. Agora que, (...) um grande número de mulheres que quando escravas trabalhavam para seus senhores que por sua vez eram obrigados a lhe dar alimentação, domicílio e vestuário, a cuidar de sua saúde e da de seus

filhos, ganhando liberdade, vêm-se não poucas vezes abandonadas com filhos pequenos, que ainda mamam, sem ter quem os sustente, na indeclinável e urgente necessidade de procurarem pelo trabalho, ganhar os meios da própria subsistência e de seus filhos (...). Não há senhora alguma dona de casa, que ignore a extrema dificuldade que encontra uma criada, por exemplo, em alugar-se, quando traz consigo um filho a quem amamenta. (Vinelli, 1879, citado por ROSEMBERG, 1999, p. 12,13)

Que tarefa não é a de educar o filho de uma escrava, um ente de uma condição nova que a lei teve de constituir sob a condição de ingênuo! Que grave responsabilidade assumimos conservando em nosso lar, junto de nossos filhos, essas criaturazinhas que hoje embalamos descuidosas, para amanhã vê-las convertidas em inimigos de nossa tranqüilidade, e quiçá mesmo da nossa honra! (Vinelli, 1881, citado por KUHLMANN JR, 1991, p.19)

Observando com atenção a história das primeiras instituições de atendimento à criança pequena de São Carlos, nota-se que essa preocupação demonstrada por Vinelli em manter intacta a “tranqüilidade” e a “honra” dos antigos senhores de terras esteve presente nessas instituições.

É esse caráter da medicina- higiênica, apoiado na filantropia, que constituiu a principal marca do atendimento à criança pequena durante o primeiro período da história do município de São Carlos, que descreveremos e discutiremos a seguir.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, diversas Semanas de Estudos sobre o problema do Menor foram realizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – sua décima edição data do ano de 1970. Como parte dessas iniciativas promovidas pelo governo Estadual no sentido de discutir o atendimento à pobreza, e à criança pobre, realizou-se, na cidade de São Carlos, no ano de 1961, o V Simpósio Estadual sobre “O problema da criança”, com o patrocínio da Prefeitura Municipal.

Para destacar o modo como essa concepção de educação de crianças ligada à filantropia se manifestava em São Carlos, é significativo o seguinte trecho, extraído dos Anais do V Simpósio Estadual sobre “O problema da criança” – em que a palestrante relata suas impressões sobre um parque infantil da cidade de São Carlos, localizado em “uma das zonas mais desfavorecidas da cidade. Pobre, humilde e miserável social e educacionalmente falando (...)” e continua dizendo que, talvez, com os ensinamentos ministrados

(...) conseguiríamos destruir com o tempo o grande cancro social que é a ignorância humana.

E nada melhor do que uma educação de forma indireta, através da

criança, cujo espírito ainda não foi contaminado pela superstição e pela credice, assimilará com facilidade todos os ensinamentos e levá-los-á para a casa, onde no começo recebidos com indiferença ou mesmo com aversão, mais tarde passariam a ser adotados com naturalidade. (PIROLLA, 1961)

Às famílias humildes associava-se uma grande ignorância e incapacidade de educar seus filhos, de forma que caberia à filantropia iniciativas capazes de, por meio das crianças, normalizar as relações entre mães e filhos nas classes populares, a partir de um modelo definido pela elite e pelo Estado.

Essa visão da educação infantil se manifestava pelo poder público municipal de diversas formas, seja destinando verbas para obras sociais desse tipo, seja disponibilizando espaço para o funcionamento de creches filantrópicas, ou sediando e patrocinando eventos como o referido V Simpósio Estadual sobre “O problema da criança”.

A não existência de equipamentos públicos de educação de crianças de zero a três anos antes da década de 1980, é reflexo da visão de educação de crianças e de creches que se tinha no período e que deixava para a filantropia esse tipo de atendimento, voltado apenas para crianças que não tivessem condições de permanecer com suas famílias ou voltados a dar condições às famílias para que cuidassem de seus filhos, de acordo com os preceitos da higiene. Neste período que antecede 1977 o poder público incentivava de diversas formas as iniciativas filantrópicas (financeiramente inclusive), no entanto, não tomava para si a responsabilidade desse atendimento.

Entre as primeiras instituições de atendimento à criança de São Carlos, estão o Lactário Manutenção e Proteção à Infância, o orfanato da “Associação de Amigos da Vila Nery” e o “Clube das Mães” de São Carlos, entre outras.

O Lactário Manutenção e Proteção à Infância foi mantido com verbas dos governos estadual e municipal e foi fundado em 1939, de acordo com Pirolla (1998). Funcionava no Centro de Saúde da cidade e contava com 3 funcionárias. Esta instituição atendia às crianças de até 2 anos de idade, devidamente registradas, que passavam por avaliação mensal do pediatra, eram pesadas e medidas. Lá, as mães recebiam, gratuitamente, leite para os seus filhos, entregue diariamente, pela manhã, em 6 mamadeiras preparadas dentro das mais rígidas normas de higiene. Esse lactário era o responsável pela organização anual do Concurso de Robustês Infantil da cidade, como nos relatou, em entrevista, D. Yvonne Garcia, que foi funcionária deste lactário, e posteriormente trabalhou como educadora sanitária no Clube das Mães, além de ter sido diretora do DSS durante o período de 1983 a 1985 – motivo pelo qual foi entrevistada para essa pesquisa.

Por meio do Lactário Manutenção e Proteção à Infância garantia-se a construção do corpo infantil a partir de um modelo nacional e ocidental que pregava a busca do corpo robusto e são. As mães que seguiam todas as orientações médicas e conseguiam constituir seus filhos de acordo com os padrões exigidos eram recompensadas de forma que tivessem meios de continuar se dedicando à manutenção do corpo robusto de sua prole.

O Orfanato da “Associação de Amigos da Vila Nery” foi criado em 1947, por um grupo de pessoas da cidade, sob a orientação católica da Diocese de São Carlos, e iniciou seu funcionamento em 1949, atendendo a 20 meninos. Essa obra tinha como finalidade “prestar assistência ao menor abandonado, órfão e carente, do sexo masculino, desde recém nascido até os 18 anos” (SALESIANOS, 1999). Em 1977, passou a ser gerido pela Congregação Salesiana, passando a ser denominado “Educandário São Carlos” e, posteriormente, “Salesianos São Carlos”. Assim como o Lactário Manutenção e Proteção à Infância, o Orfanato da “Associação de Amigos da Vila Nery” também tinha por objetivo formar o futuro cidadão são-carlense, normatizando sua conduta e ensinando-lhe a ser pobre sem oferecer risco à elite local.

O “Clube das Mães” de São Carlos foi fundado em 1952, na Delegacia regional de Saúde de São Carlos, por seus próprios funcionários. Os principais objetivos dessa instituição eram “apoiar a gestante carente de recursos sócio-econômicos e seus filhos, no período pré-natal e pós-parto”, como nos relata Yvone Ribeiro Garcia, que também foi educadora sanitária do “Clube das Mães” (in: MALACHIAS, 2002, p. 28).

Essa instituição teve importante papel na educação das gestantes da cidade, orientando-as quanto aos exames pré-natais e para que realizassem seus partos na recém inaugurada maternidade. Apesar de haver, nesse tempo, uma grande preferência pelos partos realizados em domicílio, a instituição obteve êxito em sua campanha quando passou a doar um enxoval completo para recém-nascido para cada mãe que procurasse o serviço pré-natal e realizasse o parto na maternidade.

Como podemos observar, tratou-se de mais uma forma de moldar a conduta da população, educando-a no sentido da construção de um povo, de uma nação<sup>28</sup>. Nesta ação, a aliança estabelecida entre a filantropia e o médico-higienismo e anteriormente apontada fica

---

28 De acordo com Abramowicz e Levcovitz (2005, p. 73 e 74), “ 'Povo e Multidão' é o campo no qual o debate sobre a educação está inserido, já que é um conceito decisivo na compreensão da política e da esfera pública”. As autoras afirmam ainda que “Segundo Hardt e Negri (2001), o conceito de nação na Europa desenvolveu-se no terreno do Estado patrimonial e absolutista. A Nação sucedeu a ordem feudal do súdito para a ordem disciplinar do cidadão. O conceito de nação suporia então, para os autores, uma 'vontade geral', uma 'identidade de povo' que se transforma em algo quase 'natural e original'. A identidade do povo é uma laboriosa e complexa e complexa construção na qual a escola vem desempenhando um papel não desprezível. A base da pedagogia se assenta na idéia da produção desse povo, construída para as crianças, desde as mais pequenas, até os jovens e adultos.” (Abramowicz e Levcovitz, 2005, p. 74)

explícita. Também nesse aspecto conseguiu-se moldar o comportamento das mulheres são-carlenses, que cada vez mais, passaram a parir seus filhos na Instituição própria, criada para isso a partir do discurso higiênico, qual seja, a Maternidade<sup>29</sup>.

Todas as pessoas que compartilhavam das concepções médico-higienista e se propunham a assumir a tarefa de participar na formação desse povo higiênico, ganhavam papel de destaque na história local, pois assumiam uma causa que era de extrema importância naquele momento histórico. É por essa razão que pessoas como a D. Ruth Bloen Souto são sempre citadas como alguém que foi muito importante para o desenvolvimento de São Carlos<sup>30</sup>.

Ruth Bloen Souto era esposa do Sr. Theodureto de Arruda Souto, nomeado, na época, diretor da recém implantada Escola de Engenharia de São Carlos (USP), e sua chegada à cidade, em 1954, foi recentemente relatada da seguinte forma:

“inaugurou na galeria feminina da cidade, o comportamento de um novo tipo de mulher. Não que nossas damas não fossem atuantes. Eram muito. Mas, o poder de iniciativa trazido por Ruth<sup>31</sup>, manifestava-se de outro modo. Até ali, o estilo feminino em prol das causas sociais era mais contido, quase sempre estereotipado numa ‘ação de grupos’” (Lãines Paulillo in: : MALACHIAS, 2002, p. 11)

D. Ruth era uma senhora bem relacionada nos meios da alta política do Estado e estava disposta a auxiliar na formação da população são-carlense, apostando na filantropia para difundir a norma médica. Foi nesse cenário que o Clube de Mães, a partir da iniciativa de Ruth Bloen Souto e de uma reforma estatutária, passou a funcionar também como creche, constituindo-se a primeira creche da cidade. Os serviços prestados baseavam-se nos trabalhos oferecidos por uma educadora sanitária, enfermeiras e pediatras e focavam a educação sanitária, dentro da perspectiva médico-higienista.

Lãines Paulillo assim continua sua explanação sobre Ruth Bloen Souto:

“Com excelente trânsito nos meios decisórios paulistas, Ruth deslindava dificuldades com um simples telefonema a algum de seus inúmeros amigos. Mantinha vasto círculo de relações seja na política, sociedade ou meios universitários e artísticos (...). Ruth atuava como um dinamo e a Creche Anita Costa foi a menina de seus olhos. *Ela*

29 A característica do período de deixar para a filantropia ações importantes, que hoje cabem ao poder público, não se restringia à oferta de creches. A construção da maternidade Dona Francisca Cintra Silva, inaugurada em 1951, por exemplo, foi uma iniciativa do Dr. Christiano Altenfelder Silva que financiou a construção da instituição e a doou para a cidade em memória de sua mãe, D. Francisca Cintra Silva, conforme consta na placa da instituição.

30 Ruth Bloen Souto foi o nome dado à primeira creche municipal da cidade, inaugurada em 1982. Tal ação da prefeitura foi uma forma de reconhecimento dos “relevantes serviços prestados à Pátria, ao Estado e, principalmente, ao Município de São Carlos”, conforme consta no decreto n. 102, de 29 de outubro de 1982, que dá nome à creche localizada à Rua Bispo César Dacoroso Filho, na Vila Carmem.

31 A autora refere-se à Sra. Ruth Bloen Souto.

*queria a beleza, o conforto higiênico, a educação e o futuro para as crianças e suas mães. Trazia uma experiência bem européia devido às suas andanças como esposa de um emérito professor universitário. E aplicava à realidade são-carlense cada centímetro dessas experiências adquiridas.” (idem, p. 12 e 13, grifos meus)*

O comprometimento de Ruth Bloen Souto com “a educação e o futuro das crianças e de suas mães”, dentro desse modelo educacional higienista atrelado à sua grande influência no meio político, fez dela um grande nome entre uma população que buscava constituir sua identidade, e que pautava suas relações em práticas ainda muito influenciadas pelo coronelismo, quando as relações se estabeleciam de forma muito personalizadas e ser uma pessoa “influyente” lhe conferiu uma importância ímpar na história das creches de São Carlos.

Inicialmente, a creche Anita Costa funcionou no mesmo prédio do Tiro de Guerra; posteriormente, assumiu a exclusividade de uso do prédio. A creche foi inaugurada pelo então prefeito Antônio Massei, que esteve ao lado de Ruth Bloen Souto no processo de implementação da creche, conforme nos mostra a entrevista realizada com Neusa Massei Porto (Diretora do Depto. de Assistência Social entre os anos de 1973 e 1982, filha do então prefeito). Ao intervir pessoalmente para que a creche conseguisse um espaço adequado para suas instalações e ao inaugurá-la, o prefeito Massei se coloca como aquele que está preocupado com a população pobre e que faz o que pode para atender suas necessidades, além de se mostrar solícito ao pedido de Ruth Bloen Souto, que, em todo esse processo, representava não apenas o Clube das mães, ligado aos interesses médico-higiênicos, mas também a elite são-carlense e sua preocupação em institucionalizar a criança pobre, a fim de garantir o controle dessas crianças e a proteção da elite local.

O Clube passou a se denominar Clube de Mães Creche Anita Costa e atendeu, em 1956, 50 crianças de 0 a 12 anos; para isso, contava com 13 funcionários, além do corpo dirigente. Na ocasião, a creche já possuía convênio com o Serviço de Menores do Estado de São Paulo.

Um de seus objetivos, conforme consta na publicação organizada em virtude dos 50 anos da creche, era “garantir a integração da criança carente cujas mães trabalhavam em indústrias da cidade e, principalmente, como empregadas domésticas em residências” (Malachias, 2002, p.31). A relação da creche com as indústrias da cidade se deu principalmente por convênios que garantiam às indústrias o direito a um determinado número de berços para o atendimento de filhos das funcionárias da empresa conveniada, às quais era permitida a amamentação no recinto da creche.

Em 1957 e 1958 foram firmados os primeiros convênios entre a creche e as principais indústrias da cidade, de forma que essas empresas passavam a se enquadrar dentro daquilo que

exigia a Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943. Além desses convênios, de doações e recursos obtidos em bazares e eventos, eventualmente a creche contava com recursos do governo federal e da Legião Brasileira de Assistência, bastando uma solicitação de D. Ruth aos amigos, como relata Malachias (idem, p. 86).

Mas essas não foram as únicas instituições voltadas para o atendimento à criança da cidade. Diversas outras instituições assistenciais foram sendo criadas até a década de 1980, dentre as quais creches e orfanatos/albergues – mantidas, em sua maioria, por instituições religiosas<sup>32</sup>.

Em 1970, podemos listar, a partir do trabalho desenvolvido por Mariani et al (1970), a existência do orfanato da Obra Assistencial Bethânia Vicentina, que atendia às meninas da cidade que precisassem deste serviço/apoio, além do Educandário São Carlos e da creche Anita Costa – sobre os quais já discorreremos –, das creches Divina Providência, Aracy Pereira Lopes e dos internatos Nosso Lar e Lar Padre Teixeira. Destacamos ainda a existência da Creche Casa do Caminho, e o fato de que era comum, na época, que algumas destas entidades recebessem verbas do governo estadual e mesmo da prefeitura, por meio do pagamento de pessoal e de merenda. Uma instituição que muito recorreu a verbas públicas foi a creche Anita Costa, conforme se observa no fragmento abaixo:

O ano era 1957 e São Carlos completava o primeiro centenário. Uma grande festa comemorava o acontecimento e a cidade recebia Jânio Quadros, então governador de São Paulo, e Juscelino Kubitschek, presidente da república, para o desfile inicial das festividades. A fundadora da creche dona Ruth, amiga de Jânio, há muitos anos, a quem *recorria quando alguma dificuldade mais séria se apresentava, e era prontamente atendida* conforme comprovam cartas entre ela e Jânio, levou as crianças da entidade para o desfile na Avenida São Carlos. Em razão de ser a única creche da cidade, local de encontros sociais e pela estreita amizade que mantinha com Jânio Quadros e Antônio Massei, prefeito de São Carlos na época, as crianças receberam lugar de destaque no palanque oficial do presidente, ficando acomodadas em frente às autoridades, numa plataforma inferior. (MALACHIAS, 2002, p.85, 86)

---

32 De acordo com MARIANI, S; FORMIGONI, O; VILLANI, C e FREITAS, M. (1970), as entidades mantenedoras de Obras e Serviços de Bem Estar Social em São Carlos, em 1970, eram:

Sociedade Beneficente das Senhoras Dorcas (Igreja Adventista), Sociedade Presbiteriana de Assistência Social, Grupo da Fraternidade Irmãos Batuira, Obras de Assistência Social Sacramentina, Roupeiro São José (Das Irmãs Missionárias e Jesus Crucificado), Serviço de Assistência social da Igreja Assembléia de Deus, Serviço de Obras Sociais “Santa Isabel”, Sociedade Amigos da Paróquia de Santa Isabel, Sociedade Espírita “Obreiros do Bem”, Sociedade Pão dos Pobres de Santo Antônio, Legião Brasileira de Assistência, Casa do Caminho (Instituição Espírita Cristã), Lar do Pobre, Bazar Vicentino e Sociedade São Vicente de Paulo.

A seguir podemos ver uma foto que registrou o momento descrito.



Jânio, Juscelino, Massei e as crianças da creche Anita Costa no primeiro centenário de São Carlos

Para concluir este item do trabalho, apresentamos ao leitor uma sistematização das informações oferecidas ao longo deste texto sobre as instituições de atendimento à criança existentes em São Carlos antes de 1977, sobre as quais conseguimos alguma informação.

#### O atendimento à criança pequena em São Carlos antes de 1977

Ano	Instituição	Mantenedora	Caráter
?	Curso Infantil do Instituto Álvaro Guião	Governo Estadual	Atend. diurno à criança
1939	Lactário Manutenção e Proteção à Infancia	PMSC	Assistência à criança pobre
1947	Orfanato da Assoc. de amigos da Vila Nery	Igreja Católica - Salesianos	Internato masculino
1949	Serviço de Colocação Familiar	Governo Estadual	Assist. à criança abandonada
1952	Clube de mães	Delegacia Reg. de Saúde	Assist. a mãe e gestante
1955	Creche Anita Costa	Clube de mães	Internato e atend. diurno à criança
1961	Realização do V Simpósio Estadual sobre	O problema da criança	Evento
1962	Nosso Lar		Internato
1962	Creche Padre Teixeira		Atend. diurno à criança
1966	Creche da Divina Providência		Atend. diurno à criança
1967	Creche Aracy Pareira Lopes		Atend. diurno à criança
1967	Creche Casa do Caminho (Mei-Mei)	Instituição Espírita Cristã	Atend. diurno à criança
?	Obra Assistencial Bethânia Vicentina		Internato feminino
? (déc. 70)	Cursos Maternais	Prefeitura Municipal	Atend. diurno à criança

Fonte: Documentos diversos coletados para essa pesquisa.

OBS.: Ao longo da pesquisa encontramos referências a algumas instituições sem que fosse mencionado o ano de criação. Optamos por inseri-las no quadro, marcando com ponto de interrogação o ano de criação.

### 1.3 - Creches Municipais em São Carlos de 1977 a 1996: O período da Assistência

Em 1977, iniciou-se a terceira administração municipal do Sr. Antônio Massei, representante das novas camadas ocupacionais do cenário urbano, em especial, dos trabalhadores do comércio, da indústria, e da população residente na periferia de São Carlos. Massei já havia administrado o município de 1952 a 1955 e de 1964 a 1968 (Prefeitura Municipal de São Carlos, 1982) e foi responsável por diversas obras na cidade, dentre as quais interessam, especialmente a essa pesquisa: a construção, em 1955, do primeiro parque infantil da cidade, denominado Cônego Manoel Tobias<sup>33</sup>; a criação das primeiras creches municipais em parceria com a filantropia (SOS I e SOS II<sup>34</sup>); e a construção, em 1982, das primeiras creches municipais com prédio próprio – Creches Ruth Bloen Souto e Papa João Paulo II, localizadas na Vila Carmen e no Jd. Pacaembu –; além da reativação do Departamento de Assistência Social do município (DAS). Ele é o primeiro prefeito da cidade que compõe o quadro de prefeitos do período que nos propomos a estudar.



Parque Infantil Cônego Manoel Tobias – Fachada



Parque Infantil Cônego Manoel Tobias – Vista Aérea

A concepção de educação que sustentou os serviços oferecidos nas creches mantidas pelo poder público municipal após 1977 não se diferenciava muito daquela presente nas creches filantrópicas antes dessa data, como veremos. No entanto, o fato do Estado – mesmo que em âmbito municipal - tomar para si a responsabilidade pela educação e pelo cuidado das crianças foi um marco importante para a história das creches são-carlenses, pois tal fato fortaleceu o processo de formação do povo brasileiro, como uma preocupação estatal, apesar

33 O parque infantil Cônego Manoel Tobias foi construído no bairro Vila Nery e ocupa uma quadra inteira. Até 1965 a instituição funcionava como um espaço de recreação para crianças de 7 a 12 anos que freqüentassem o ensino regular no período oposto, como aponta Huziwara (2006, p. 30) e conforme nos relatou a Sra. Neusa Massei Porto, entrevistada n. 1.

34 SOS é a sigla do Serviço de Obras Sociais Santa Isabel, que foi parceiro da prefeitura para a criação e manutenção dessas primeiras creches. SOS I e SOS II foram os nomes indicados pela Sra. Neusa Massei Porto para essas creches. De acordo com Maria de Lourdes Micceli e Silva, o nome da primeira creche era Creche Santa Isabel.

do tipo de atendimento ter continuado muito próximo do que a filantropia privada oferecia. As entrevistas realizadas nos fornecem informações importantes sobre as primeiras iniciativas da prefeitura quanto à oferta de creches:

Nessa fase, (quando foi criado o Departamento de Assistência Social - DAS) em São Carlos, a Neusa<sup>35</sup> montou através do Serviço Social, uma creche, lá na Santa Felícia, mas que era uma casa, muito pequena, que se chamava **Creche Vila Isabel**<sup>36</sup>, que não tinha nada a ver com a Vila, mas era o nome da creche. Eu nem sei se tem registro... Eu sei porque eu trabalhei nessa época! Era (...) lá perto da USP, era subindo ali subindo a Rua Miguel João. (...)

(Maria de Lourdes Micceli e Silva)

Quando eu assumi o Departamento (em 1977, junto com o meu pai), nós percebemos que era uma necessidade tremenda a creche! (...) tinha a creche do Tombolato, a creche Anita Costa e o Nosso Lar. Eram três pontos, uma lá na Vila Prado, Bela Vista, a do Tombolato, na Vila Isabel e essa aqui (Anita Costa, no Centro). Então era uma necessidade bem grande a creche, então o que nós resolvemos fazer? Conversei com o meu pai, ele disse que para construir, até terminar leva mais de um ano, porque tem que ter verba, projeto aprovado, não é um estalar de dedos... Então nós fizemos uma reunião, conversamos e decidimos fazer o seguinte: arrumar uma casa, num bairro mais necessitado; onde você achar que é mais necessitado, a gente faz uma pesquisa e a gente aluga e equipa. Põe funcionário da prefeitura e tal. Então nós fizemos essa do jardim Bandeirantes, na Rua Miguel João, que era a SOS I<sup>37</sup>. Então precisava, para ter uma verba do Estado para ajudar, precisava se juntar a uma obra social, então nós conversamos com o presidente do SOS e o SOS oferecia uma verba e um funcionário, a prefeitura oferecia o restante dos funcionários (...).

(Neusa Massei Porto)

Era financiada pelo município. Era uma coisa assim bem pequena. Tinha mais ou menos umas 25 crianças e era uma coisa muito assistencialista, muito informal, não tinha um planejamento (...) era exatamente o que se fazia: comiam, dormiam e brincavam, certo? Foi assim bem no início. Essa foi a primeira creche do município. Não tinha uma diretriz, mesmo porque, na época, as creches eram assistencialistas mesmo. Não era essa. Todas eram, inclusive as filantrópicas também eram assistencialistas. Para chegar nisso que chegou houve muita mudança, muita, muita, muita...

(Maria de Lourdes Micceli e Silva)

Quando foi proposto esse projeto CURA, a Neusa<sup>38</sup>, que já era Diretora

35 Se refere à D. Neusa Massei Porto, diretora do DAS de 1977 a 1982.

36 De acordo com depoimento da Sra. Neusa Massei Porto, o nome dessa creche era SOS 1.

37 Creche montada pela prefeitura municipal de São Carlos em parceria com o Serviço de Obras Sociais Santa Isabel (SOS).

38 Neusa Massei Porto.

da Assistência Social, ela propôs para o prefeito a construção de duas creches. Na época, já se começava a vislumbrar a necessidade do Município, do poder público começar a ter acesso a esse tipo de população (carente). Então se propôs a construção dessas duas creches<sup>39</sup>, pelo projeto CURA, e essa aqui (creche Vila Isabel<sup>40</sup>) acabou com o tempo. Ela continuou (funcionando) até o término (da construção das creches Ruth Bloen Souto e Papa João Paulo II), daí ela acabou porque a casa era alugada... Não tinha mesmo condição.

(Maria de Lourdes Micelli e Silva)

A ausência de uma diretriz para as creches não se estendeu por muito tempo. Antes mesmo da construção das primeiras creches em prédios próprios, quando apenas existiam essas duas creches mantidas pelo poder público em prédios alugados, o D.A.S. (Depto. de Assistência Social) providenciou tais diretrizes. Trata-se do Projeto para a Implantação de Central de Creches, de 1978, e do Plano para Instalação de Creches, do ano de 1979, este último assinado pela própria Maria de Lourdes M. Silva, uma das assistentes sociais do departamento, responsável pelas creches.

De acordo com o Projeto para a Implantação de Central de Creches do DAS, sua meta era “atingir o maior número de pessoas carentes de recursos que necessitam trabalhar fora do lar, dando condições necessárias de sobrevivência aos seus dependentes”. Entre seus objetivos específicos, encontravam-se:

- b) a central de creches visa a dar condições às creches-escolas-casulos, para abrigar em regime de semi-internato, crianças de 45 dias a 06 anos, filhos de mães que trabalham fora do lar;
- c) a central de creches procurará dar ao menor, as condições necessárias de sobrevivência, ou seja, alimentação adequada, educação, recreação e higiene, que muitas vezes não encontram nos lares, por serem desorganizados e carenciados; (...). (DAS, 1978)

Podemos notar neste trecho, como o interesse do Estado era atravessados pelo discurso do movimento médico-higienista no que se refere à educação das crianças pequenas. As creches públicas não se distinguiam muito das filantrópicas; ambas tinham por objetivo prestar assistência à pobreza, normalizar e normatizar suas condutas. Visavam a ensinar os pobres a cuidarem de suas famílias e de seus lares fiscalizando inclusive a limpeza das casas das crianças atendidas, como nos mostram as entrevistas. Segundo Donzelot (2001), a habitação constituía um dos importantes instrumentos dados à mulher pobre para se enquadrar no modelo higienista de vida, o que nos ajuda a compreender a preocupação manifestada por

39 Creches Papa João Paulo e Ruth Bloen Souto.

40 Ou SOS 1.

algumas das entrevistadas com relação à manutenção e higiene dos lares das crianças que freqüentavam as creches.

Essas creches, do “Período da Assistência” também visavam a oferecer educação<sup>41</sup> e recreação, como nos mostra o documento anteriormente citado e assinado pelo DAS. Tal fato confirma os resultados dos estudos de Kuhlmann Jr, (1998), que defende a interpretação histórica de que as creches e pré-escolas assistencialistas foram concebidas e difundidas como *instituições educacionais*. No entanto, sabemos que tratava-se de um modelo de educação pautado em concepções médico-higienistas e destinadas apenas à população pobre.

A vinculação administrativa aos órgãos de assistência é um dos elementos sustentadores da concepção educacional assistencialista, pois desde o início já define o atendimento como exclusivo aos pobres que, por serem pobres, não teriam condições de educar adequadamente seus filhos. Desse modo, o reconhecimento das creches e pré-escolas como parte do sistema educacional, na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pode ser caracterizado como a superação de um obstáculo necessário. Se a creche passa a fazer parte do sistema educacional do país, ela deixa de ser apresentada como alternativa para pobres incapazes, para ser posta como complementar à ação da família, tornando-se uma instituição legítima e não um simples paliativo. *Mas não é por isso que as instituições se tornaram educacionais, elas sempre o foram e continuarão sendo*, onde quer que estejam. A passagem para o sistema educacional não representa de modo algum a superação dos preconceitos sociais envolvidos na educação da criança pequena (Kuhlmann Jr, 1998, p.204).

O Plano para Instalação de Creches do ano de 1979 se deveu à urgente busca pela instalação de uma creche no bairro Jd. Cruzeiro do Sul. Em sua introdução, o Plano aponta para a necessidade de se considerar o grande contingente de mulheres integrando a força de trabalho em São Carlos e a escassez de local apropriado para permanecerem os menores enquanto seus pais trabalhavam – aspectos que se agravavam na periferia, em especial, no bairro Cruzeiro do Sul, cuja população se constituía em grande parte de bóias-frias e mulheres que deixavam o lar às cinco horas da manhã e retornavam para suas casas apenas ao pôr do sol. (DAS, 1979)<sup>42</sup>

---

41 A partir do modelo higienista de educação

42 A informação apresentada neste documento, que indica a existência de um grande contingente de mulheres integrando a força de trabalho em São Carlos, em 1979, pode parecer contrária à informação oferecida por Rizzoli (1983), uma vez que a grande maioria das mulheres pesquisadas pela autora não trabalhava no setor industrial. No entanto, das mulheres que fizeram parte do universo pesquisado por Rizzoli (142 mulheres no total), 29,6% trabalhavam na produção de mercadorias em indústrias, o que não é um percentual pequeno. Agrega-se a isso o fato de que nos bairros mais periféricos e mais pobres o índice de mulheres trabalhadoras tende a ser mais alto, de forma que podemos considerar que as duas informações (Rizzoli, 1983 e DAS, 1979) não sejam contraditórias – desta forma, é válido que trabalhem com ambas as fontes.



Mulheres trabalhadoras saindo da Industria Fiação e Tecidos S. Carlos – início da Industrialização na cidade

As primeiras creches municipais de São Carlos refletem uma preocupação do poder público municipal em minimizar os efeitos da pobreza em algumas regiões da cidade e dar condições de trabalho às mulheres pobres que tinham filhos. A idéia de que as famílias pobres não têm condições de educar seus filhos porque vivem em lares desorganizados e carentes se fez presente também no programa de educação e assistência, proposto pela prefeitura, com as primeiras creches municipais. A partir da lógica proposta e consolidada pela medicina-higiênica, as famílias que tivessem o mínimo de condições deveriam permanecer com seus filhos, e a mãe deveria se responsabilizar por sua educação e por todos os cuidados que se fizessem necessários.

Havia uma preocupação dos gestores em cuidar das crianças pobres, como se fosse um favor pessoal<sup>43</sup> que estivesse sendo prestado para suas famílias, que necessitavam trabalhar e não tinham com quem deixar os filhos. Assim, as creches municipais foram construídas nos bairros pobres da cidade e ofereciam basicamente alimentação, segurança e higiene, além de atividades de recreação, possibilitando a inserção de seus pais no mercado de trabalho e angariando votos para o prefeito ou candidato aliado, como moeda de troca pelo “favor” prestado com a construção da creche.

A definição dos bairros que seriam atendidos pelas creches se deu a partir de uma preocupação do então governo em atender os bairros próximos à favela. Não havia, de acordo com as entrevistadas, reivindicações organizadas por creches na época. A demanda teria aparecido somente a partir de uma pesquisa feita pelo DSS, em bairros pré-determinados, a fim de justificar a solicitação de recursos do Projeto CURA para o governo Federal.

A assistente social da prefeitura, na época, nos conta que:

<sup>43</sup> Essa ênfase no caráter pessoal é uma característica comum da tradição coronelista das cidades interioranas, e se tornará ainda mais explícita quando nos detivermos sobre o conjunto das entrevistas.

(...) Para o Projeto CURA<sup>44</sup>, a gente fez um levantamento, aqui pela Assistência Social, porque nós tínhamos que remeter junto à solicitação de financiamento uma demanda! E foi tudo cadastrado. Foi escolhido lá porque tinha um grande número de crianças na rua... Hoje aquilo lá é um bairro, não é uma favela, era tudo de madeira, esgoto era a céu aberto... Então também na questão de oferecer alguma política pública para essa população, nessa política estava incluída a creche para atender as crianças.

*Pesquisadora: esse levantamento foi feito na cidade inteira?*

Não. Porque foram escolhidos esses dois bairros (o Jardim Beatriz e o Jardim Pacaembu) em função da favela.

(Maria de Lourdes Micceli e Silva)

Dessa forma, as duas primeiras creches municipais com prédio próprio foram construídas próximas à antiga favela do Gonzaga e contaram com importante financiamento por parte do governo federal.

As entrevistas apontam a importância de recursos como os do Projeto CURA, recursos diversos do governo Estadual – destinados ao município “a título de fundo perdido” –, convênios com o Rotary e o Serviço de Obras Sociais do município (SOS), além de doações feitas pela elite local.

O jornal a Tribuna de São Carlos traz, em novembro de 1982, diversas reportagens que fazem referência à inauguração das creches Ruth Bloen Souto e Papa João Paulo II e menciona o projeto CURA, do governo federal, como principal fonte de financiamento dessas obras.

Todas as obras adiante relacionadas são decorrentes da reivindicação feita pelo próprio povo dos bairros, quando a Administração Municipal fez ampla pesquisa junto aos moradores, os quais indicaram as prioridades, em seguida estudadas pela Administração Municipal, juntamente com a coordenadoria do projeto CURA, a fim de promover a melhor aplicação possível dos recursos financeiros oriundos do BNH.

São obras que (...) em condições normais só seriam possíveis num prazo de 20 anos ou mais e que, felizmente, já se encontram quase todas completamente terminadas (...) (OBRAS E

44 A sigla CURA significa Centros Urbanos de Recuperação Acelerada. Trata-se de um Projeto desenvolvido pelo Ministério do Interior do Governo Federal, por meio de recursos do Banco Nacional de Habitação, uma instituição criada em 1964, como um banco de segunda linha, que não operava diretamente com o público. Sua função era realizar operações de crédito e gerir o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por intermédio de bancos privados e/ou públicos e de agentes promotores, como as companhias habitacionais e as companhias de água e esgoto. O BNH foi a principal instituição federal de desenvolvimento urbano da história brasileira, na qualidade de gestor do FGTS e da formulação e implementação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Financeiro do Saneamento (SFS). Foi extinto, por decreto presidencial, em 1986, conforme Arretche (s/d).

MELHORAMENTOS REALIZADOS PELAS ADMs. MASSEI.  
Jornal A Tribuna, São Carlos, 04/11/1982 – Ed. Especial)

Anteontem, mais uma obra pública foi entregue pelo prefeito Antônio Massei e sua esposa Therezinha Ríspoli Massei à população são-carlense: a creche Ruth Bloen Souto, em Vila Carmem, que abrigará cerca de 150 crianças na faixa etária de 3 meses a 6 anos. Essa obra, a exemplo de outras unidades de ensino já inauguradas, foi construída pela administração municipal através do projeto CURA. (CRECHE RUTH BLOEN SOUTO INAUGURADA POR MASSEI EM VILA CARMEM, Jornal A Tribuna, São Carlos, 10/11/1982).



Creche Municipal Ruth Bloen Souto –  
Financiada pelo Projeto CURA



Construção da creche municipal Papa João Paulo II, também financiada pelo Projeto CURA, e visita do prefeito Antônio Massei à obra



A necessidade de atender à população da favela e dos bairros vizinhos foi um item levantado por diversas entrevistadas, em vários momentos das entrevistas. O caráter desse atendimento e a caracterização da clientela atendida pelas creches também se tornam evidentes pelos relatos:

(...) o Jardim Beatriz e o Jardim Pacaembu concentravam um número muito grande de crianças em virtude da favela<sup>45</sup> (do Gonzaga). Então se pensou em fazer alguma coisa assim bem próxima. A creche João Paulo, a bem da verdade, foi construída na boca da favela. (...)

(Maria de Lourdes Micceli e Silva)

Nós tínhamos uma *fila de espera imensa*, principalmente naquela região do Jd. Gonzaga, era uma área muito carente, e era uma carência de tudo ali. Porque agora o Jardim Gonzaga está muito bonito, mas antes era favela. (...) Naquela época era barraco, barraco, barraco... Nossa era uma carência! Eles colocavam as crianças mesmo para comer na creche, porque não tinha nada em casa.

(Valéria Ferreira Trevisan, grifo meu)

No meu tempo não tinham dinheiro nem para comer. De sexta feira, a gente dava o leite que sobrava, a comida que sobrava, para elas levarem para casa. A criança chegava de manhã com fome, na segunda-feira. Pedindo comida (...). A gente fazia mutirão entre a gente para pôr roupa dentro da creche para atender, porque a creche tinha a roupa dela, e a gente trazia roupa das crianças da gente para vestir as crianças para mandar as crianças para casa. A gente lavava, tinha roupa que ficava dura no corpo da criança. E com a ida para a educação mudou a visão.

(Ângela Oioli)

De acordo com Ângela Oioli, hoje as creches não atendem mais à população pobre. Segundo ela, hoje os pobres voltaram para dentro de casa, para serem cuidados por seus irmãos mais velhos ou por alguma pessoa da vizinhança, pois não teriam se enquadrado ao modelo da educação proposto para as creches. Não é isso o que nosso estudo indica. Ao menos no que se refere ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos, as creches têm priorizado a população pobre. O que mudou foi o caráter do atendimento oferecido. Hoje as creches têm assumido as tarefas de cuidar e educar e têm deixado para programas de assistência social, que visam à melhoria das condições de vida da população – tais como o Bolsa Família, Bolsa-Escola e Fome Zero – a função de garantir que as famílias atendidas pelas creches tenham alimentação em casa e condições financeiras para comprar roupas ou outro item necessário ao bem-estar das crianças.

No período de 1977 a 1996, a creche era concebida como um dos meios para minimizar a ação da pobreza, de forma que a região da favela do Gonzaga não foi a única contemplada com a construção de creches nesse período, apesar de ser até hoje a região onde se encontra o maior número delas.

---

45 A favela do Gonzaga se localiza entre os bairros Jardim Beatriz e Jd. Pacaembu, onde foram construídas as creches Ruth Bloen Souto e João Paulo II, respectivamente.

No Gonzaga, no Santa Maria... Não tinha nada! O critério era assim: aonde não tinha recurso social nenhum. Então a gente tinha espaço, a gente construía (...).

(Angela Oioli)

(...) o pessoal era muito carente mesmo. Tinha criança subnutrida, lá, então eu acho que [a construção da creche] foi, para a época, uma boa opção, porque a gente conseguiu começar a melhorar o bairro através da creche, porque também fazia reunião com as mães, levava palestras (...). Tinha trabalho com as mães, por exemplo, se a mãe, a família, precisava de alguma coisa assim como saúde, habitação, cesta básica... Tudo isso era proporcionado.

(Maria de Lourdes Micceli e Silva)

Tal concepção de atendimento à pobreza e à demanda, presentes nas ações e práticas na administração, aparecem também nas falas dos nossos entrevistados. Após uma cuidadosa análise das entrevistas, selecionei alguns trechos que explicitam as concepções de criança, infância, creches, educação infantil, movimentos populares e demanda por creches e a concepção de políticas públicas dos entrevistados. Nas falas daqueles que foram responsáveis pelas creches (agentes do Estado e corpo técnico) durante o período em que elas estavam ligadas aos setores de Assistência Social da prefeitura, fica evidente, por exemplo, a quem se destinavam as instituições.

Quando os entrevistados falam das crianças atendidas pelas creches, se referem a elas como a criança pobre, da rua, da favela, que passa fome, que vive em uma estrutura familiar inadequada... O direito da criança à educação infantil ainda não havia sido conquistado. A creche se configurava, de fato, como assistência às crianças pobres e como uma forma de moralizar e normatizar a vida da população pobre a partir das idéias da medicina-higienista, que prescreviam o modo como deveria ser educação de crianças. A construção das duas primeiras creches municipais de São Carlos na mesma região da cidade (próximas à favela do Gonzaga) reafirma essa concepção de instituição<sup>46</sup>.

A creche aparece como uma necessidade de bairros pobres, de gente que precisa trabalhar, destinada aos locais onde não houvesse recurso social nenhum, para crianças da favela. Era um lugar de comer, dormir e brincar, ou ainda, de alimentar, limpar e dormir; não havia um planejamento; o objetivo era tirar a criança da rua, da casa do vizinho e cuidar

46 Encontram-se listados no anexo 1 o nome das creches municipais, o ano de inauguração e o bairro onde foram construídas. No anexo 2, apresentamos a localização das creches no mapa do município e no anexo 3 identificamos o mapa da renda per capita da população dos bairros, e o mapa do crescimento espacial municipal, o que permitirá ao leitor observar a predominância de creches na periferia e nos bairros mais pobres do município.

direito. As creches aparecem nas falas dos entrevistados também como um meio para melhorar o bairro, uma vez que dariam formação educacional para as crianças e para as famílias, como apontado anteriormente. O trabalho com as mães também foi bastante enfatizado, bem como a orientação a elas, as visitas às casas, a necessidade de a mãe estar trabalhando. Mas o principal foco ficou mesmo na criança pobre que precisava ser cuidada, e não havia critérios definidos para a concessão de vagas. Os seguintes trechos das entrevistas são bastante significativos:

A mãe tinha que trabalhar fora para poder deixar o filho período integral na creche, apesar que muitas mães tinham problemas de trabalho, não trabalhavam, então a gente pegava mais para ficar mesmo com a criança que a gente sabia que a estrutura familiar... a criança não tinha o que comer em casa.

(Valéria Ferreira Trevisan)

(...) se inaugurava [uma creche] no sábado, na segunda feira tinha fila na porta, tinha mãe que largava a criança com um bilhete “Precisei ir trabalhar”. Era uma loucura, uma loucura!

(Ângela Oioli)

Como vimos até aqui, as primeiras creches municipais de São Carlos foram concebidas para funcionar como um equipamento de assistência e de atendimentos básicos (alimentação, saúde e higiene) aos filhos de famílias pobres. Apesar de não terem sido concebidas com preocupações estritamente educacionais, Kuhlmann Jr. (1998) destaca que “o assistencialismo foi configurado como uma proposta educacional específica para esse setor social, dirigida para a submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares” (idem, p.28).

Esta concepção educacional das instituições assistencialistas, apontada por Kuhlmann Jr., foi evidenciada nas falas de nossas entrevistadas quando elas afirmam que o objetivo das creches era dar uma *formação educacional para as crianças e para as famílias*, quando relatam as visitas que eram feitas às casas das famílias atendidas pelas creches, ou ainda quando destacam, entre os trabalhos desenvolvidos nas creches, os trabalhinhos e as atividades dadas pelas pajens, enfatizando que, apesar de não ser o principal foco, havia sim essa preocupação.

Nesse tempo, o que valia era tirar a criança da rua, tirar a criança que se machucava com o irmão maior, com o vizinho, e levar para a creche e alimentar e cuidar enquanto a mãe trabalhava. Com isso, a gente exigia que ela mantivesse a casa limpa, a gente fazia acompanhamento social (...).

(Ângela Oioli)

Então a gente, com as meninas (do DSS) todas, que eram assistentes sociais, a gente começou a elaborar algumas coisas que deveriam *preencher essa parte também educacional*, que deveria ser dado nas creches.

(Maria de Lourdes Micceli e Silva)

Mas o atendimento que se pretendia oferecer nas creches, apesar de possuir também esse viés educacional, não requisitava nenhuma formação de suas profissionais e dependia, muitas vezes, de trabalho voluntário de pessoas caridosas e solidárias (fato comum em entidades filantrópicas e comunitárias de todo o Brasil e que se manteve em algumas creches públicas do município).

(...) aí nós apelamos para uma voluntária que foi a Dona Bija<sup>47</sup>, que pertencia ao Rotary (...). Era ela quem comandava, ela prestava contas para o Departamento, mas ela era uma diretora voluntária, não recebia um tostão. Todo dia ela ia até a creche, via as necessidades. Ela era uma intermediária, via as funcionárias, quem não estava trabalhando direito, quem estava...

(...) Também tivemos uma voluntária ótima, chamada Dona Hortência Mourão, que ajudou muito também. É uma pessoa caridosa e muito disposta!

(Neusa Massei Porto)

Aparentemente, a condição de mulher e o suposto “instinto materno”<sup>48</sup> inato às mulheres seriam suficientes para o trabalho com crianças pequenas – afinal, o que se esperava das pajens era que cuidassem das crianças como se fossem seus filhos. Não era, portanto, necessária nenhuma formação, bastava ser mulher, ou ainda, “menina” e estar “disposta”, como pudemos observar nas entrevistas.

Kramer (2005) aponta para o fato de ser comum e usual que, em situações da prática escolar, as coordenadoras e diretoras se refiram às profissionais da educação infantil como “meninas” e afirma que

47 D. Bija – Dona Edwiges Vilas Boas

48 Elisabeth Badinter (1985) discorre sobre o instinto materno como um mito construído e fortalecido na Europa, a partir do século XVIII. Segundo a autora, o amor materno é produzido social e culturalmente; é cultivado durante a convivência e é fruto da relação e da permanências das mães com seus filhos, não se configurando como um instinto ou algo comum à todas as mulheres, motivo pelo qual a autora fala de um *Mito do amor materno*.

O horizonte social no qual a subjetividade das professoras de educação infantil é produzida parece marcado ideologicamente por uma visão que as diminui, enfraquece e desprofissionaliza. (idem, p.127)

No excerto extraído da entrevista com Maria de Lourdes Micceli e Silva e apresentado anteriormente, ela se refere às assistentes sociais do DSS como “meninas”. Essa expressão apareceu também em outras entrevistas, se referindo, ora às assistentes sociais, ora às profissionais da educação infantil, o que nos faz dar especial atenção à discussão proposta por Sônia Kramer. As concepções de creche e de profissional de educação infantil que respaldam nomear estas últimas como “meninas” são as mesmas que sustentam uma prática pautada no trabalho voluntário, e na improvisação, que se estende por toda a política voltada para creches nesse período.

Podia ser qualquer mulher para trabalhar na creche, para geri-las, e mesmo para gerir as políticas para creches. As entrevistadas são unânimes em afirmar que o trabalho com creches era um campo novo para elas e dizem que foi um trabalho difícil, que lhes exigiu muito empenho e “raça”. Apontam ter aprendido muito com experiências de outras cidades e com seus próprios erros, e apontam que essa política que estamos caracterizando como a do improvisado se estendia além dos profissionais.

As entrevistadas indicam que não havia políticas específicas definidas para as creches: não havia verbas específicas, cargos ou profissionais específicos.

Era um tempo danado, sem estrutura. **Era tudo na raça.** Não tinha essas verbas, tinha que catar daqui, catar de lá. Priorizar, brigar para priorizar. Não era como hoje, que tem tantos por cento para isso, tantos por cento para aquilo. Não. Era terra de ninguém. Era outra história!

(Ângela Oioli)

Não era uma coisa assim, formal. A coordenação de creches não tinha cargo, como hoje, não havia uma gratificação, plano de carreira (...).

(Maria de Lourdes Micceli e Silva)

A nossa preocupação era realmente: “Será que a gente está fazendo a coisa certa?” Por que quando você não tem um modelo, e você está começando do zero, é o que você se preocupa. (...) Quando construía uma creche, depois, muitas vezes a gente via que tinha coisa errada, por exemplo, o vaso sanitário, você tinha que pensar que era para crianças, então tinha que ser pequeno. Num primeiro momento, teve

uma creche que a gente fez errado, então teve que refazer.

(Valéria Ferreira Reis Trevisan)

As entrevistadas contam, ainda, que elas eram quem desenhavam as plantas das creches. Apesar não terem consciência de que aquele era um “campo novo” para elas, relatam que iam para São Paulo fazer compras de roupas e uniformes para os funcionários e, mensalmente, faziam as compras das creches nos supermercados.

Em uma de nossas entrevistas, D. Neusa Massei Porto nos falou um pouco sobre as funcionárias que trabalhavam na creche SOS II, que funcionou no bairro Jd. Cruzeiro do Sul, em casa alugada. Novamente, podemos observar o imprevisto: algumas profissionais foram absorvidas de um programa já fracassado e outras trabalhavam voluntariamente:

A Dona Gema Galgani dirigia, na administração anterior, um plano chamado PLIMEC (...). E as funcionárias do PLIMEC e a Dona Gema, que era professora, trabalharam nessa creche. A Dona Gema era a diretora dessa creche. Gema Galgani Novaes, que trabalhou junto com a D. Hortência, mas a Dona Hortência não ganhava, ela era voluntária e Gema era funcionária do PLIMEC e nós absorvemos.

Esse plano ao qual a entrevistada se refere é o Plano de Integração Menor-Comunidade (PLIMEC), desenvolvido pela FUNABEM, em substituição ao modelo de proteção e vigilância aos menores em situação irregular adotado anteriormente, que impunha a institucionalização compulsória constituída da apreensão, triagem, rotulação, deportação e confinamento de ‘menores’. Segundo Damasceno (2006), o PLIMEC tinha como objetivo trabalhar com os meninos em situação de risco em suas comunidades de origem e, para isso, estabeleceu a criação de Núcleos Preventivos, a fim de evitar que, “por necessidade de sobrevivência, fizessem da rua as suas moradias”.

Com o fracasso do PLIMEC<sup>49</sup>, as funcionárias desse programa que atuavam em São Carlos foram “absorvidas” pela prefeitura e passaram a atuar na creche SOS II. Eram pessoas sem nenhuma formação, no entanto, eram pessoas (ou “meninas”) “caridosas e dispostas”, o que bastava, conforme fica explícito na fala de D. Neusa Massei Porto.

O trabalho nas creches não se configurava, de fato, como uma profissão que exigia alguma qualificação. No Brasil as expressões “pajens”, “crecheiras”, “agente educativo”, “auxiliar educacional” e “recreacionista” – além do termo informal “meninas” – foram

---

49 Atribuído por Damasceno (2006), bem como por Moreira (2000) a padronização, a centralização e a verticalização do PLIMEC, bem como o adensamento do viés coercitivo-repressivo da FUNABEM.

comumente empregadas para designar a função daquelas mulheres sem formação específica que cuidavam das crianças nas creches, em contraposição ao uso do termo “professora”, usado para designar aquelas que trabalhavam em pré-escolas, com a educação das crianças com mais de 4 anos e que possuíam formação específica. No que se refere ao contexto específico de São Carlos, as pessoas que trabalhavam nas creches sequer possuíam uma denominação própria. Eram *serviços gerais*. A especificidade do trabalho na creche não aparecia nem mesmo no nome de sua profissão.

Tal fato é relatado por Maria de Lourdes Micceli e Silva, que nos conta que:

Antes de ter o concurso, a maioria das *meninas* que trabalhavam em creche elas eram serviços gerais, isso veio montado anterior à minha época. Então eu peguei essas creches todas, era só serviço geral, uma ou outra tinha alguma formação de normalista, mas eram poucas que tinham alguma formação mesmo para ocupar o cargo. (...)

Ela destacou ainda a importância de sua atuação junto ao prefeito e à câmara municipal para a criação do cargo de pajem. Contou ainda que desde esse primeiro concurso, já havia a intenção de se exigir alguma formação

Então eu sentia necessidade de colocar pessoas que tivessem alguma formação a mais. Que não fossem só serviçais, para trabalhar com as crianças. E aí eu solicitei junto ao prefeito porque estava faltando funcionários para as creches e também ia inaugurar outra... Tinha o Albergue... Então eu solicitei a ele que abrisse concurso para pajem. E foi todo aquele trâmite de aprovação junto à câmara, teve que abrir uma brecha dentro da prefeitura porque não tinha isso no organograma, então foi um processo lento. Muito devagar, eu tive que ir na Câmara esclarecer porque eu estava pedindo gente que tivesse uma certa formação, porque a visão era assistencialista, a pessoa que fazia serviços gerais ficava, olhava a criança.

(Maria de Lourdes Micceli e Silva)

Apesar de a entrevistada apontar para um desejo de ampliar a formação das profissionais das creches, essa formação se restringiria à 8ª série, uma vez que exigir pessoas com formação específica para atuar com crianças era uma exclusividade do departamento de Educação.

A gente exigiu (para ser pajem) experiência profissional, e formação. Eu não podia exigir normalista por conta até de estar batendo de frente com a Educação. Na época que era o seu Ary... ele era uma pessoa altamente centralizadora nessas coisas dele; e professora era com ele.

Mas eu queria que pelo menos já tivesse a 8ª série completa, que já tivesse alguma coisa, algum trabalho com crianças.

(Maria de Lourdes Micceli e Silva)

Mas apesar do esforço narrado em colocar nas creches profissionais com formação e experiência, tal objetivo não foi alcançado, uma vez que, para alimentar e cuidar das crianças, apenas o necessário para que elas não se machucassem, como era a proposta do Estado nesse período, não era necessária a formação desejada pela então diretora do Depto. de Serviço Social, nem tampouco era necessário que se colocassem professoras para o trabalho com as crianças. As demais atividades das creches, tais como fazer o acompanhamento das mães, ficavam a cargo das assistentes sociais do DSS.

O primeiro concurso para pajens realizado em São Carlos foi em 1990 e, antes disso, de acordo com Neusa Massei,

Não havia concurso. Eram pedidos... Apadrinhamento político, devia ser na ocasião.

E ela continua relatando que

Quem me colocou na prefeitura foi um prefeito chamado Dr. Perdigão (...). Acho que ele era o vice do Dr. Augusto de Oliveira, mas na ocasião o prefeito era o Dr. Perdigão e eu queria dar aulas. Tinha que ir lá e pedir.

No tocante às contratações de pessoal para a educação infantil, destacamos que o primeiro concurso público realizado pela prefeitura municipal de São Carlos ocorreu em 1989 e destinava-se ao provimento de vagas para o magistério municipal em diversos níveis.

As provas deste concurso versavam sobre Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais de matemática, Ciências e Estudos Sociais, Fundamentos de teoria da educação, Psicologia, Sociologia, Filosofia e Didática era exigido dos candidatos a uma das vagas para professor de pré-escola, habilitação para o magistério com especialização em pré-escola.

No ano seguinte, realizou-se novo concurso. Entre as diversas vagas oferecidas, encontravam-se 4 vagas para o cargo de para pajem. Eram requisitos exigidos para o preenchimento desses cargos: ser brasileiro, ter no mínimo 16 anos, estar em dia com a Justiça eleitoral, estar em gozo dos direitos civis e políticos, estar apto a exercer a função, bem como as tarefas básicas do emprego, apresentar cédula de identidade, atestado de antecedentes e

possuir experiência profissional, conforme consta do Edital do concurso 013/90.

Novamente, não se mencionava a necessidade de qualquer tipo de formação, exigência que foi feita apenas pelo concurso n. 94, realizado em 1999<sup>50</sup>. Até então, bastava ter conhecimentos básicos de português, matemática e conhecimentos gerais e atestar sua competência profissional em uma prova prática. No entanto, houve uma vez em que nem isso se exigiu.

(...) aquela creche no Gonzaga, que foi inaugurada no final do governo Mello<sup>51</sup>, aquela creche só tinha a Maria, que era diretora convidada, não havia prestado concurso, e todos os funcionários eram do projeto Dengue. Eram pessoas que eram contratadas por um determinado período, para uma situação emergencial e que não tinham nenhuma formação. A formação que elas tiveram, e isso eu acompanhei, por que eu estava como professora, elas ficaram dois ou três dias em alguma creche para ver como é que funcionava e aí iam trabalhar com as crianças que eram desfavorecidas, que eram pobres, que eram subnutridas. Então era essa a formação. (Marina Palhares, entrevista n. 9)

Outra questão importante de se observar diz respeito à formação das encarregadas de creche<sup>52</sup>. Entrevistas realizadas por Marisangela Zambon<sup>53</sup>, com pessoas que ocuparam o cargo de encarregadas nas creches municipais de São Carlos, nos mostram como esses cargos eram ocupados:

*“Com o prefeito Rubinho, funcionários esforçados, responsáveis, competentes, passavam para esse cargo” [de encarregado de creches] (Zambon, 2003, entrevista n.9)*

Nunca tinha trabalhado, não tinha experiência, mas foi indicada por uma sobrinha. [*para ser encarregada de creche*] (idem, entrevista n.5)

---

50 Observa-se, analisando os Estatutos do Magistério da cidade, referentes ao período estudado, que houve um pequeno período da história de São Carlos em que as funcionárias de cursos maternal que trabalhavam com crianças de 2 e 3 anos também integraram o quadro do magistério municipal e deveriam ter formação específica e a própria existência desses cursos maternais sob a responsabilidade do Departamento de Educação e Cultura (DEC) não se manteve por muito tempo, e foram extintos em 1977.

51 Refere-se à creche Therezinha Rísoli Massei.

52 Esse termo “encarregado de creche” era utilizado para designar as pessoas responsáveis por cada unidade. O cargo foi extinto pela lei n. 11003/95. Em 1996, o estatuto do Magistério municipal criou a função de Diretor de Escola de Educação Infantil.

53 Estas entrevistas foram realizadas por Marisangela Zambon, em 2003, como parte do processo de elaboração de sua monografia de conclusão do curso de Pedagogia e encontram-se manuscritas em um caderno, o qual foi gentilmente disponibilizado pela autora para que as informações nele contidas compusessem o quadro de informações ora analisadas.

Entrou sem concurso, por indicação de funcionários (cargo de confiança); não se exigia formação específica. (idem, entrevista n.6)

Os requisitos para o exercício de qualquer cargo nas creches, como se pode observar, eram muito flexíveis. As funcionárias não possuíam sequer uma função fixa:

Havia um rodízio de trabalho (pajem-cozinheira/ cozinheira-pajem), por afinidade. (idem, entrevista n.3B)

Os relatos sobre esse rodízio entre as funções de pajem, merendeira e faxineira, assim como a promoção de serventes, merendeiras ou pajens ao cargo de encarregadas de creche, em virtude do reconhecimento do trabalho desenvolvido, também apareceram nas entrevistas realizadas em função dessa pesquisa.

### **Nessa época tinha um rodízio de setor nas creches, não tinha?**

Por exemplo, você está dizendo se a pessoa fosse faxineira ela podia ser pajem? Isso tinha. Nós temos uma funcionária até hoje, no momento ela é supervisora de centro comunitário. Quando ela começou, ela era pajem de bebê, se eu não me engano, e ela chegou a ser encarregada de creche. Porque era uma pessoa que tinha potencial para isso. Então a gente sempre via assim se essa pessoa se adapta bem nisso, se se adapta bem naquilo...

(Valéria Ferreira Reis Trevisan)

As encarregadas já vieram. A maioria eram pessoas que já trabalhavam na creche, elas foram contempladas com um cargo que também não ganhava mais!

(M. de Lourdes Micceli)

Apenas se exigia formação para o cargo de diretor de EMEI, que precisava ter pedagogia. Nas creches era uma pajem que se destacava.

(Elisabeth Lino)

Neste período, qualquer formação anterior era vista como desnecessária para o cargo de encarregadas, bem como para qualquer trabalho nas creches, uma vez que havia treinamentos, reuniões com a pedagoga, presença de terapeuta ocupacional, enfermeira e fonoaudióloga, havia a “apostila da UNIMED<sup>54</sup>”, como destacaram as entrevistadas que trabalharam nesse período (de 1977 a 1997).

---

54 Apostila elaborada pela UNIMED – Cooperativa de trabalho médico, para subsidiar e orientar o trabalho com crianças pequenas, a partir da visão médica.

Apesar de compor as políticas de atendimento à criança pequena do município de São Carlos, esse apoio prestado às funcionárias das creches (pajens e encarregadas) não foi uma iniciativa da prefeitura, mas de um programa do governo Estadual de formação integral da criança.

O PROFIC – Programa de Formação Integral da Criança –, foi um programa implementado no estado de São Paulo, entre os anos de 1986 e 1993, que tinha como objetivo, em linhas gerais, retirar a criança da rua – aumentando o tempo de permanência na escola para oferecer-lhe uma série de serviços que pudessem melhorar sua aprendizagem e o seu desenvolvimento. Além do ensino formal, o PROFIC previa o desenvolvimento nas escolas de atividades culturais, recreativas, esportivas, médico-odontológicas e pré-profissionalizantes, de forma que a escola passou a ser vista por alguns estudiosos do PROFIC como uma instituição não mais destinada à instrução, mas como uma a instituição destinada à assistência e proteção (veja, por exemplo, PIPITONE, 1991).

A Sra. Neusa Buonadio, pedagoga que foi funcionária do PROFIC em São Carlos, nos contou em entrevista complementar<sup>55</sup> que, a partir desse programa, que se iniciou nas escolas estaduais de 1º grau, percebeu-se a necessidade de intervir desde a educação infantil. Foi então que, por meio de um convênio com a prefeitura, a Sra. Neusa Buonadio passou a oferecer cursos de capacitação para as profissionais das creches da prefeitura.

A partir do PROFIC, a Sra. Neusa Buonadio diz ter montado um projeto intitulado “Projeto Inclusão”, que chegou a ser apresentado em um congresso realizado em Brasília, onde ela participou representando a prefeitura de São Carlos e o governo do estado de São Paulo.

Para a efetivação do projeto Inclusão, realizou-se a montagem da equipe multidisciplinar, e uma parceria com o curso de Enfermagem da UFSCar. O objetivo era dar estimulação precoce para as crianças das creches e formação para as profissionais que lá atuassem, pois elas deveriam compreender o caráter educativo de sua função e as possibilidades que sua prática permitia.

A apostila da UNIMED, destacada pelas entrevistadas como um dos meios de apoio dado às profissionais das creches, assim como as palestras dadas pela Paulette sobre como

---

<sup>55</sup> Durante a análise dos dados obtidos com as entrevista, observamos que diversas entrevistadas mencionaram a existência de uma pedagoga que orientava as encarregadas de creches. Julgamos que seria interessante entrevistá-la para melhor compreensão do trabalho desenvolvido e qual era o seu vínculo junto à prefeitura. Assim, realizamos uma entrevista complementar com a Sra. Neusa Buonadio, que hoje é proprietária de uma escola privada de Educação Infantil de São Carlos.

cuidar de bebês<sup>56</sup>, são a expressão da influência das concepções médico-higienistas no trabalho desenvolvido nas creches.

No entanto, esse tipo de atendimento, oferecido por profissionais sem formação, quando muito, sob a supervisão de uma pessoa com formação específica – o que era comum em todo o Brasil –, não estava mais atendendo aos anseios da população. Durante a década de 1970, começaram a surgir, no Brasil, movimentos populares que lutaram por uma concepção de creche que se pautasse num atendimento de qualidade, oferecido gratuitamente pelo Estado por profissionais qualificadas. Esses movimentos reivindicavam a creche como um direito das crianças e não só das mães e tiveram uma grande influência no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996 (Abramowicz et al, 2006).

---

56 A Paulette é funcionária da UNIMED e até hoje ministra cursos gratuitos para gestantes sobre como cuidar de crianças, alimentá-las e higienizá-las.

### **Movimentos Sociais, creches e a nova LDB**

Dentre os principais movimentos de luta por creches surgidos nesse período, podemos destacar o Movimento de creches comunitárias de Belo Horizonte (MG), a luta por creches, iniciada pelo Movimento do Custo de Vida, em São Paulo, e o Movimento de Luta por Creches, criado em 1979, pelo I Congresso da Mulher Paulista, na cidade de São Paulo – que rapidamente recebeu a adesão de outras cidades e Estados como Belo Horizonte e cidades do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A questão das creches começava a conquistar seu espaço como importante bandeira de luta dos movimentos de mulheres, associações de bairros, sindicatos e grupos feministas, como nos relata Telles (2003). A autora nos mostra a relevância adquirida pelo tema, de forma que no I Congresso da Mulher Paulista,

(...) a creche apareceu como a reivindicação mais elaborada e eleita como principal. *Creches totalmente financiadas pelo Estado e empresas, próximas aos locais de moradia e trabalho, que não sejam meros depósitos de crianças e que contem com a participação dos pais na orientação pedagógica*, exigiam as participantes desse congresso. (ibidem, p. 103, grifo da autora)

Em São Carlos, em 1981, o primeiro Congresso da Mulher São-carlense marcou a história do movimento de mulheres da cidade, criando a AMUSC – Associação de Mulheres de São Carlos – organização que, ao longo de sua história, esteve envolvida na luta pela construção de postos de saúde, da delegacia da mulher, na defesa dos direitos do consumidor e na luta por creches para os filhos das mulheres trabalhadoras.

De acordo com D. Jeny Fernandes, última presidente da associação,

(...) a associação de mulheres, na verdade, começou dentro da Universidade Federal. Aí esse movimento foi junto com as estudantes e eu participando. Foi 1977/1978 (...).

(O objetivo era) Fazer com que esse grupo liderasse um grupo de mais mulheres, mais associações, nós criamos várias associações de mulheres, nos bairros. Porque cada bairro tem os seus problemas específicos, mas tudo direcionado à AMUSC, a AMUSC que ia lá, organizávamos as mulheres, reuníamos as mulheres, e com isso nós fizemos vários êxitos. Nós começamos nos bairros o primeiro posto de saúde, que era lá na Getúlio Vargas. Era da prefeitura, mas fizemos várias reuniões – o primeiro posto de saúde foi uma conquista da AMUSC.

(D. Jeny Fernandes, última presidente da AMUSC)

De acordo com seu estatuto, eram objetivos da instituição “unificar a ação das mulheres deste município na defesa de seus direitos, dos das crianças, da juventude, e por um futuro melhor para o nosso povo e que se propõe a ser um braço auxiliar da Federação das Mulheres Paulistas.” (AMUSC, 1981)

Em âmbito nacional, desde cedo, a associação se ligou a entidades representativas das mulheres de tal o quê? como a Confederação de Mulheres do Brasil, que, juntamente com a Federação das Mulheres Paulistas, orientava a AMUSC em suas atividades e participou da organização de diversos Congressos da Associação de Mulheres de São Carlos.

Entre suas principais conquistas, encontram-se a construção do posto de saúde, da Av. Getúlio Vargas, da Delegacia da Mulher, a implementação na cidade do teste do pezinho para recém nascidos, a criação do Conselho da Mulher, do PROCON, a organização de diversos movimentos de bairros – do Jardim Gonzaga, do Santa Felícia, do Castelo Branco, de acordo com a entrevistada. Quando perguntada sobre as creches, D. Jeny falou sobre a construção da creche do Castelo Branco (Bruno Panhoca), e da EMEI do Maria Estela Fagá (conhecida por Rondon).

Nós reivindicávamos, né! Nós fazíamos um documento, um ofício e mostrávamos a necessidade. Isso também foi orientado para nós pela Confederação de Mulheres do Brasil. Todo o trabalho que elas faziam em São Paulo (e fazem até hoje) elas pediam que a gente fizesse aqui. (...)

Uma coisa que nós não conseguimos foi fazer com que a creche funcionasse de sábado, porque, geralmente, quem deixa as crianças nas creches são mães que trabalham de doméstica e trabalha em fábrica, e geralmente trabalho de sábado! Mas isso nós não conseguimos.

(D. Jeny Fernandes, última presidente da AMUSC)

Quando perguntamos para os representantes do governo sobre a atuação de movimentos sociais na reivindicação por creches, obtivemos, dentre os representantes dos governos que antecedem a passagem das creches da Assistência Social para a Educação (até 1999), as seguintes respostas:

(...) não tinha uma rivalidade com relação à gente, muito pelo contrário. E outra, eu acho que *a gente oferecia muito para elas*. (...) Não sei se não era característico, ou se a gente teve sorte, o privilégio de conseguir atendê-las (às mães), mas *a gente não teve movimentos organizados que fizessem oposição* (...).

(Valéria F. R. Trevisan)

Naquele tempo não existiam grupos. As comissões e associações de

bairros começaram a se formar... Eu não sei se na época do Vadinho ou do Rubinho. Eu acho que começou com o Vadinho e se fortaleceram com o Rubinho. No nosso tempo era tudo individual.

(Ângela Oioli)

A associação das mulheres? Era uma coisa assim muito pequena. Elas tinham solicitações (...). Então eles pediam creches e tal, mas eu acho que não tem uma coisa muito relevante. Não teve uma projeção...

(Maria de Lourdes Micceli e Silva)

Mas a então presidente da AMUSC, procurada por mim, lembra, durante sua entrevista:

Quantas vezes eu não estive na prefeitura conversando com a Ângela (Oioli), reivindicando... (...). O pedido de creches era feito por ofícios, era tudo por ofícios. A creche do Castelo Branco, a Bruno Panhoca, a EMEI do Maria Estela Fagá... Foram conquistas nossas!

(Jeny Fernandes)

A matéria intitulada “Pequenas coisas que descontentam os munícipes”, publicada no Jornal são-carlense O Diário, de 01/10/85, mostra que, quando se tinha alguma reivindicação a fazer, o mais comum era que os moradores da cidade se dirigissem diretamente ao prefeito para solicitar providências. Além das visitas à prefeitura, os jornais e rádios da cidade também foram utilizados com frequência pela população para reclamar seus direitos. D. Jeny Fernandes nos revela que a AMUSC teve muitos convites para ir às rádios falar sobre suas ações. Também encontramos diversas matérias de jornal sobre a entidade.

Apesar dos representantes da prefeitura não atribuírem grande importância à AMUSC na luta por creches na cidade, a análise de matérias de jornais da década de 80 nos permite considerar a existência de alguma influência exercida pelo movimento de mulheres da cidade para a construção de creches no município, apesar de não nos permitir precisar de que forma se deu tal atuação. A seguir, temos um trecho de matéria sobre a realização de um Congresso de Mulheres na cidade, promovido pela Associação de Mulheres de São Carlos (AMUSC), entre outras entidades.

A AMUSC completa 10 anos de atividades e durante esse período teve participação marcante na discussão de temas que envolvem mulheres, principalmente as que necessitam trabalhar, lutando pela ampliação do número de creches para atender aos filhos das mulheres trabalhadoras, pela garantia de condições de vida e trabalho à mulher e tantas outras lutas nos campos político e social. (Jornal O DIÁRIO, São Carlos, 10/11/1991)

Outra forma de atuação da AMUSC que se mostra importante no sentido de entender quais as forças que se colocavam no espaço público em busca de creches, foi no sentido de organizar as associações de bairros. A Associação de Moradores do Jardim Gonzaga, por exemplo, foi fundada em fevereiro de 1992, mas, de acordo com o jornal Primeira Página de São Carlos, a partir de 13 de fevereiro de 1992 – desde o II Encontro da Mulher Trabalhadora, realizado pela AMUSC e pela Federação das Mulheres Paulistas – teve início um processo de discussão sobre o formação de uma associação de moradores no bairro Jardim Gonzaga. Fato esse que D. Jeny relembra como uma grande conquista da associação.

Foi em virtude dos esforços empreendidos pela Associação de Moradores do Jardim Gonzaga que o bairro conquistou mais uma creche para a região, a creche Therezinha Ríspoli Massei, como foi relatado pela então secretária de Promoção e Bem Estar Social, Ângela Oioli.

Além da AMUSC, outros segmentos populares se organizaram e solicitaram creches ao município, como é o caso dos movimentos de bairro do Jd. Paulistano e do Jóquei Clube, de acordo com Palhares (1995, p. 84 e 98). A autora aponta, ao discutir questões relativas ao movimento de bairro do Jóquei Clube, que

A passeata dos moradores, em agosto de 1989, foi o passo decisivo para as conquistas. Em 1993 o bairro já tinha esgoto encanado, rede de abastecimento e poço artesiano próprio. (...) Também foi construída uma creche, inaugurada em outubro de 1992. Existe a promessa de que, ao lado da creche, se construa um posto de saúde (mesma obra, p.98).

As ações populares reivindicatórias de creches não devem ser caracterizadas, no município de São Carlos, como movimentos sociais de luta por creche. Essas ações perpassaram o movimento local de Mulheres e os movimentos de bairros, mas não se caracterizaram como um Movimento Social (Gohn, 1997), pois, apesar de apresentarem uma demanda formulada – na caso, as creches – e de terem aglutinado pessoas em torno dessas demandas, não houve uma organização elementar do movimento e nem tampouco, a criação de uma identidade de grupo, em torno da questão das creches. Tratou-se de ações momentâneas ou esporádicas, de grupos diversos, que visavam a sanar problemas concretos, e que, para tanto, colocaram em cena novos atores sociais, que ocuparam o espaço público e influenciaram a definição das políticas públicas municipais, ainda que suas ações não sejam reconhecidas pelo poder público como relevantes.

Palhares questiona-se:

Tomando como exemplo o movimento de moradores do bairro Paulistano, nesta época, percebe-se que as ações políticas são esporádicas, isoladas, e com objetivos bastante específicos e restritos – mas presentes. A pergunta a ser aprofundada é: serão estas ações, basicamente constituídas de abaixo-assinados e visitas ao prefeito, origem de uma rede de relações sociais significativas? (mesma obra, mesmo autor, p. 68)

O objetivo dessa pesquisa não é responder a tal questão, mas indicar que houve, ao longo da história do município, diversas ações da população no sentido de reivindicar creches, apesar de “não terem tido muita projeção”, de acordo com uma das entrevistadas. No entanto, tais ações se restringiram à luta pela construção e ampliação do atendimento em creches, diferente do que pôde ser observado em municípios maiores como São Paulo, onde as organizações populares se estabeleceram de forma mais coesa e integraram Movimentos Sociais locais e nacionais de luta por creches – e não restringiram sua atuação à construção e ampliação do atendimento em creches.

Telles (2003) nos mostra que esses movimentos de lutas por creches elaboraram uma agenda de reivindicações em relação à criança de zero a seis anos. De acordo com a autora, exigia-se a participação do Estado e da Secretaria da Educação no financiamento desta educação; a qualificação profissional das crecheiras; a mudança da ênfase de cuidar para educar; a exigência para que as creches fossem incorporadas às secretarias da educação; a luta pela afirmação do direito das crianças pequenas à educação e não mais como um direito da mãe trabalhadora; e amplia-se o debate ideológico sobre o papel da mulher e da família na educação das crianças, principalmente, quando se exigia que a creche fosse encarada pelo Estado e pela sociedade como um direito das crianças à educação.

Fulvia Rosemberg (2002) destaca, no final da ditadura militar, o “intenso movimento de mobilização social pela elaboração de uma nova Constituição” do qual participaram, “além dos atores sociais tradicionais, os chamados novos movimentos sociais: movimento de mulheres e movimento 'criança pró-constituente’”. Segundo a autora,

(...) não é demais lembrar que esses novos movimentos sociais elaboraram uma proposta para a Constituição, a que foi aprovada em 1988, reconhecendo a EI [Educação Infantil] como uma extensão do direito universal à educação para crianças de 0 a 6 anos e um direito de homens e mulheres trabalhadores a terem seus filhos pequenos cuidados em creches e pré-escolas. Portanto, direitos relativos à EI foram inscritos na Constituição de 1988, tanto no capítulo da educação quanto no dos direito à assistência (ibidem, p.41).

Rosemberg destaca a pouca atuação das organizações multilaterais na área da Educação Infantil brasileira, neste período do final da década de 1980, e a elaboração de uma proposta de política para a educação infantil, elaborada pelo MEC – após a votação da Constituição – que afastava o modelo “não formal” de educação, a baixo investimento público, desenvolvido anteriormente com o incentivo de organizações multilaterais como a UNESCO e a UNICEF. Segundo a autora, essas novas propostas do MEC (resumidas no documento intitulado “Política de Educação Infantil”, publicado pelo governo federal em 1993)

(...) foram elaboradas com a participação de segmentos sociais – universidades, movimentos sociais, partidos políticos, associações profissionais, usuários – que já haviam acumulado um repertório de conhecimentos e experiências sobre este setor das políticas sociais e constituído o consenso de expandir a EI com qualidade para todas as crianças cujas famílias optassem (p.41,42).

A década de 1980 configura-se como um momento ímpar na história das creches de todo o Brasil, uma vez que foi palco para importantes debates travados no Espaço Público<sup>57</sup> sobre o modelo de creche e de atendimento que se pretendia à criança pequena. De alguma forma, o que se discutia não era mais o papel das creches na formação do cidadão Brasileiro e o tipo de Brasileiro que se pretendia formar. A discussão talvez fosse justamente o inverso. Reivindicava-se que as crianças fossem vistas não como futuros cidadãos, mas na sua especificidade, como alguém que é, e não como alguém que vai ser, como pessoas jovens, que têm desde cedo, o direito a uma educação de qualidade, que lhes permitisse explorar e descobrir o mundo, que lhes desse a oportunidade de freqüentar um espaço estimulante e acolhedor e que lhes oferecesse profissionais formadas para tal atividade.

Rosemberg (in: Machado, 2002) afirma que

O que nos mobilizou e nos mobiliza (por exemplo, nos debates recentes sobre a LDB e o Plano Nacional de Educação), quando enfatizamos o direito à *educação* de crianças pequenas, resume-se em duas idéias fortes:

- a busca *na* educação infantil (e não apenas por meio da ou pela educação) de igualdade de oportunidades para as crianças; isto é, espera-se, deseja-se, luta-se para que a EI não produza ou reforce desigualdades (econômicas, raciais, de gênero)
- a adoção de uma concepção ampla de educação, aberta, indo além dos modelos que aqui conhecemos, de educação escolar; isto é, uma concepção de educação em acordo com a nova maneira de

---

<sup>57</sup> Conceito desenvolvido por Hannah Arendt (1998 e 2000) para designar o espaço desvinculado do Estado, o espaço da política, enquanto ação humana e exercício de liberdade, o próprio mundo e o espaço onde os feitos humanos ganham visibilidade, e que pode ser visto e ouvido por todos. O espaço público é a própria esfera pública.

olhar a criança pequena que se está construindo no Brasil, como ser ativo, competente, agente, produtor de cultura, pleno de possibilidades atuais e não apenas futuras (p.77).

Essa nova concepção de creche e de criança teve muitos adeptos, não só nos movimentos sociais e nas universidades. O novo modelo proposto para as creches ganhou força, que conquistou na legislação, de forma que tais concepções permeiam ainda hoje o texto da LDB, aprovado em dezembro de 1996, e manifestam-se ainda em diversos outros documentos oficiais.

A LDB impôs, para as prefeituras, a inclusão das creches ao sistema de ensino e sua conseqüente exclusão dos programas de assistência, ao estabelecer que as creches fazem parte da educação infantil, primeira etapa da educação básica e que a organização da educação nacional se fará a partir de sistemas de ensino, podendo os municípios se integrarem ao sistema estadual ou compor com ele um sistema único de educação básica. (LDB, Art.11, Parágrafo único, Arts. 21, 29 e 30)

A lei 9394/96 trouxe ainda outra grande mudança para as creches ao estabelecer que:

“a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena (...) admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, modalidade Normal.” (Art. 61)

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o governo federal, por meio de seu poder legislativo, colocou para as prefeituras, a partir de reivindicações da sociedade, uma concepção que cunharam de “nova” nas políticas municipais de atendimento a crianças em creches.

A concepção de creche defendida pelos militantes dos movimentos em prol da criança e das creches e que permeia o texto da LDB, aprovada pelo congresso, entende que a creche, como parte da educação infantil, tem como finalidade “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (LDB, art. 29).

A partir da LDB, a creche deixa de ter como objetivo a substituição da mãe no período em que esta trabalha e passa a exercer uma ação complementar à da família. A lei indica ainda que a creche deve se preocupar não apenas com a higiene, saúde e alimentação das crianças como vinha acontecendo, mas também, com os aspectos psicológico, intelectual e social, de forma a considerar a criança em toda a sua complexidade. A creche passa a ser vista como uma instituição de educação e socialização que deve ser voltada para o atendimento de todas

as crianças e não apenas das crianças pobres ou filhas de mães trabalhadoras, e deve ser oferecida por profissionais com formação adequada para compreender as especificidades do trabalho com crianças pequenas.

Mas estar na lei não significa estar efetivado. Maria Malta Campos (in: Machado, 2002) destaca que:

O divórcio entre legislação e realidade, no Brasil, não é de hoje. Nossa tradição cultural e política sempre foi marcada por essa distância, e até mesmo pela oposição entre aquilo que gostamos de colocar no papel e o que de fato fazemos na realidade (Campos, in: Machado, 2002, p. 27).

Isso tudo foi um grande debate, e os intercalados avanços e retrocessos que temos vivido na transição de uma concepção de creche para a outra se devem, em parte, pelo fato de que nem todos comungam dessa nova concepção. Para muitos, a creche deveria permanecer como sempre foi. E nessa tensão, em meio a todo esse debate, diversos gestores se viram obrigados pela lei a implementar algo com o que eles não concordavam<sup>58</sup>, ou não haviam compreendido, e que exigia o investimento de recursos que nem sempre estavam disponíveis. Os freqüentes equívocos ou as más interpretações da LDB resultantes das tensões em virtude de sua aprovação, no que se refere à inserção das creches sob a responsabilidade das Secretarias de Educação, são relatados por Rosemberg da seguinte forma:

Após a votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, o campo da Educação Infantil (EI) viveu (e ainda vive) intensa agitação, decorrente da regulamentação que instituiu a inclusão de creches e pré-escolas no sistema de ensino. Traduzida, muitas vezes pela expressão equivocada “passagem das creches para a educação”, tal regulamentação gerou, em alguns lugares (como no município de São Paulo, para citar um exemplo) ações (atos administrativos) equivocadas, deixando técnicos(as), educadores(as) e famílias em polvorosa, desestabilizando redes consolidadas, penalizando crianças usuárias efetivas e potenciais de creches e pré-escolas. (in: Machado, 2002, p.63)

Destacaremos, no próximo tópico deste trabalho, a maneira como tais equívocos se manifestaram na cidade de São Carlos.

---

58 Rosemberg (in Machado, 2002) destaca que “A aprovação da LDB e sua implantação ocorreram em um momento histórico no qual se alteraram concepções de Estado e de política social. Esse novo modelo, segundo Villalobos (2000 citado por Rosemberg, (idem), dá ênfase à eficiência e à redução do papel do Estado, ao aumento do papel da iniciativa privada, do mercado e do subsídio para a demanda. Rosemberg (idem) destaca também que, na década de 1990, a educação Infantil assistiu a entrada do Banco Mundial entre as organizações multilaterais na definição de prioridades e estratégias, de modelos de política educacional com base em uma concepção economicista, salientada por diversos pesquisadores(as) de diferentes nacionalidades.

#### 1.4 - Creches Municipais de 1997 a 2006: o período da Educação

No ano de 1997, inicia-se o que denominamos neste trabalho como o “Período da Educação” pois foi neste ano que entrou em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96) que insere as creches e toda a Educação Infantil no âmbito da Educação Básica. Foi também em 1997 que se iniciou a gestão municipal que fez a inserção oficial das creches no sistema de ensino, transferindo todas as creches municipais da Secretaria Municipal de Promoção e Bem-Estar Social para a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

A aprovação da LDB, em 1996, trouxe diversos avanços (ao menos em âmbito legal) para a Educação Infantil – como explicitamos anteriormente –, no entanto, a aprovação desta lei se deu *apesar* da política educacional que vinha sendo implementada pelo governo federal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) desde 1994. Durante seu governo, houve um grande investimento na centralização do sistema educacional brasileiro: foram criados avaliações, parâmetros e referenciais educacionais nacionais – bastante criticados na época<sup>59</sup> –, bem como priorizaram-se programas de Ensino Fundamental em detrimento dos programas de Educação Infantil.

Nesse sentido, a lei n. 9424/96, que institui o FUNDEF, e a Emenda Constitucional n. 14<sup>60</sup> – que entraram em vigorem 1 de janeiro de 1997 – impeliram as prefeituras a ampliarem suas redes de escolas de ensino fundamental e aumentarem, significativamente, o investimento no ensino fundamental – diminuindo, assim, os recursos destinados à educação infantil e dificultando a implementação do estabelecido pela LDB para as creches.

A política federal deste período priorizava programas de Educação Infantil de baixo custo, conforme recomendações do Banco Mundial – o que representou um grande retrocesso frente às diversas conquistas da sociedade no âmbito da Educação Infantil. A proposta para as creches, no governo FHC, é explicitada no seguinte trecho do Plano de governo para a sua

59 Veja, por exemplo, Palhares e Martinez (in: Faria e Palhares, 2005), que consideram o RCNEI “um ponto de inflexão na trajetória que vinha sendo gestada anteriormente na Coordenadoria de Educação Infantil”(p.8), ou ainda Arelaro e Valente (2002) que fazem contundente crítica à política de centralização implementada pelo governo FHC.

60 A Emenda Constitucional n.14 altera diversos artigos da Constituição Federal e estabelece que Os Municípios atuem prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, além de definir que, nos dez primeiros anos da promulgação da Emenda, os Estados, O Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de sessenta por cento dos recursos a que se refere o caput do artigo 212 da Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do **Ensino Fundamental**, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério. Esta Lei foi derrubada pela Emenda Cosntitucional n. 53, que cria o FUNDEB, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da **Educação Básica** e de Valorização dos Profissionais da Educação.

reeleição:

Não se deve subestimar a capacidade das mães de família, mesmo aquelas com pouca escolaridade, de realizar muitas tarefas próprias da creche, desde que cuidadosamente orientadas. Por isso mesmo, em nenhum país se pretende universalizar o atendimento das crianças em creche; ao contrário, a permanência junto à mãe tem sido estimulada por programas de apoio e de orientação materno-infantis. (PSDB, 1998, citado por Rosemberg, 2002, p. 55)

Esse momento de grandes tensões para a Educação Infantil foi assim relatado pelo Sr. Nilson Passoni, Secretário Municipal de Educação e Cultura de 1997 a 2000, durante a gestão municipal do então Prefeito Dagnone de Mello:

Eu fui secretário da educação de janeiro de 97 a dezembro de 2000. Então se você pegar a legislação que fala da educação, talvez a mais significativa das últimas décadas tenha acontecido exatamente no final de 1996, com vigência para 1997 e alguns para após 1997. Então o que aconteceu em 1996? Aconteceu a emenda constitucional n. 14, que cria o FUNDEF e estabelece uma série de modificações na educação, promulga-se a lei que cria o Fundo, também em 1996 e o mais importante, a nova LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que foi promulgada no final de 1996, com vigência a partir de 1997. Então, é uma legislação que modifica de forma muito significativa a história da educação, principalmente em São Paulo. Vamos pensar o seguinte: (...) Até 1997, São Carlos tinha duas escolas de Ensino Fundamental. Por que tinha duas? Porque no governo do Vadinho (...) fizeram duas escolas de ensino fundamental, de 1ª a 8ª série. Antes do Vadinho não tinha nenhuma. Mas por que não tinha? O que acontecia com município? Ficou mais ou menos pré-estabelecido ou pré-acordado entre o Estado e o Município, que o Estado cuidava do ensino fundamental (que na época era 1º grau – da 1ª a 8ª série) e do ensino médio, e o Município ficava restrito a atender a educação infantil, que na época (...) era somente as turmas de 4, 5 e 6 anos (...).

Então, para você ter uma idéia, São Carlos tinha, na época, em 1997, quando a gente assumiu, tinha acho que 1100, 1220 alunos de ensino fundamental nessas duas escolas. E mesmo tendo só 1000 alunos, ela ocupava a 16ª posição no ranking das 645 cidades do estado de São Paulo, que mais alunos tinha no Ensino Fundamental. Para você ver como São Paulo não tinha nenhuma preocupação com o ensino fundamental. Mas, por quê? Porque a Lei não dizia que o município tinha que atender. Então o que aconteceu? Com o conjunto dessas três leis (a criação do FUNDEF, a Emenda Constitucional n. 14, e a nova LDB), olha o que aconteceu:

Passou a ser obrigação do município atender o ensino fundamental. E não era obrigação do Município e do Estado, era assim: é obrigatório o município oferecer ensino fundamental. Ele tinha como primeira opção

o ensino fundamental. O Estado também tinha como primeira opção o ensino fundamental, e a segunda opção era o ensino médio. Para o município, a primeira opção era o ensino fundamental e a segunda, ou o que sobrasse dessa primeira opção, era a educação infantil. Só que o que acontece? A LDB diz que a educação infantil começa na creche. Quer dizer, coisa que até então a creche fazia parte da Promoção Social, quando chegou em 1997, mudou a coisa.

Primeiro, passou a ser obrigação do município oferecer o ensino fundamental. (...). Como São Carlos, como tantas outras cidades tinha um número muito pequeno de alunos no ensino fundamental, o que aconteceu com São Carlos e com todas as cidades do estado? Passaram a municipalizar as escolas estaduais para aumentar o número de alunos do ensino fundamental. Aumentando o número de alunos do ensino fundamental, ela (a prefeitura) aumentava a retirada [de recursos] do FUNDEF.

Ninguém dizia que você tinha obrigação constitucional de atender a pré-escola. Tanto é que os tribunais de contas, se tivesse aplicado os 25% da educação no fundamental, estava perfeitamente legal. Você podia aplicar quase nada na educação infantil. Mas aí tinha um problema complicado. No ano anterior, você tinha 25% do orçamento da prefeitura [de São Carlos] aplicado só na educação infantil. Você tinha uma preocupação com a educação infantil. Então, em São Carlos, você tinha 20 e poucas escolas de educação infantil de excelente qualidade, porque tinha um orçamento grande.

Então, quando chegou no ano seguinte, passamos a ter, nessa pré-escola, só 10% do orçamento, que no ano anterior era 25% só para ela. No ano seguinte você passou a ter 15% (que é 60% dos 25%) do orçamento, que tinha que ficar para o ensino fundamental e 10% poderiam ou deveriam ser aplicado na educação infantil. E tinha um detalhe a mais, ainda. Então, veja, coitada da pré-escola no ano de 1997! Em 1996, ela tinha 25% do orçamento só para ela. Em 1997 ela passou a ter apenas 10% do orçamento só para ela, mas se não bastasse isso, foi incluído na pré-escola (na educação infantil), a creche, de 0 a 3 anos, ou de 0 a 6 anos. E foi agregado a essa pré-escola, todas as creches municipais que nós tínhamos, que era até um número significativo: 11 ou 12 creches. Tinha 9 e nós construímos mais uma e deixamos mais duas semi-acabadas.

Então, 1997 foi um ano complicador. Você não tinha recurso para aplicar em pré-escolas. Tanto é que se você pegar na história da pré-escola, 1997 continuou com o mesmo número de pré-escola, 1998... Não se criou nenhuma nova pré-escola.

(...) se o FUNDEB<sup>61</sup> de hoje tivesse acontecido lá, com certeza o investimento nosso teria sido muito mais significativo em creche e pré-escola do que no Ensino Fundamental, porque o Ensino Fundamental, de uma forma ou de outra, estava sendo atendido pelo estado.

(Nilson Passoni)

---

61 Lei n.11494/07 que considera as matrículas em creches e pré-escolas para o cálculo dos recursos a que cada esfera administrativa tem direito.

É importante destacar que, apesar desta análise de Passoni sobre o impacto negativo causado pela política educacional do governo FHC na Educação Infantil, o governo municipal de Dagnone de Mello (do qual Passoni fazia parte), estava comprometido, de alguma forma, com essa política. Isso porque o PFL (partido que elegeu o prefeito Dagnone de Mello), compunha a coligação que elegeu FHC em âmbito federal.

Dada toda essa conjuntura, considerando a ausência de recursos suficientes para implementar o estabelecido pela LDB e diante da necessidade de atender o estabelecido pela Emenda Constitucional n.14, no que se refere à distribuição dos recursos financeiros destinados à educação, o governo municipal de São Carlos abriu mão de sua proposta inicial para o atendimento em creches:

Então a gente tinha como meta fazer com que a creche fosse uma escola para todas as crianças de São Carlos. Essa era nossa meta em 1996, quando nós estávamos escrevendo o nosso projeto de governo. Quando nós chegamos em 1997, na hora de fazer... Você passou a ter 10% do orçamento... Só!... Para atender pré-escola e creche. Mas você já tem que manter o que você tem. E manter em condições muito boas, principalmente porque a pré-escola era um nível muito bom!

E as creches eram muito boas também, porque embora tivesse um problema na visão de educação – eu vou falar já nisso – eram muito boas, porque era o que a promoção social tinha que fazer. Porque todo o orçamento da Promoção Social, ou parte dele ia para as creches, porque era o braço direito da Promoção Social. Quando chegou em 1997, a Promoção Social ficou sem creche, porque veio para a Educação. A pré-escola ficou sem o seu orçamento e o ensino fundamental passou a ter um orçamento grande, mas que deveria ser retirado do Fundef. Como nós não tínhamos número suficiente de alunos, nós deixávamos os nossos recursos para o estado.

E optamos por fazer não uma municipalização, no modelo que foi feito em grande parte do estado de São Paulo (...). Nós resolvemos fazer um processo diferente, que era criar uma rede municipal de ensino fundamental. Então, como nós tínhamos duas escolas que vinham lá desde 1997, nós começamos a investir na construção de escolas de ensino fundamental. Nós não municipalizamos. Nós criamos novas escolas (...).

Mas e creche? Não se aumentou fisicamente o número de creches, a não ser uma creche no Gonzaga... Essa, sim, nós começamos, porque era uma região que tinha todas as suas peculiaridades. Era uma região, a única favela que nós tínhamos em São Carlos, e nós queríamos transformar aquilo num espaço que fosse desmistificado isso de que ali era uma região diferenciada. Então nós construímos uma creche, fizemos a primeira. Fizemos uma outra, em parceria com o Rotary, lá

no Santa Angelina, e começamos a construção de uma outra lá no Santa Felícia. Foram as três que nós fizemos.

Mas o mais importante para as creches não foi a construção física. Porque quando nós chegamos, em 1997, nós assumimos, e as creches ainda continuaram na Promoção Social (...). Então, até 1997, as creches continuaram na Promoção Social. Quando chegou em 1998, nós “assumimos” as creches. Mas tinha toda aquela forma da Promoção Social, que era assim: Quem cuidava da creche? Alguém indicado pela Promoção Social, que nem sempre tinha uma formação pedagógica.

Uma das primeiras decisões que nós tomamos quando assumimos as creches, a primeira era que a creche não era mais uma creche, era uma escola! E uma escola que funcionava para crianças de 0 a 6 anos, e não até 3 anos. Quem é que dirige essa creche? Um professor. Então essa foi a primeira modificação que nós fizemos: o diretor da creche é um pedagogo. É alguém com formação superior em pedagogia. Porque nós queríamos dar à creche uma roupagem pedagógica, uma roupagem de escola.

**Mas *era impossível a gente chegar numa creche, com os recursos que nós tínhamos – que eram poucos – e substituir os funcionários que nós tínhamos, as pajens, por professores.*** (...) como nós não podíamos fazer isso, começamos a trabalhar na direção. (...)

(Nilson Passoni)

Esse desejo de fazer da creche uma escola e das crianças usuárias de creches alunos foram os grandes equívocos de interpretação da LDB cometidos pela SMEC, durante a administração municipal de 1997 a 2000, e ainda manifestam-se nos dias de hoje. A inclusão das creches nos sistemas de ensino não tinha como objetivo transformá-las em escolas, tal como afirma Nilson Passoni. A inclusão das creches no sistema de ensino e as demais mudanças reivindicadas pelos movimentos sociais e pelos pesquisadores da infância para as creches e traduzidas na nova LDB visavam a “a passagem da 'clandestinidade' ou da 'improvisação' para um nicho específico, estruturado, formalizado”, que adotasse um modelo de Educação Infantil além dos modelos de educação escolar já conhecidos, considerando a especificidade do atendimento oferecido para crianças pequenas, como destaca Rosemberg (in: Machado, 2002).

Essa nova proposta que se colocou para as creches – e que nada tinha a ver com a escolarização precoce das crianças – se firmou no âmbito das políticas públicas em diversas leis e documentos oficiais, vinha sendo formulada por diversos segmentos da sociedade e continua sendo defendida por vários teóricos da infância e da educação infantil. Ao discutir as funções da educação infantil após a LDB, Kuhlmann Jr. (1999), afirma que

(...) a instituição [de educação infantil] pode ser educacional e adotar práticas e cuidados que ocorrem no interior da família, sem precisar escorar-se em uma divisão disciplinar que compartimenta a criança. A instituição pode ser escolar e compreender que para a criança pequena, a vida é algo que se experimenta por inteiro, sem divisões em âmbitos hierarquizados. Que para ela a ampliação do seu universo cultural, do seu conhecimento do mundo ocorre na constituição de sua identidade e autonomia, no interior do seu desenvolvimento pessoal e social (...) para ela, conhecer o mundo envolve o afeto, o prazer e o desprazer (...). (obra citada, p. 65)

O que se busca para a educação infantil a partir de concepções como as expressas por Rosemberg, Kuhlmann Jr. e Abramowicz é a produção de um espaço para o exercício da infância; não um espaço (creche, EMEI, escola ou pré-escola) de escolarização precoce da infância, mas de potencialidade da infância, de exercício desse devir-criança (Abramowicz, 2003).

Talvez a escola pudesse estar a serviço de uma nova modalidade de pensamento, privilegiando as inventividades, as criações, as produções das diferenças, as novas formas de pensamento, pois sabemos que, em relação às inventividades, as crianças têm muito que dizer, se as ajudarmos nisto. Precisamos dar condições para que todas as vozes, principalmente as sussurrantes, falem e ecoem, para que também possamos escutar todas as vozes que emudeceram.

Ou seja, nem aceitar, muito menos tolerar diferenças, mas sim produzir diferenças. Há incessantes formas de vida que são produzidas pelos diferentes e é preciso estar atento para aproveitar. Ou seja, a educação só será inclusiva se se prestar à exterioridade, ou seja, se estes 'novos alunos', 'se estes pequenos alunos', se as crianças envergarem a escola e a modificarem. (mesma obra, mesmo autor, p.22)

Mas quando se esperava que a inclusão da Educação Infantil no sistema formal de educação fosse implicar o questionamento e a modificação do modelo escolar tradicional, a prefeitura municipal de São Carlos fez justamente o contrário. Em contraposição ao modelo da Assistência, a Secretaria de Educação impôs para as creches o modelo escolar tradicional:

(...) a creche era voltada para a assistência. A criança chegava às 7h, 7h30 e ia embora às 17h, 17h30. Depois que foi para a educação, quando a gente participou dos fóruns, que a creche ia para a educação, eu defendi a tese que a creche ia perder o caráter assistencial, e foi realmente o que aconteceu.

(...) hoje, com esse caráter educacional, é cada mãe que se vire! Se você quiser, você que leve seu filho na escola. Então, eu acho que isso

a creche perdeu assim... Perdeu um pouco dessa essência da assistência. *Eu penso que ela podia ter se transformado em educacional, mas sem perder esse elo com a família, porque a escola, ela é impessoal.* Toca o sinal, a criança tem que estar lá, toca o sinal, a criança tem que ir embora e acabou.

(Ângela Oioli)

É que realmente essa coisa de educação, de jogos e de brincadeira ficava muito a desejar. E agora, pelo que eu sei, como foram professoras para as creches, a preocupação é exatamente essa, de escolarizar. A gente sabe, por exemplo, que *tem professoras na creche que estão tratando as crianças, não como se fosse um neném, mas como se fosse uma escola, estão repetindo atividades que são dadas na EMEI, coisinha pronta, folhinha, folhinha, folhinha, folhinha.* Então, eu acho que tudo passa pela formação.

(Dulce Mazieiro)

Então, a creche passou a ter efetivamente uma roupagem de escola. Era um pedagogo (na direção), quando você passava uma atividade de lazer, toda a atividade tinha embutido um fundo pedagógico, um objetivo de ensinar alguma coisa, desde a alimentação, as brincadeiras... Tudo isso passou a ter um estudo pedagógico. Então ela *deixou de ser creche para atender a mãe que trabalha, e passou a ser uma instituição, uma escola que atendia a necessidade do aluno, da criança. Porque nós, atendendo a própria LDB, entendemos o seguinte: que é escola a partir dos 4 meses de idade.* A partir do momento em que ela chegar lá ela será tratada como um aluno. Então passamos a trabalhar dessa forma.

(Nilson Passoni)

Fazer da creche uma escola significou, na gestão municipal de 1997 – 2000, o estabelecimento de horários mais rígidos, a substituição das encarregadas de creches por diretoras com formação em pedagogia, e a inclusão formal das creches no sistema de ensino<sup>62</sup>. Não se modificou o critério para atendimento à demanda; as mães que necessitavam de vagas para seus filhos continuaram procurando diretamente as unidades, ou pedindo para vereadores e políticos com quem tivessem alguma afinidade e que pudessem intervir por elas. Houve muita procura por creche nesse período, mas não encontramos referência a movimentos organizados que tenham atuado nesse sentido. Tampouco houve ampliação significativa do atendimento, apesar da demanda, pois não haviam recursos que pudessem ser investidos na

---

62 Cabe destacar que, em 1997, a rede municipal de ensino estava subordinada ao sistema de ensino do estado de São Paulo. Somente em 2006 foi criado o Sistema Municipal de Ensino de São Carlos, mas desde 1999 as creches municipais foram integradas à rede municipal de educação.

educação infantil:

Se você for visitar uma das creches de São Carlos e tiver alguém lá que pudesse pegar o livro de matrículas de 1997, 98, 99, 2000, 2001... Você vai ver o seguinte: 97, 98, 99, 2000, 2001, o número de alunos não deve ter sofrido grandes mudanças.

Pega um exemplo aí. Se você for lá na creche José Marrara, lá no começo da Santa Paula, que era uma creche muito solicitada da gente, porque tinha o pessoal da USP, era um lugar de fácil acesso porque todo mundo passava em frente, nós chegamos a manter lá 110 alunos aproximadamente. Eu tenho a impressão que se você for hoje lá você vai encontrar 50, 60 alunos lá. E esses dados todos fazem parte do acervo da secretaria<sup>63</sup>. (Nilson Passoni)

No que se refere à contratação de profissionais, o governo Mello optou por ignorar o estabelecido no art.62 da Lei 9394/96. Em 1999, a prefeitura municipal de São Carlos realizou mais um concurso para o cargo de pajem e exigiu – como requisito para o preenchimento do cargo – que o/a candidato/a possuísse apenas o ensino fundamental completo. Há de se destacar que foi a primeira vez que um concurso para pajem, realizado pela prefeitura municipal de São Carlos, exigiu alguma formação. No entanto, em virtude da Lei n. 9304/96, a formação exigida por esse concurso já não era suficiente. Mas essa foi uma opção dos administradores frente à sua concepção de creche e à falta de recursos para implementar todas as mudanças que a esfera federal estabeleceu para a educação a partir do ano de 1997.

Então a gente acabou colocando, para essa faixa etária, pessoas que não tinham formação, e dávamos cursos para as diretoras repassarem. *A gente tinha contratado meninas que também não tinham formação, exatamente por conta do dinheiro.* Eu queria que abrisse o concurso para o nível de professora, mas eu não tinha força... Eles sabiam que pôr professora ia acarretar um ônus, teriam que pagar um piso maior.

(Dulce Mazieiro – grifo meu)

Porque dinheiro faz a diferença em educação! Esse negócio de falar que educação é sacerdócio, educação pode ser com voluntário, é mentira. É investimento, sim. É dinheiro que tem que chegar lá, pagar bem professor, fazer escola bem feita, capacitar professor, formar bem

63 Os dados referentes às matrículas em creches, antes de 2001, encontram-se apenas nos livros de matrículas das unidades. Segundo informações fornecidas pela SMEC, não constam nos arquivos desta Secretaria os dados referentes às gestões anteriores. Além de não terem os dados anteriores, quanto ao atendimento, Dulce Mazieiro, coordenadora pedagógica da SMEC de 1997 a 2000, diz que “A questão da demanda, não sei nem se tinha pesquisa, porque normalmente o pessoal não gosta de pesquisa, dados, (...) mas eles eram meio avessos a dados. Não sei se foi assim com uma base formal de dados”. Com relação aos dados sobre a demanda, Camargo (2003, p.209) indica que, em 2001, quando assumiu a SMEC, “Não se tinha, na rede municipal, um livro bastante importante, denominado *Livro de Demanda*, que deveria existir em cada escola e em cada creche”.

o professor que vai te dar uma educação de qualidade. (...) Mas era impossível a gente chegar numa creche, com os recursos que nós tínhamos, que eram poucos, e substituir os funcionários que nós tínhamos, as pajens, por professores.

*Até porque, eu particularmente não acredito que você possa colocar em todos os setores da creche professor. Eu acho que é possível você fazer algumas atividades dentro de sala de aula com professor, mas algumas atividades de limpeza, de convivência com os alunos, fica mais a cargo das pajens mesmo.* Mas como nós não podíamos fazer isso, começamos a trabalhar na direção. E tivemos uma capacitação muito forte.

(...) Por que fizemos um concurso para pajem? Porque ainda não estava definido, vinha daquela história, e a nossa expectativa era exatamente essa: A gente ia remodelar nossas creches de forma gradativa. Tanto é que *nós fizemos concurso para pajem, mas (...) eu sei que tinha uma exigência maior de escolaridade* (estabelecida pela LDB). Nós queríamos pôr em creches alguém que não fosse analfabeto. Então, já ampliamos a necessidade de escolaridade, colocamos um envolvimento na capacitação muito forte...

(Nilson Passoni – grifo meu)

A opção política desse governo foi fazer apenas algumas pequenas mudanças para não comprometer o orçamento, ou para adequá-lo àquilo que a lei permitia investir na educação infantil. A passagem das creches para a Secretaria de Educação foi o passo mais fácil em todo o processo de adaptação à nova LDB, mas ajustar toda a estrutura à nova concepção de creche que perpassa a Lei era uma tarefa difícil, que demandaria tempo e muito investimento – em especial na formação dos profissionais dessa instituição, além de políticos envolvidos com essa nova concepção de creche trazida pela LDB. A opção da administração 1997-2000 foi dar apenas “uma roupagem de escola” e deixar para as próximas administrações municipais a continuação do processo.

Tiraram-se as encarregadas, colocaram-se diretoras e pediu-se que as pajens (as mesmas de sempre) se portassem de outra forma: elas deveriam aceitar exercer uma função pedagógica a partir de algumas capacitações oferecidas pelas diretoras recém empossadas. Porém, nunca houve muita expectativa quanto à eficácia dessa formação: o objetivo se restringia a “dar à creche uma roupagem de escola”, ou, dizendo de outra forma: criar uma fachada educacional para o atendimento de sempre, mudando apenas pequenas coisas.

(...) já que a gente não podia trocar [as pajens por professoras], primeiro fizemos com que elas [as pajens] assumissem uma função pedagógica, uma função nova para elas. E além das capacitações feitas pela secretaria, a gente ia estimulando o pessoal a estudar. Então a creche passou a ter efetivamente uma roupagem de escola.

*(...) não era transformar a creche numa escola só com professor, mas era dar uma roupagem de escola àquela creche que a gente tinha ainda com uma visão da promoção social.*

(Nilson Passoni - grifo meu)

Então a gente acabou colocando para essa faixa etária pessoas que não tinham formação e dávamos cursos para as diretoras repassarem. (...) Decidiu-se formar as diretoras para que depois elas, de maneira geral, agissem junto às educadoras. (...) Depois eu me lembro que eu fiz um treinamento, porque as meninas (diretoras) sendo capacitadas conosco poderiam, depois, interagir com o seu quadro de funcionários e estar orientando-as para mudar, mudar o enfoque, porque na verdade tinha que mudar o enfoque. (...)

E aí eu me lembro que eu fiz uma palestra para as meninas, todas as funcionárias de creche, fiz um discurso, e você sabe que discurso não adianta nada, né? O discurso, ele começa e termina. Terminou. Como a Maria Inês falava: Agora vocês são formadoras, agora vocês são educadoras e vocês estão fazendo parte do quadro da educação, mas isso também não significava nada, né? Formalmente sim, mas, e daí?

(Dulce Mazieiro)

Essas falas são significativas porque mostram a visão dos agentes do estado sobre o processo. A questão da formação dos profissionais da educação foi realmente importante nessa gestão, pois havia um discurso (tanto da LDB quanto da SMEC) apontando para essa necessidade, apesar de não se terem concretizado ações significativas voltadas para a formação das profissionais que atuavam nas creches.

As mudanças mais significativas para as creches, a partir dessa nova proposta da LDB, aconteceram, em São Carlos, nas gestões posteriores a 2000. Durante a gestão municipal 1997 – 2000, ainda constatou-se muito improvisado, tanto no que se refere à contratação de pessoal, quanto no tocante à existência e disponibilidade de verbas.

Dulce Mazieiro, integrante da equipe pedagógica da SMEC no período, relata a escassez de verbas – apontada, anteriormente, por Nilson Passoni – ao dizer que “Educação é o último vagão de qualquer governo, vai lá no finalzinho. Só o que sobra vai para a educação”. Sobre a contratação de profissionais, ela diz que

*A gente não tinha condições, fazia muito por vontade própria, porque gostávamos... Quando eu cheguei, eu assumi praticamente a educação infantil, um nível de ensino do qual eu não tinha quase conhecimento. Então eu fui estudar, fui ler muito, porque parece que a prioridade toda era para a educação infantil.*

E diz ainda:

Eu penei muito, no começo, porque eu estava *sozinha*. Acho que

cabiam umas três, quatro ou cinco coordenadoras; eles puseram *uma*. Agora vejo que tem um monte de gente lá, né? Pelo que me contam, a Secretaria está lotada de pessoas. Eu era sozinha, depois ele me arrumou outra pessoa.

**E: É, hoje está separado. Educação Infantil tem um grupo, Ensino Fundamental, tem outro.**

Exatamente! E nós cuidávamos de tudo. Éramos duas para todo nível de ensino. (...) Decidiu-se formar as diretoras para que depois elas, de maneira geral, agissem junto às educadoras; naquela época tínhamos 24 escolas de educação infantil, tinha as de ensino fundamental, e nós *éramos apenas duas coordenadoras, então a gente fazia milagre.*

(Dulce Mazieiro)

Durante esta administração, observamos uma concepção de creche e de educação infantil escolarizada. A creche passou a ser vista como uma escola, que deveria ter horários rígidos e dar oportunidade para a criança se desenvolver, deveria criar situações, criar contexto, criar o espaço. Mas trabalhava-se com “meninas” sem formação para isso, devido à falta de investimento. Sequer havia orçamento para propor qualquer política voltada para as creches, o que foi apontado diversas vezes como um limitador importante. Em um trecho de sua entrevista, o então secretário da educação afirma que

Se o FUNDEB de hoje tivesse acontecido como o FUNDEF, em 1996, possivelmente quem teria levado grande vantagem na educação teria sido a creche e a educação infantil, porque os investimentos teriam sido mais ou menos equilibrados. Você teria recurso para investir em creche.

(Nilson Passoni )

As crianças, nesse período, eram vistas como alunos, e a concepção de infância dessa gestão não fica explícita. No entanto, fala-se muito das crianças pobres e humildes, filhas de mães trabalhadoras, que ficavam sozinhas em casa ou com vizinhos, conviviam com roubos, tráfico e prostituição, e que, por tudo isso, teriam seu desenvolvimento comprometido e precisariam de um processo educacional, além de cuidados e alimentação. Eram essas as crianças que as creches buscavam atender, as crianças moradoras dos bairros mais pobres, onde a demanda era maior. A existência de demanda e de pressão social é reconhecida por essa administração, que afirma que “Sempre teve pressão para construção de creches, principalmente nos bairros mais pobres.”

Esse novo trabalho deveria ser desenvolvido pelas profissionais existentes – que não possuíam formação, mas que deveriam assumir uma nova postura frente ao processo de

educação das crianças. De acordo com Dulce Mazieiro, “A educadora de creche não é mãe, ela é professora e tem que se portar como tal. Ela não é mãe, não vai lambar a cria, não é isso. É outro tipo de proposta”. Essa nova proposta deveria ser explicitada e informada às pajens pelas diretoras, que não tinham experiência nas creches, mas que tinham, de alguma forma se destacado em suas atribuições docentes no nível de ensino onde atuavam.

Ao falar sobre a escolha dos diretores para as creches, Nilson Passoni relatou que a escolha não podia ser só política, pois também depende de um compromisso com o processo de educação. Dessa forma ele afirma que não era necessário ter votado no candidato Mello para ser indicado ao cargo. Embora fossem cargos de confiança, diz que o primeiro critério para a indicação era que fossem pedagogos; o segundo, que fossem funcionários da prefeitura; e o terceiro, que fossem comprometidos com o processo educacional. Diz que foi um critério feliz, uma escolha acertada, porque quando houve eleição para diretores, em 2001, a maioria delas se manteve no cargo <sup>64</sup>.

Uma de nossas entrevistadas (que posteriormente compôs a equipe pedagógica da SMEC, na gestão municipal 2001-2005), foi convidada, em 1999, pelo governo Mello a assumir um cargo de diretora de creche. Ela nos conta que:

Em 1999, eu estava em sala de aula como professora da educação infantil, na EMEI José Antunes, e então eu fui convidada pelo secretário de educação para assumir a direção de uma creche municipal que (...) naquele momento estava passando para a educação assumir. (...) E aí, como eu não conhecia a fase de educação em creche, na verdade eu não conhecia nem como eram as creches ou como elas funcionavam, a minha primeira fala foi: Não, não quero, não vou dar conta de fazer um trabalho com crianças muito pequenas, porque a fase com que eu trabalhava era de 4 a 6 anos. Mas o convite foi tentador, no sentido de que *era uma mudança muito grande para a cidade, porque era um outro olhar para a educação infantil* – e eu topei.

Foi um trabalho muito difícil, mas muito gratificante. Por quê? *A gente entrava numa área que pra mim era nova* e as pessoas que estavam lá dentro trabalhavam há 10, 11, 12 anos fazendo aquele trabalho de cuidar, trabalho que tinha aquele caráter bem assistencialista mesmo, tinha esse caráter. (...) mas foi muito interessante porque houve uma troca muito grande, em que a gente tinha que mudar um pouco aquele caráter, deixar de cuidar, cuidar, pra começar a introduzir educação. Não que não se fizesse educação junto, mas (...). Os ambientes das creches eram muito limpos, para que nada pudesse provocar um

---

64 De acordo com Camargo (2003, p.215), “Fizemos as eleições e, nas onze creches que tínhamos (uma foi criada depois), o resultado político que apareceu foi o seguinte: sete eram ex-diretoras de creche, que continuaram em seus próprios cargos, e quatro eram novas”. A questão das eleições para dirigentes realizadas em 2001 será retomada adiante.

acidente ali. Então, eram aquelas salas amplas e vazias, com os carrinhos de brinquedos no alto, cestos com os brinquedos dentro, fechados. E aí começou a troca, a gente começou levar as leituras. No início, percebeu-se que elas assustaram-se com o trabalho: “O que vão querer da gente agora?”. E a gente tinha que aproveitar todo aquele trabalho que era bom e fazer daquele espaço, um espaço melhor para a criança, *mudando pequenas coisas*.

(Maria de Lourdes Crempe)

A entrada da educação infantil no âmbito da Educação – fruto de históricas reivindicações populares em todo o Brasil – gerou muitas tensões, não apenas em São Carlos, mas em todo o Brasil. De acordo com Rosemberg (2002), essas tensões aconteceram, principalmente, porque o campo da educação

“carrega um modo de ser que foi historicamente se construindo sem a presença das crianças pequenas, sem a presença dos movimentos sociais organizados, sem a presença tão marcante das professoras leigas, componentes que marcam a EI<sup>65</sup> brasileira” (ROSEMBERG, 2002, P.76).

Segundo a autora, ao longo desse processo que inseriu a educação infantil e, em especial, as creches, na área da Educação, enfrentou-se grande dificuldade para estabelecer diálogo entre educação e assistência. Rosemberg (mesma obra) postula que, para sair do embate e passar para o debate entre as áreas da Assistência e da Educação, é indispensável que se possa enfrentar o verdadeiro nó da questão, qual seria, para a autora, o enfrentamento de modelos diversos, possivelmente antagônicos, de política social e de educação infantil.

O enfrentamento dessa questão se deu em São Carlos a partir de 2001, com o início da administração do prefeito Newton Lima – que teve à frente da SMEC, de julho de 2001 até o fim de 2004, a professora Marina Palhares<sup>66</sup>, uma professora da UFSCar com histórico de envolvimento nas causas da Educação Infantil.

Eu fiz o meu trabalho de mestrado aqui, sobre educação infantil e o meu trabalho de doutorado aqui, sobre conquistas populares. Então, eu tinha uma entrada nessa área, na educação infantil, e eu acho que por isso, o Newton e o Rubens<sup>67</sup> me convidaram como diretora; e nesse período em que eu fiquei como diretora, eu, o Rubens e a equipe trabalhamos muito juntos e, quando o Rubens resolveu, por razões de

65 Educação Infantil.

66 Antes dela, o Secretário Municipal da SMEC era o prof. Rubens B. Camargo, conforme apontado anteriormente.

67 A entrevistada está se referindo ao Prof. Rubens Barbosa de Camargo, que ocupou a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Carlos durante a primeira gestão municipal petista até 13 de julho de 2001.

ordem pessoal<sup>68</sup>, e quando o Rubens saiu, então ele e o Newton me convidaram para ficar como secretária, e eu aceitei, por um projeto, por um sonho mesmo, que eu queria ver sendo construído.

(...) Eu acredito que a criança tem o direito à educação, isso está não só na minha percepção, mas está na minha visão política, na minha ação política, na minha ação prática do cotidiano, nas discussões que eu mantenho com as pessoas. Eu defendi isso lá na constituição, venho trabalhando para que isso seja incorporado... E quando eu entrei como administradora, eu queria que todas as crianças tivessem acesso à creche. E eu me deparei com uma realidade que precisava ser construída, porque São Carlos não via esse direito, não via isso como um direito.

(Marina Palhares)

(...) a Secretaria Municipal de Educação assumiu as creches no final do governo Mello. Na verdade, foi no final do 3º ano. E por uma questão de opção política, ou por compreender que aquilo ali não fazia parte da educação, houve uma não incorporação das creches para a educação infantil. *Houve uma incorporação formal, e o investimento que houve foi o de colocar diretoras. Mas foi isso.* Não me pareceu, enquanto professora da universidade que trabalhava lá nas creches, e depois, logo que eu assumi enquanto diretora, que houvesse tido um investimento, no sentido de formação de pessoal, no sentido de adequação de espaço físico...

(Marina Palhares)

Nessa gestão (2001 – 2005), diversas ações foram realizadas pela prefeitura municipal, no sentido de mudar o tipo de atendimento oferecido nas creches, de pautar suas ações numa outra concepção de educação infantil, diferente daquela do “tempo da filantropia e da assistência”, e numa concepção de política também distinta da de outrora. Segundo Camargo:

Uma das primeiras realizações na diretriz da melhoria da qualidade do ensino foi a produção de um material, enviado logo na primeira semana de aula, que implicava também a questão da escola inclusiva: um *folder* com o título TODA CRIANÇA TEM DIREITO, contendo a *Declaração Universal dos Direitos das Crianças*, acompanhada de uma *Carta Pedagógica nº 1*, que apresentava algumas idéias sucintas de abordagens com as quais o professor poderia trabalhar esse assunto junto com as suas crianças. A *Carta* foi distribuída a todo professor da rede e a *Declaração* foi distribuída a todos os alunos, isto é, a todas as crianças, desde as atendidas pelas creches até as do Ensino

---

68 Segundo a entrevistada, “os primeiros seis meses foram muito complicados. O Rubens carregou uma secretaria muito difícil. A construção que o Rubens fez, nos primeiros seis meses, foram fundamentais para que aquela gestão acontecesse como aconteceu, em termos de discussão de políticas, de mobilização interna, de construção de equipe... E o Rubens fez essa construção muito forte”.

Fundamental. Além delas, também receberam a *Declaração* os alunos do Ensino Fundamental e dos núcleos de Suplência da tarde e da noite, ou seja, as pessoas mais velhas. Nossa intenção com essa ação foi aproximar as famílias atendidas pela rede, na escola ou em casa, da importante questão dos direitos da criança. Fizemos isso porque detectamos que grande parte das cidades de nosso país funcionam ainda na base do clientelismo político e dos favores que se estabelecem numa teia de relações entre as pessoas da cidade. Entendíamos que só se conseguiria superar esse tipo de situação quando se apontasse para uma perspectiva de caráter universal, republicana, ou seja, com a idéia de que todos somos portadores de direitos civis, políticos e sociais garantidos pelo Estado e que isto ocorre não porque seja oriundo de uma dádiva ou um favor de alguma pessoa, mas por uma questão de conquista dos espaços de cidadania (Camargo, 2003, p.206 e 207).

A concepção de educação infantil dessa administração era a mesma que influenciou a elaboração da LDB; considerava a necessidade de profissionais com formação específica para o trabalho na educação desde a creche, percebia a necessidade de espaços adequados, investimento em materiais...

Numa primeira tentativa de mudar a concepção de educação das creches e o tipo de atendimento oferecido até então, a Prefeitura Municipal de São Carlos buscou colocar, nas creches, professoras com a formação exigida pela LDB.

Camargo (2003) afirma que

Quanto à formação inicial dos professores da rede municipal de São Carlos, é bom salientar que boa parte dos professores e professoras municipais tem nível superior, vários têm curso de Pedagogia na Federal e grande parte dos que têm nível superior foi formada em cursos superiores privados, destaca-se os que realizaram cursos na cidade de Jaboticabal.

Em geral, formaram-se em nível Normal (ou Habilitação Específica do Magistério), fizeram curso de Pedagogia e, mais tarde, complementação pedagógica nessa cidade próxima. Contudo, vários docentes da rede têm inclusive Mestrado, por conta também da proximidade das universidades públicas. Portanto, grande parte das pessoas da rede tinha um nível de formação acima da média estadual. O maior *déficit* de formação inicial que foi identificado ocorria com as pessoas que trabalhavam nas creches (p.206).

Para mudar esse quadro, no ano de 2001, foi oferecida, às professoras das EMEIs<sup>69</sup>,

---

69 Escolas Municipais de Educação Infantil, que atendem crianças de 4 a 6 anos. O requisito exigido para as professoras de EMEIS, desde o primeiro concurso para o cargo, em 1989, era o curso normal, ou magistério, com especialização em pré-escola.

carga horária suplementar (denominada informalmente como “dobra”) nas creches<sup>70</sup>. Cinco professoras de EMEIs assumiram turmas em creches, no ano de 2002, no período complementar ao de suas atividades na EMEI: três delas trabalharam com crianças de 4 anos, uma com crianças de 5 e outra com crianças de 6 anos, de acordo com os documentos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, pois neste período as creches ainda atendiam crianças de 0 a 6 anos. A adequação de faixa etária atendida pelas creches e EMEIs conforme regulamenta a LDB se deu gradualmente, ao longo dos anos 2002 e 2003, de forma que em 2004 as creches atendiam apenas crianças de 0 a 3 anos.<sup>71</sup>

No final de 2002, a SMEC realizou um processo de consulta interna e ofereceu às professoras de EMEIs vagas permanentes em creches. Dez professoras optaram pelas creches, fizeram um aditamento de contrato e transferiram suas sedes para creches – ocupando, definitivamente, esse espaço.

No final de 2003, o último concurso realizado pela prefeitura municipal de São Carlos, até o momento, oferecendo vagas para educação infantil, representou um grande passo dado pelo poder público municipal, no sentido de reconhecer o direito das crianças das creches a uma educação oferecida por profissionais qualificados. Este concurso visava ao preenchimento de 15 vagas de professor para “Atuar na educação infantil de 0 a 6 anos, em creches e Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs)” (Edital do concurso público n. 159, setembro de 2003).

Foi o primeiro concurso na história das creches de São Carlos para o cargo de professora, o que só aconteceu em virtude da nova concepção de creche da equipe da SMEC no período de 2001 a 2004<sup>72</sup>. Arelado à nova concepção de creche trazida pela LDB e pelas Políticas Públicas atuais em geral, voltadas para a Educação Infantil, há uma nova concepção de trabalho educativo com crianças de 0 a 3 anos e conseqüentemente, uma nova concepção de profissional para atuar em creches, o que fica explícito se compararmos o que era esperado do trabalho das pajens (Edital dos Concursos Públicos n.013/90, 064/96 e 094//99) e aquilo que é

---

70 As professoras de Educação Infantil da rede municipal de São Carlos são contratadas por 20h semanais e podem optar por “dobrar” a carga horária, trabalhando em outra unidade de educação infantil no período inverso. Esta situação será alterada com a entrada em vigor do novo Estatuto do Magistério Municipal, que prevê carga horária de 30h e impossibilidade de “dobra”.

71 Para atender crianças de 0 a 6 anos no mesmo espaço, a gestão municipal Newton Lima criou as CEMEIS, Centros Municipais de Educação Infantil, que integram creches e pré-escolas no mesmo ambiente, construído para este fim.

72 A gestão 1997 – 2000, por exemplo, abriu concurso, em São Carlos, para pajens já na vigência da LDB. Em outros municípios, governos que não reconhecem a importância da formação para o trabalho desenvolvido em creches, também têm ignorado o estipulado pela LDB sobre a questão – e suas prefeituras continuam abrindo vagas para pajens, educadoras, atendentes de creche e recreacionistas, com exigência de formação inferior ao estabelecido na Lei. Recentemente, observamos essa ocorrência nas cidades de Imbé/RS e Guarujá/SP.

colocado para as professoras de educação infantil no edital do concurso 159/03.

Por meio deste último concurso foram contratadas, em 2004, cinquenta e três professoras em caráter temporário e doze em caráter efetivo. No ano de 2005, foram contratadas mais cento e seis professoras temporárias e vinte e quatro efetivas, de acordo com o ofício n. 80/07 da Prefeitura Municipal de São Carlos. Todas essas professoras possuíam formação em nível médio, modalidade Normal ou curso superior de licenciatura em Pedagogia, conforme exigência do concurso 159/03, mas a Secretaria Municipal de Administração de Pessoas não possuía a informação sobre quantas dessas professoras foram encaminhadas para creches e quantas foram para EMEIs, uma vez que o concurso foi feito para a Educação Infantil, sem distinguir instituições.

As ações da prefeitura, no sentido de adequar o quadro funcional a esta nova proposta para as creches, começaram a se concretizar a partir do ano de 2001 e não se restringiram à transferência de algumas professoras das EMEIs para creches e à realização deste concurso. Muitas outras ações foram realizadas:

(...) a questão da formação de pessoal a gente achava que era muito séria, e nós atacamos de diversas frentes, com uma grande quantidade de cursos de aperfeiçoamento<sup>73</sup>, investindo... Fizemos um trabalho com as pajens no sentido de incentivá-las a buscar melhorar sua formação, e esse foi um trabalho de convencimento, porque aquelas que estavam no ensino médio nós não tínhamos como apoiar financeiramente, não tinha recurso nem caminhos legais para fazer isso. Então nós buscamos junto ao CEFAM e junto ao Álvaro Guião – que tinham cursos de magistério, na época – nós buscamos estabelecer parcerias, mas teve uma questão que eles eram do PSDB e então não deu certo, não teve acordo.

Buscamos incentivar essas pessoas a terminar os seus estudos. E o que nós fizemos de concreto foi organizar os horários das creches de tal maneira que as pessoas que quisessem fazer supletivo de 1º ou de 2º grau, pudessem fazer o horário de tal maneira que elas pudessem sair a tempo de assistir as aulas.

Organizamos o transporte escolar que já corria para que elas pudessem usar esse transporte escolar para ir até à escola do estado<sup>74</sup>, e quando eram as escolas da prefeitura, também, nos casos de supletivo do ensino fundamental. E incentivamos que essas pessoas voltassem a estudar.

Depois fizemos um convênio com a pedagogia da ASSER, para a rede toda. Na verdade, esses incentivos não abarcaram apenas as pajens, nós buscamos, compreendendo que todas as pessoas que estão na educação são educadoras, buscamos incentivar que as merendeiras

73 Vide Palhares in Gil, 2004.

74 Instituição que oferece o supletivo do nível médio.

fizessem o supletivo e continuassem seus estudos e os inspetores de alunos... Nós tentamos pelo convencimento, pela conversa, dizendo que isso era importante. Tentamos o convênio com a pedagogia da Universidade Federal de São Carlos, mas não saiu enquanto eu estava lá, e eu sei que a Geria vai continuar tentando, mas nós não conseguimos na época, então acabamos fazendo essa opção. E buscamos uma formação de nível médio para quem não tinha, que só saiu em janeiro de 2005 – portanto na gestão da Geria. Nós fizemos um trabalho grande para tentar isso pelo Estado, pelo CEFAM, pelo Álvaro Guião, mas só foi possível a gente fechar com o IESDE, em 2005.

(Marina Palhares)

Na prática, em São Carlos, a partir de 2001, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, além de investir em palestras e cursos de formação e capacitação para as profissionais da educação infantil (como aponta Palhares in: Gil, 2004), passou a investir também em iniciativas como as citadas na entrevista, no sentido de estimular a retomada de estudos para aquelas profissionais que não o tivessem concluído, ampliando a escolaridade das profissionais da educação infantil do município – conforme determina o art.62 da Lei n. 9394/96 (LDB).

Cabe destacar que em virtude do estabelecido na LDB, e dessa nova ordem jurídica que passou a conceber a criança como um sujeito de direitos, diversos municípios passaram a investir na formação dos profissionais para atuarem com tais crianças.

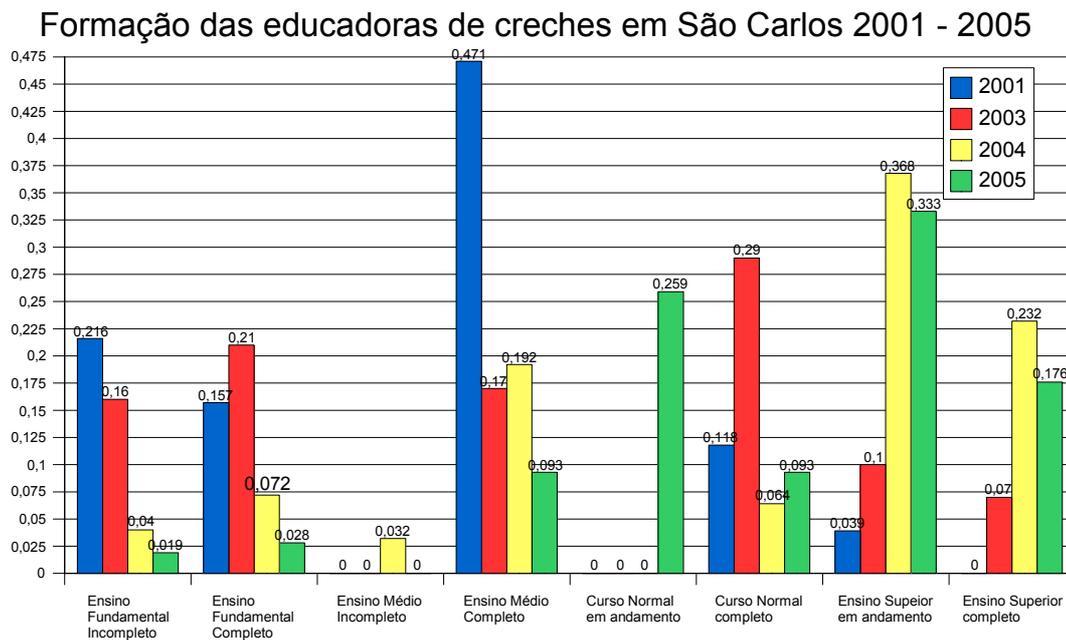
Em São Carlos, a Prefeitura Municipal estabeleceu um convênio com o curso de pedagogia das faculdades ASSER/UNICEP, que agora se denomina apenas UNICEP. Este convênio foi realizado em 2002 e vigora ainda hoje, consistindo no pagamento de um terço do valor da mensalidade pela Prefeitura Municipal, um terço do valor pago pela universidade e um terço pago pelos próprios alunos.

Na ocasião da proposta desse convênio, dados da SMEC indicavam a existência de 167 educadores efetivos, sem nível superior, lotados nas creches, e EMEIs do município, além de 68 educadores que estavam realizando um curso de nível superior. O convênio possibilitaria a esses 235 educadores realizarem um curso de licenciatura em pedagogia, no período noturno, durante 24 meses, pagando apenas um terço do valor. Este convênio visava, entre outras coisas, a ofertar possibilidade de superação das dificuldades de formação em nível superior dos educadores de Educação Infantil e primeiras séries do Ensino Fundamental.

Para as educadoras (pajens e professoras) que ainda não possuísem o ensino médio, a

Prefeitura Municipal de São Carlos ofereceu o curso Normal de nível médio à distância, por meio de uma parceria com o IESDE – Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino.

O gráfico a seguir nos mostra o impacto desses convênios, bem como o da realização de concurso público para professor de Educação Infantil exigindo formação mínima em nível de magistério do 2º grau, para os índices de formação dos profissionais da Educação Infantil municipal de São Carlos.



Fonte: Documentos fornecidos pela SMEC e Palhares (in: Gil (2004)).

Se tomarmos por referência apenas os valores relativos aos anos de 2001 e de 2005, podemos observar que o número de educadoras com ensino fundamental completo e incompleto, e o de educadoras apenas com ensino médio completo caiu significativamente, enquanto o número de educadoras realizando o curso normal ou o ensino superior e com ensino superior completo aumentaram consideravelmente. Outro aspecto interessante de observar no gráfico apresentado é a condição de estudante das educadoras.

Em 2001, 62,8% das educadoras possuía ensino fundamental ou médio completo, mas não davam continuidade aos seus estudos. Neste mesmo ano, 21,6 % das educadoras tinha o ensino fundamental incompleto, mas não podemos afirmar se estas estavam ou não estudando na ocasião. Em 2005, percebemos um grande número de profissionais cursando algum nível de ensino. Se somarmos o percentual de educadoras cursando o ensino superior ou o curso normal, teremos: 59,2% estudando e 17,6% com o ensino superior já concluído, enquanto o

número de profissionais sem o ensino médio diminuiu drasticamente – o que representa um grande avanço no sentido de adequar o quadro funcional às exigências da LDB.

O quadro apresentado mostra que houve uma melhoria significativa na formação das profissionais que atuam na educação infantil; no entanto, sabemos que a formação não é o único elemento responsável pela garantia da qualidade do serviço oferecido nas creches.

Diversos estudos vêm apontando que a Educação Infantil não tem se constituído como objeto de estudos dos cursos de formação de professores, ou que essa temática tem se restringido a poucas disciplinas do programa dos cursos. Ao se referir às creches, Kuhlmann Jr. considera que:

Não são as instituições que não têm caráter educacional e sim os órgãos públicos da educação, os cursos de pedagogia e as pesquisas que não se ocuparam delas por um longo período (Kuhlmann Jr., 1998, p.202).

Contudo, considerando que tanto o curso Normal, oferecido pelo IESDE, como o curso de pedagogia oferecido pela UNICEP para as profissionais da rede municipal de educação, foram encomendados pela prefeitura de São Carlos e montados, especialmente, para atender essa demanda. A formação oferecida para as profissionais do município tem uma característica peculiar, de forma que, para avaliar a qualidade do seu impacto, indicamos a necessidade de novas pesquisas.

Se considerarmos apenas as pajens em exercício antes da administração 2001 – 2004 para a análise do impacto dessa política municipal de incentivo à retomada de estudos, temos o seguinte panorama, segundo uma das entrevistadas:

Então, a gente tem casos assim, a pessoa fez o ensino médio, supletivo – conheço vários casos, gente que acompanhei lá desde 1999 –, terminou o supletivo, ensino médio, iniciou o curso de pedagogia. nessas condições, e estão terminando agora. Então, eu acho que isso é um passo para se melhorar a qualidade, isso é o que se buscava. E é um grupo grande, no início existiam 99 pajens; dessas 99, é claro que várias ou saíram – foram pra outro trabalho – ou assumiram mesmo, porque tinham formação magistério. Então, saíram desta condição de pajem e foram ser professoras. Outras tantas, aproximadamente trinta e três, terminam agora o curso de pedagogia. (...) O difícil é pensar assim: lá em 99, 2001 nós tínhamos 99 pajens, hoje nós temos quase 60 terminando a formação ou em nível médio ou em nível superior. Como se acredita que quem tenha uma formação faça um melhor trabalho, esse é um avanço.

(Maria de Lourdes Crempe)

Além do investimento na formação das profissionais das creches, que continua sendo realizado até hoje pela administração municipal, outras ações desenvolvidas pela SMEC, no período de 2001 a 2004, são importantes para a compreensão das políticas públicas para a Educação Infantil que vêm sendo implementadas no município. Trata-se de ações que foram fortalecidas na segunda gestão municipal do Prefeito Newton Lima Neto e que visavam a incorporar a população no processo de elaboração das políticas públicas municipais.

É interessante notar como a concepção de política e de políticas públicas manifestadas pelas duas últimas gestões municipais destoam, em alguns aspectos, da percepção de Hannah Arendt – sobre a forma de organização dos Estados modernos. Para Arendt, a modernidade reserva aos políticos profissionais a prerrogativa do exercício da política.

A autora resgata em sua obra o significado do conceito de política da Grécia Antiga, para contrapor-se ao sentido da política nas sociedades modernas. Durante a antiguidade, no ponto central da política, estava sempre a preocupação com o mundo e não com o homem. A política era, portanto, o âmbito mundial no qual os homens se apresentavam, sobretudo, como atuantes, conferindo aos assuntos mundanos uma durabilidade que, em geral, não lhes é característica.

Nos tempos modernos, a política teria sofrido diversas transformações e passou a ser concebida, de acordo com Arendt, apenas como um *meio para a conservação e fomento da vida em sociedade*. A autora afirma ainda que:

(...) O que os tempos modernos esperavam de seu Estado e o que esse Estado de fato fez, em grande escala, foi uma libertação dos homens para o desenvolvimento das forças produtivas sociais, para a produção comum de mercadorias necessárias a uma vida “feliz”.

Essa concepção de política dos tempos modernos para a qual o Estado é uma função da sociedade ou um mal necessário para a liberdade social, impôs-se (...) contra as concepções (...) inspiradas na Antiguidade (...).

O que hoje entendemos por governo constitucional, não importa se de natureza monárquica ou republicana, é, em essência, um governo controlado por seus governados, restringido em suas competências de poder e em sua aplicação de força. (...) *não se trata, em todo caso, de possibilitar a liberdade de agir e de atuar politicamente; ambos continuam sendo prerrogativa do governo e dos políticos profissionais que se oferecem ao povo como seus representantes no sistema de partidos, para representar seus interesses dentro do Estado e, se for o caso, contra o Estado* (ARENDDT, 1998, p.74, 75, grifos meus).

Nas sociedades modernas não haveria mais uma contraposição entre as esferas pública e privada, mas uma contraposição entre a esfera social e a esfera estatal, concebida como o espaço do governar. A esfera estatal seria a esfera do exercício da política, por parte do Estado e de seus governantes, e não se confundiria com o espaço público – como veremos adiante.

Arendt afirma que a sociedade moderna conseguiu extinguir por completo a esfera pública, tal como concebida na Grécia antiga; no entanto, podemos afirmar que a modernidade não conseguiu extinguir, com isso, a existência do espaço público, da ação política.

Tendo surgido com espaço desvinculado do Estado, o espaço público é o espaço da política; enquanto ação humana e exercício de liberdade, é o próprio mundo, na medida em que é comum a todos e é o espaço onde os feitos humanos ganham visibilidade, além de poder ser visto e ouvido por todos. É um conceito que pode ser retomado na atualidade, inclusive como forma de compreender a ação política empreendida por alguns setores da sociedade, que questionam o modelo político que reserva a poucos a responsabilidade de decidir os rumos de toda a sociedade.

Não ligando o espaço público ao Estado, não existe nenhum local privilegiado para a ação política, isto é, existem múltiplas possibilidades de ação, múltiplos espaços públicos que podem ser criados e redefinidos constantemente, sem precisar de aporte institucional, sempre que os indivíduos se liguem através do discurso e da ação (ORTEGA, 2000, p.23).

Sobre este espaço, Arendt afirma que é importante retomar a idéia de que

(...) em toda parte em que os homens se agrupam – seja na vida privada, na social ou na pública –, surge um espaço que os reúne e ao mesmo tempo os separa uns dos outros. Cada um desses espaços tem sua própria estruturabilidade (sic), que se transforma com a mudança dos tempos e que se manifesta na vida privada em costumes; na social, em convenções; e na política em leis, constituições, estatutos e coisas semelhantes. Sempre que os homens se juntam, move-se o mundo entre eles, e nesse interespaço ocorrem e fazem-se todos os assuntos humanos (ARENDR, 1998, p. 35, 36).

Os principais atores que têm ocupado nacionalmente o Espaço Público nas últimas décadas, a fim de exercer a política, e vêm influenciando a elaboração de “leis, constituições, estatutos e coisas semelhantes” em diversas áreas sociais são os movimentos sociais. De acordo com Cunha e Cunha (2002),

Os movimentos sociais, que na década de 1980, lutaram pelo fim do regime autoritário e pela redemocratização da sociedade, foram atores

sociais importantes na discussão e definição das novas formas de organização e gestão das políticas públicas, especialmente as políticas sociais. A descentralização dos poderes e das funções do estado foi tema recorrente, como sinônimo de democratização. Os questionamentos desses atores quanto às características históricas das políticas sociais brasileiras (...) e quanto à incorporação das vontades da sociedade nas decisões políticas movimentaram a Assembléia Constituinte e resultaram em dois princípios que fundamentaram o processo de descentralização: a democratização e a participação (p.15).

A partir desses princípios, alguns municípios e outras esferas administrativas instituíram canais que possibilitaram, no Brasil, algumas experiências de participação popular na gestão pública. Em São Carlos, isso ocorreu a partir de 2001, com a posse do prefeito petista, Newton Lima.

De acordo com a Profa. Marina Palhares, “no governo Newton Lima (2001 – 2004) era muito forte a direção de que tinha que trazer a população para participar das políticas públicas”. Podemos dizer, a partir de nossos dados, que essa direção continuou “forte” também em seu segundo mandato.

No sentido de discutir com a população as políticas públicas, Camargo (2003) descreve que

Uma outra medida inicial, ocorrida à época do planejamento de 2001, para a qual a Smecc programou um *evento centralizado para o planejamento* com a intenção de juntar todos os profissionais da rede para assistir, pensar e conversar sobre alguns filmes pertinentes à área educacional e ouvir e discutir com alguns professores convidados que fizeram duas conferências sobre temas pertinentes ao planejamento e à gestão democrática na escola. Foi a primeira vez que se juntou, no teatro municipal da cidade, professores(as), serventes, merendeiras, vigias, pajens, inspetores(as) de alunos, secretários(as), diretores(as), enfim, todo o pessoal de escolas, creches e núcleos municipais para se discutir o papel da escola (p. 207).

Outra ação importante desse governo, a fim de inserir a população nas políticas locais, rompendo com a tradição anterior, foi a realização das primeiras eleições para dirigentes de ensino, como parte do conjunto de ações desenvolvidas pela SMEC e integrantes do eixo Democratização da Gestão, que compunha as diretrizes para a política educacional do município, como aponta Reis (2007). De acordo com a autora, essa experiência, inédita no município, contou apenas com a participação dos funcionários das unidades e não da comunidade usuária, e teve como resultado a composição de uma lista tríplice em cada unidade escolar. Desta lista, o prefeito teria indicado os primeiros nomes para assumir a

direção das creches.

Apesar do número relativamente pequeno de mudanças no quadro das diretoras das creches (4 entre 11), o então Secretário Municipal de Educação e Cultura, Prof. Rubens B. Camargo, faz uma avaliação positiva do processo e afirma que:

(...) uma grande parte dos dirigentes atuais [2003] foram dirigentes da gestão anterior (sete), mas, por conta do trabalho e da formação que a gente estava fazendo com os dirigentes e funcionários das creches, começaram a ter interesse em melhorar as coisas e não em piorar. Então, a condição que há agora em São Carlos é essa: muitos dirigentes estão começando a migrar, se identificar com as propostas da administração do PT, mesmo que ainda não se tenha uma vinculação mais orgânica e ideológica. Se a secretaria mantém-se neste ritmo de formação permanente, de atenção às escolas, de busca da qualidade e de busca de condições ambientais objetivas, como pintar, melhorar, gramar, colocar brinquedos, comprar livros, então começa a dar as condições que as pessoas precisam para voltar a trabalhar naquela escola, percebendo que não adianta serem amigas de algumas pessoas e a escola não funcionar. Boa parte dessas pessoas podem estar neste caminho, mas, sem dúvida, elas foram colocadas nesta condição por conta do voto de parte da população (Camargo, 2003, p.218).

A partir dos dados fornecidos pelo autor, pela discussão feita por ele e considerando que São Carlos não tinha uma tradição política de participação social, não seria mesmo possível esperarmos um quadro muito diferente disso na primeira experiência de gestão democrática da educação. As mudanças mais significativas viriam com o tempo e com o *exercício freqüente do processo*, como aponta Camargo. Nesse contexto, o número de votantes nessa primeira experiência já foi um aspecto bastante positivo do processo:

Para se ter uma idéia, mais de 7 mil pessoas participaram das votações de dirigentes, e São Carlos tem cerca de 100 mil eleitores. Isto demonstra um movimento muito grande e forte na cidade. Com seu exercício mais freqüente, o resultado pode apontar para a superação da relação clientelista de *toma lá dá cá*, e as pessoas poderão votar e optar por quem quiserem; por isso, os processos eleitorais cumprem o caráter pedagógico; por isso, a ênfase do nosso discurso foi sempre o do campo do direito e a busca legítima de conquistar as pessoas pelos argumentos e não pela força (mesma obra, mesmo autor, p.218).

No entanto, essa análise não foi consensual<sup>75</sup> e, após essa experiência e a saída do

---

75 Vide, por exemplo, a pesquisa desenvolvida por Souza (2005), na UFSCar, e intitulada *Eleições de Diretores escolares no município de São Carlos: propostas e polêmicas*. A análise dos dados obtidos pela autora por meio de entrevistas com os participantes do processo eleitoral da rede municipal de educação de Carlos aponta indícios de que, nem sempre, a eleição é a melhor alternativa para garantir a democratização da gestão no interior das instituições.

professor Rubens B. Camargo da SMEC, não houve novas eleições para dirigentes. As diretoras eleitas nesse processo, em 2001, permaneceram até o final da primeira administração petista e, em 2005, no início do segundo mandato de Newton Lima, adotou-se novamente o critério de indicação para o cargo. Nesta ocasião, algumas diretoras foram demitidas (quando não faziam parte da rede municipal de educação) ou voltaram para a sala de aula, outras professoras foram indicadas para essas vagas, e as diretoras que continuaram na função mudaram de unidade, de forma que nenhuma creche, em 2005, continuou com a mesma diretora do ano anterior.

Com relação à mudança nas direções das creches, a atual Secretária de Educação relata um caso que representa o impacto da indicação das diretoras, em contraposição ao processo de eleições:

(...) no início da gestão, eu fui fazer uma visita à creche lá do Gonzaga, Creche Therezinha Ríscoli Massei, e tinha uma direção anterior<sup>76</sup> hostil às nossas propostas e, menos de um ano depois, com outra direção, a creche estava bonita, pintada, com participação da comunidade.

(Géria Montanari)

A indicação das diretoras, em substituição ao processo de eleições, garantiu um maior comprometimento das profissionais com o projeto político da SMEC, pois da forma como foi realizada a eleição de 2001, não houve muitas mudanças.

No período de eleição de diretores, eu estava na sala de aula, não participei do processo de eleição de diretores. (...) Eu vi, mas de fora. Na minha avaliação, teria que ter sido feito um trabalho maior com a comunidade antes que se partir para um trabalho de eleição, porque as pessoas não sabiam. Tanto é que, na minha escola, eles diziam: “olha, vai lá votar pra a diretora continuar”. Porque não houve mais que um candidato em algumas escolas. Então era um processo de eleger quem estava lá mesmo.

(Maria de Lourdes Crempé)

De todo modo, a experiência das eleições como meio para a democratização da gestão educacional não se repetiu, até o momento, no município.

Outra ação de grande importância da prefeitura, dentro desse projeto de incluir a população na elaboração das políticas públicas municipais, foi a criação de alguns espaços

---

76 Durante a primeira gestão de Newton Lima.

para o exercício da política, por parte da população, dentre os quais se destacam as reuniões do Orçamento Participativo (OP). Nessas reuniões, a população é convidada a participar, explicitando as demandas de cada região e votando as prioridades de ação da prefeitura, dados os recursos para investimentos em cada setor e em cada região geográfica do município. As entrevistadas relatam que:

(...) no Maria Estela Fagá houve uma reunião de governo participativo [do OP] e naquela região não tem nenhuma creche, e a gente sabe que ao redor do Fagá, Tangará<sup>77</sup>, toda aquela região cresceu muito, o número de famílias já aumentou muito. Na reunião, e isso é prova de que *a população não está acostumada a saber a força que tem, não está acostumada a perceber que pode fazer as exigências, não se pediu uma creche*. Quem foi lá participar disse que as meninas pediram uma área de lazer, ninguém pediu uma creche, ninguém foi lá e reivindicou por uma creche. E a gente até fica torcendo que isso aconteça.

(Maria de Lourdes Crempe)

No segundo ano estourou, em todos os lugares tinha solicitação para a educação. E a gente não tinha perna para atender a todos, e nós tivemos que discutir, priorizar, mas estourou! E no terceiro e no quarto ano foi a mesma coisa. Aparecia reivindicação da educação em quase todas as assembléias do OP.

(Marina Palhares)

De acordo com as entrevistadas, as reuniões do OP são um importante espaço de reivindicação popular por equipamentos públicos – seriam o espaço legítimo para a reivindicação das creches, mas não teriam se configurado como o único meio de definir a construção de novas instituições no município durante as duas últimas gestões municipais, uma vez que, neste período, diversos estudos diagnósticos foram encomendados pela prefeitura a fim de subsidiar a ação da SMEC. É importante destacar que, algumas vezes, apesar de esses diagnósticos existirem, determinadas ações que a prefeitura julgava necessárias não foram realizadas em um momento específico por não terem sido reivindicadas pela população (como no caso da construção de creche no Bairro Maria Stella Fagá, relatado acima por Maria de Lourdes Crempe). Em outros momentos, investiu-se em ações talvez não tão importantes, em virtude de a demanda ter sido apresentada e votada nas reuniões do OP.

Essas reuniões tornaram-se o espaço de disputa política por projetos entre setores da sociedade e o governo. Ao canalizar as reivindicações populares para esse espaço, o governo

<sup>77</sup> Maria Estela Fagá e Jardim Tangará são dois bairros da periferia de São Carlos.

tem maior controle e poder de negociação sobre as demandas – inclusive, utilizando os dados desses diagnósticos como instrumento de negociação – mas nem sempre é vitorioso na correlação de forças com a população, como nos mostra a trecho a seguir reproduzido e extraído da entrevista com a ex-secretária de educação:

[Em Água Vermelha tinha] uma EMEI com muita vaga. (...) No entanto, a diretora acreditava que ali tinha que ter uma creche. Era uma crença da diretora. Mas ela mobilizou a comunidade para ir todo mundo no Orçamento Participativo pedir creche. Nos estudos que a gente fez ali não precisava de creche. Quer dizer... Se uma criança precisa de creche, precisa de creche! Agora, em termos de custo, da relação custo-benefício, você não tem como justificar construir um espaço para uma criança, ou para três crianças ou para cinco crianças. Você teria outras alternativas para atender essas crianças, que não a construção de um espaço. E, no primeiro ano, teve uma reivindicação de creche ali. São duas rodadas de orçamento participativo, tem o levantamento e o retorno depois. E ali tinha uma necessidade de investimento público, que era rede de esgoto ou alguma coisa assim, que a cidade não tinha. E era algo grande, pesado, que *gastava muito dinheiro!*

Nós tínhamos necessidade de construir creche no Aracy, ampliar a do Gonzaga, outras necessidades de creches que eram mais gritantes. E na segunda rodada do OP eu fui lá para defender contra a creche. *Eu fui lá e levei os dados*, mostrei quantas vagas tinha na escola, quantas estavam ocupadas e quantas estavam vazias. (...) Nesta região, nós temos x bebês – nós fizemos um levantamento e eram cerca de 15 bebês.. Não justifica a gente gastar para construir se a gente precisa de tanto (dinheiro) lá (em outro bairro, em outra região). E naquele momento a população entendeu. Então foi votado a creche ali, no primeiro ano de governo, como última prioridade. Acontece que aquela diretora continua lá, e continua discutindo com a população. No segundo ano de governo, foi votado de novo. Também passou com uma prioridade baixa, porque eles preferiam fazer um campo de futebol... E no terceiro ano ganhou a creche. Foi construída<sup>78</sup>.

(Marina Palhares)

Além das reuniões do Orçamento Participativo, o esforço de trazer a população para participar das políticas públicas se deu em diversos outros espaços. No setor da Educação, entre os espaços criados no período de 2001 a 2004, estão os Conselhos de Escolas<sup>79</sup>, o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, as reuniões para discutir o FUNDEF, as reuniões

78 A entrevistada diz que foi construída uma creche, mas o que se fez foi a ampliação da EMEI Santo Piccin, que, a partir de 2005, passou a atender crianças de 1 a 3 anos em uma turma de idades mistas. Conforme aponta o quadro escolar de 2005, fornecido pela SMEC, essa turma contava com uma única professora, responsável por 1 criança com idade entre 1 e 2 anos, 5 crianças com idade entre 2 e 3 anos e 13 crianças com idade entre 3 e 4 anos, totalizando 19 crianças.

79 Que foram implementados nas creches em 2003.

e plenárias para discutir a elaboração do novo Estatuto do Magistério Municipal.

Quanto aos Conselhos de Escola, Reis (2007) afirma que ele possui duas faces:

(...) se de um lado, o Conselho de Escola traz a possibilidade/garantia de participação da comunidade escolar na gestão, de outro, traz a possibilidade de manipulação dessa gestão conforme o jogo de interesses do diretor para manter-se no cargo e conter as reivindicações populares, pois há subordinação dos diretores à Secretaria de Educação, uma vez que a investidura no cargo se dá por indicação do Prefeito, embora o selecionado seja integrante do quadro do magistério público municipal. (...) Ainda assim, a participação que ocorre na creche no tempo da Educação pode representar um processo que, ao longo do tempo, poderá levar os próprios pais a reivindicarem muito mais que só ser informado ou escolher entre algumas alternativas, e passarem de fato a compartilhar dos encaminhamentos, ou seja, podem vir, ao longo do tempo, a tramar outras formas de luta e de poder na gestão do equipamento, incluindo a forma de escolha do gestor (Reis, 2007, p. 159, 160).

Na fala das entrevistadas, podemos observar a importância atribuída a estes espaços enquanto meio de elaboração de políticas públicas.

Dentro da educação, isso (a discussão travada com a população nos espaços formais criados pelo governo municipal) se deu fortemente na merenda escolar. Nós tivemos reunião de merenda escolar com 200 pessoas! Muito fraco no FUNDEF. As pessoas que foram – não devia ter duas ou três reuniões do FUNDEF com mais de 50 pessoas, as outras era cinco, seis, quatro... Era muito fraco no FUNDEF, e foi crescendo no Orçamento participativo. No primeiro ano do Orçamento Participativo, as demandas da educação elas pipocava nos lugares em que era mais necessário. Elas pipocavam, inclusive em regiões que achava necessário também. Então elas apareciam aqui e ali.(...)

Então, aquelas escolas que tinham um conselho de escolas forte começaram a entender e fazer reivindicação. (...) Então foi o Orçamento Participativo, os Conselhos de Escola, o Conselho Municipal de alimentação escolar, principalmente no primeiro ano, a discussão do Conselho do FUNDEF, eu achei que podia ter sido mais forte, mas foram essas as reivindicações no sentido de que o estado acolhe e que provoca de alguma maneira. São os espaços formais, que foram criados nessa relação. Foi uma ação de Estado por acreditar nesse caminho. Foi uma ação deste governo por acreditar nesse caminho. Foi uma ação que foi absorvida e foi trabalhada...

Outra coisa, que teve também muito movimento, foi o Estatuto do Magistério. Foi uma discussão que começou na campanha da vereadora Geria, que a gente achava que tinha que ser reestruturado – nós, enquanto equipe que estava discutindo educação. Tinha que ser reestruturado, estava com problemas. Para você ter uma idéia, o

Estatuto do Magistério<sup>80</sup> não incorpora as creches como parte da Educação Infantil. Então tinha vários problemas do ponto de vista legal, e do ponto de vista estrutural, inclusive. Ele não prevê canais de comunicação. Não prevê Conselhos de Escola.

E o Estatuto do Magistério também foi um momento de muito movimento social porque as professoras, as pajens, fizeram reuniões em separado, fizeram reuniões junto, nós armamos um esquema de discussão, chamamos pessoas de fora, para discutir a questão do Estatuto, do Conselho Municipal, tentamos articular isso aí para arejar e articular a rede no sentido de o que é direito, o que é dever, até aonde pode a autoridade, e uma preocupação de que essas coisas pudessem se manter se a gente saísse e viesse outra direção, se o Newton não fosse reeleito, que essas coisas e esses canais de comunicação estivessem garantidos. E isso eu sei, hoje, que você não tem como garantir. Que você tem como estimular, mas você depende da... Você pode criar canais institucionais, mas ocupar esses canais e discutir isso de fato, depende da comunidade.

(...)

Então foram o Orçamento Participativo, os Conselhos de Escola, o Conselho Municipal de alimentação escolar, principalmente no primeiro ano, a discussão do Conselho do FUNDEF, eu achei que podia ter sido mais forte, mas foram essas as reivindicações no sentido de que o estado acolhe e que provoca de alguma maneira. São os espaços formais, que foram criados nessa relação. Foi uma ação de Estado por acreditar nesse caminho. Foi uma ação *deste governo* por acreditar nesse caminho.

(Marina Palhares)

A população tem sido convidada a participar de processos decisórios e tem sido ouvida no processo de elaboração de políticas públicas. No entanto, essa interlocução entre Estado e Sociedade – que ocorria, em outros municípios, tradicionalmente, no espaço ocupado pelos movimentos sociais e populares – passou a ocorrer em um espaço híbrido, que não é o espaço da esfera estatal, tampouco o espaço público desvinculado do Estado.

A política – que, na antigüidade, era feita por todos os cidadãos<sup>81</sup> na esfera pública –, na modernidade, foi restrita a “políticos profissionais”, que a exerciam na esfera estatal; recentemente, passou a ser uma possibilidade para todos os que assim desejem. No entanto, devemos estar atentos para algumas armadilhas desse modelo de gestão democrática ou participativa.

Como canais de participação legalmente constituídos, os conselhos exercem o controle público sobre as ações e decisões governamentais,

80 Estatuto do Magistério Municipal de 1996, Lei n. 11135/96.

81 Excluindo-se os negros, as mulheres e os pobres, como bem sabemos.

discutem projetos e os tornam públicos, deliberam sobre questões relacionadas ao que lhes é comum, estabelecem acordos e alianças, explicitam conflitos, enfim, atuam em espaços que permitem a negociação, a pactuação e a construção de consensos que viabilizam a operacionalização dos sistemas. Sua estruturação e seu funcionamento possibilitam à *sociedade civil organizada* formar opinião sobre o desejo comum e inserir na agenda governamental demandas públicas para que sejam processadas e implementadas sob forma de políticas para a área social. Os conselhos institucionalizam a participação da sociedade civil nos processos de formulação, implementação e avaliação da política sem, contudo, substituírem o papel do gestor, a quem compete a implementação das políticas. (Cunha e Cunha, 2002, p. 19 e 20, grifo meu)

Contudo, ao abordar a adoção de modelos de gestão flexíveis e participativos por parte do poder público, as autoras indicam que

Isso aponta para uma nova relação de parceria entre Estado e sociedade, que supõe mudanças na cultura das instituições públicas e seus agentes, e a capacidade propositiva da sociedade civil, características que precisam ser desenvolvidas na área social, cujas marcas do clientelismo e do paternalismo são muito profundas e cristalizadas para serem dirimidas em curto período de tempo (idem, p. 21 e 22).

A armadilha seria, portanto, considerar como legítimos e adequados para a relação entre Estado e Sociedade apenas – ou prioritariamente – esses espaços institucionalizados pelo governo para o exercício da política, uma vez que, na história do município de São Carlos parece não ter sido comum que a população utilizasse o espaço público das ruas e praças para reivindicar suas necessidades; os movimentos populares existentes eram/são tímidos e discretos, e a relação da sociedade com o poder público local, marcada pelo clientelismo e pelo paternalismo. É como se fosse necessária a intervenção do Estado para organizar a população e fazer com que ela, assim, pudesse indicar suas necessidades e participar do processo de elaboração das Políticas Públicas, nos espaços e da forma instituída pelo Estado.

Isso é um risco muito sério, uma vez que algumas entrevistas nos revelam uma prática que foi/é comum em São Carlos, e que traz os resquícios da forte tradição clientelista do município: o hábito da população levar suas reivindicações para um determinado vereador ou uma determinada pessoa de sua confiança do meio político. Vejamos os seguintes trechos das entrevistas realizadas para essa pesquisa, e como as demandas por creches chegavam à prefeitura ao longo do período estudado, de acordo com as entrevistadas:

Da minha experiência, do que eu vi, essas reivindicações (de vaga em creche) têm aparecido no Orçamento Participativo. No geral são as mulheres. Vejo homens também defendendo, mas têm aparecido no OP. De resto, demanda por vaga, *tem ainda uma postura clientelista que existe ainda. Então, eu vou lá no vereador tal ver se me arruma uma vaga em tal lugar. Ou então eu fico brava, sapateio (...)*

(Géria Montanari)

Mas isso foi muito pesado de implantar. 2002 foi um ano muito difícil, porque eu acredito que todas as crianças tem o direito, mas se eu não crio critérios, o que acontecia? As vagas eram vagas de vereadores. E o vereador ligava e falava: “Você não está entendendo! Aqui é o vereador fulano de tal e eu quero que você matricule o ciclano” Então as vagas eram assim que eram distribuídas. Eu não tenho nenhuma prova sobre isso, o que eu tenho são testemunhos meus e de meus diretores que falavam “Marina, mas é o vereador fulano de tal!” e eu dizia “ pois, é. Fala para ele que os critério são esses. Foram colocados publicamente!” Eu fui várias vezes à câmara municipal dos vereadores, para apresentar os critérios. É claro que ao apresentar os critérios, eles não tinham como dizer que tem que abrir exceção, e eu não abria!

(Marina Palhares)

(...) antes de ser secretário, eu visitei algumas creches, mais na condição de educador, até de pedir vaga para alguém que eu queria colocar, alguém que trabalhava com a gente.

(Nilson Passoni)

(...) existe um pouco de pressão de algumas pessoas que procuram vereadores. E então vem aí um pedido de escola, um alerta aí por parte de alguns vereadores: “Está precisando de creche, estão faltando vagas”, o conselho tutelar direto pedindo vagas.

(Maria de Lourdes Crempe)

Não vejo movimento social organizado em São Carlos. Acho que isso é uma teia que é muito tênue, elas se esgarçam, se unem e se separam... As pessoas ainda têm uma lógica de favor, que se mistura com a lógica do direito... Eu acho que ainda não tem em São Carlos um movimento social organizado. Mas as pessoas se organizam em torno de reivindicações, o que é diferente.

(Marina Palhares)

**Você disse que o prefeito é quem dizia “Quero construir uma creche”...**

Não. Ele tinha umas audiências com o pessoal e o pessoal pedia.

**Pessoal de onde?**

Da cidade. De terça-feira ele atendia público. E a gente ficava junto. As mulheres diziam que não tinha aonde deixar essas crianças.

**Vinha muita mulher pedir creche?**

Muita. Vinha muita pedir, muita!

(Ângela Oioli)

Esse diálogo informal, para mim, tem muito a ver com a questão de estarmos em uma cidade de interior. Então, esse espaço informal, às vezes é mais fácil das pessoas irem e se posicionarem... É informal, mas é formal, porque é dentro da secretaria, é com hora marcada, mas é essa possibilidade.

(Marina Palhares)

Trata-se, portanto, de reivindicações que eram feitas no âmbito privado, de conversas particulares. Mesmo que essas conversas ou pedidos acontecessem, eventualmente, em espaços públicos (tais como a Câmara dos Vereadores ou a SMEC), tinham um caráter privado, de troca de favores. Esse tipo de prática, que encaminha as demandas sociais como questões pessoais, é fruto da tradição de uma política personalista em que as ações realizadas pelo poder público são concebidas como uma benesse que nada tem a ver com qualquer tipo de mobilização ou pressão social.

Mesmo quando há uma grande demanda por algo, como no caso das construções de creches, facilmente a ação do Estado é transformada em “preocupação pessoal” deste ou daquele político, como já apontou Palhares (1995). A questão é que, em quase todas as entrevistas realizadas para essa pesquisa, pudemos identificar trechos em que alguma ação do governo municipal foi personalizada e atribuída a uma pessoa específica, como nos seguintes trechos:

*Ele (Sr. Antônio Massei) sempre se preocupou muito com as crianças. (...) Meu pai tinha uma visão muito grande da coisa. (...) Quando eu assumi o Departamento (em 1977, junto com o meu pai), nós percebemos que era uma necessidade tremenda a creche!*

(Neusa Massei Porto)

*Eu* consegui uma verba com a neta do Conde do Pinhal. Era uma senhora que morava aqui em São Carlos, e ela deu uma verba grande e depois nós completamos com todas as promoções (...) e foi construída uma creche que levaria o nome dessa benfeitora. Só que, depois, não deu para terminar, mudou a administração – entrou o Mello – e aí eles terminaram e puseram o nome de Creche Pedro Pucci. Eles mudaram o nome da pessoa e foi uma pena, porque *ela deu com tanta boa vontade*. Ia se chamar creche Majoi. Ela era uma pessoa super excêntrica, era neta do Conde do Pinhal (... contou diversos fatos sobre a vida da Majoi...). E foi uma pena que eu fiquei devendo essa para a Majoi. Tinha até uma placa “Creche Majoi” e ela ficava satisfeita, mas depois deu tudo errado! (...)

(Neusa Massei Porto)

*Eu* arrumei a planta, *eu* arrumei tudo! (...) Estava pronto para ser usado como creche, mas nunca foi.

(Neusa Massei Porto)

Eu fui visitar creches em Campinas, Jundiaí, São Paulo, e nós tínhamos espaços de vários tamanhos. *Eu* trouxe as idéias e fui adequando. *Eu* desenhava e os engenheiros transportavam. Então, o banheiro de dar banho nos pequenininhos, que a gente chamava o cocho, do lado do berçário pequeno, a cozinhinha só da mamadeira, a cozinha dos grandes do lado de lá, longe do quarto. Todas essas preocupações eu aprendi visitando outras cidades, porque, para mim, era um campo novo.

(Ângela Oioli)

Quando foi proposto esse projeto Cura, *a Neusa* – que já era diretora da Assistência Social – *ela propôs* para o prefeito a construção de duas creches. Na época, já se começava a vislumbrar a necessidade do Município, do Estado... do poder público começar a ter acesso a esse tipo de população (pobre).

(Maria de Lourdes Micceli e Silva)

Então, *eu* sempre considerei essa parte de creche muito importante na educação da criança; então eu comecei a montar uma estrutura. Não que isso fizesse parte das políticas públicas do município. *Era uma preocupação minha*. (...) Então *eu* sentia necessidade de colocar pessoas que tivessem alguma formação a mais.

(Maria de Lourdes Micceli e Silva)

Mas era impossível a gente chegar numa creche, com os recursos que nós tínhamos, que eram poucos, e substituir os funcionários que nós tínhamos, as pajens, por professores. Até porque *eu, particularmente*, não acredito que você possa colocar em todos os setores da creche professor.

(Nilson Passoni)

Havia uma *preocupação do professor Nilson*, que era o Secretário, de estar colocando na direção das escolas e, conseqüentemente, das creches, tanto da educação infantil como da fundamental – e, no caso das creches –, pedagogos.

(Dulce Mazieiro)

*Eu* acredito que a criança tem o direito à educação, isso está não só na minha percepção, mas está na *minha visão política*, na *minha ação política*, na minha ação prática do cotidiano, nas discussões que eu mantenho com as pessoas. *Eu defendi isso* lá na constituição, venho trabalhando para que isso seja incorporado... E quando eu entrei como administradora, eu queria que todas as crianças tivessem acesso à creche. E eu me deparei com uma realidade que precisava ser construída, porque São Carlos não via esse direito, não via isso como um direito.

(Marina Palhares)

E nós passamos a comprar brinquedos; e mais do que isso, a fazer com que eles usassem. E isso foi uma *ação de força minha, pessoal...*

A primeira propositinha que apareceu foi na primeira gestão municipal, em 1992. *E era proposta minha, do meu mandato*, para colocar, para pisar, para derrubar, para mexer, enfim, para começar. E foi feito todo um debate na rede depois. Enfim, e quando ficou lento demais, eu acho que houve pouca articulação dos outros setores da administração municipal com relação à educação – para compreender as especificidades –, e então tornou lento o processo. O fato é que, quando eu assumi, em 2005, *eu adotei como tarefa, entre as mais importantes, ficar com a proposta debaixo do braço, enchendo a paciência dos outros até desencalhar.*

(Géria M. Montanari)

Palhares (1995) aborda a questão da prática política personalista, comum no município,

em seu estudo sobre os movimentos comunitários urbanos de São Carlos. Em seu trabalho, fica explícito como esse tipo de tratamento – em que as pessoas dirigiam-se pessoalmente à prefeitura para solicitar benfeitorias para o bairro – estabelece uma relação de “troca de favores”, onde a força política (caracterizada, por vezes, pelo número de indivíduos solicitando a mesma coisa individualmente ou através de abaixo-assinados) se apaga e a atuação de um grupo de pessoas em prol da mesma causa reduz-se facilmente à boa-vontade ou bondade pessoal de um determinado governante.

Todas essas considerações me fazem questionar se a sociedade são-carlense estava – ou está – pronta para assumir seu papel nesse modelo de política que institucionaliza a participação social no processo de definição e de viabilização das políticas públicas, o que, segundo Cunha e Cunha (2002), supõe mudanças culturais que dificilmente se efetivariam em um curto espaço de tempo.

A criação de espaços como o Orçamento Participativo, os Conselhos de Escola, o Conselho Municipal de Alimentação Escolar e, posteriormente, o Conselho Municipal de Educação, mostram uma ruptura com essa política clientelista e com o modelo de política identificado por Arendt, uma vez que não reserva unicamente aos políticos profissionais o direito ao exercício da política. No entanto, este modelo moderno de política deve ser estudado mais a fundo, atentando-se, inclusive, para suas implicações na área educacional e para a configuração do papel exercido por esses novos atores sociais, que, ao serem organizados pelo Estado, não mais ocupam as ruas e praças e o espaço efetivamente público, mas esse novo espaço híbrido de público e estatal. Ele é híbrido na medida em que possibilita o exercício da política e da liberdade, mas é gerido pelo Estado e os feitos que ocorrem nesse espaço não têm tanta visibilidade quanto àqueles que acontecem no espaço efetivamente público.

Qual seria, então, a relação que esses novos atores sociais estabelecem com a sociedade em geral, e qual seria o papel que ocupam na gestão pública? De acordo com Cunha e Cunha (obra citada), o papel da sociedade – representada por esses novos atores sociais que compõem os conselhos e os espaços diversos criados pela prefeitura para a participação popular no governo – teria se estendido muito além de identificar e reivindicar as necessidades da população:

Sendo esses conselhos instrumentos de expressão, representação e participação popular, têm o desafio de discutir e deliberar sobre determinados temas, *buscando consensos e alianças que definam as agendas públicas* que representam interesses coletivos. Outro grande desafio é transformar suas deliberações em ações do poder público, ou

*seja, interferir na definição de ações, prioridades e metas dos governos e funcionamento de seus sistemas administrativos. (mesma obra, p.16, grifos meus)*

No entanto, apesar do discurso oficial da prefeitura de que esses novos canais de participação popular seriam os espaços legítimos para reivindicações populares das mais diversas naturezas – o que reduz o valor do espaço público, tradicionalmente ocupado pelos movimentos populares – e da sociedade moderna esperar de cada um de seus membros certo tipo de comportamento, de acordo com estudos de Arendt (2000), observamos, por vezes, ações ou reações inusitadas, que fogem àquilo que era esperado.

Isso acontece, principalmente, porque a modernidade não conseguiu abolir o Espaço Público (das ruas, praças, avenidas e, recentemente, da internet, do próprio mundo, enfim), freqüentemente ocupado pela população para reivindicar seus anseios, questionar decisões do poder público, etc. O espaço público continua existindo, portanto, enquanto espaço de ação humana e exercício da liberdade.

O Estado, ao longo dos últimos 7 anos, criou conselhos e espaços próprios para o exercício da política, mas nem sempre a sociedade tem optado por utilizar esses espaços – em alguns momentos utiliza-se de outros canais, de outros espaços. Começam, então, a circular manifestos e abaixo-assinados; eventos são organizados para discutir a educação municipal em espaços desvinculados da prefeitura municipal; grupos de pessoas se organizam para acionar judicialmente a prefeitura, reivindicando a ampliação do quadro docente do município; vereadores e o conselho tutelar – quando não os próprios integrantes do governo – continuam sendo procurados para resolver determinadas questões, como é o caso da procura por vaga em creches. Vemos, portanto, que nem sempre os membros da sociedade se “comportam” da forma como é esperado e que os espaços criados pelo governo nem sempre são reconhecidos pela população como o espaço legítimo ou adequado para determinadas reivindicações.

No que se refere especificamente às ações da SMEC voltadas para as creches durante os anos de 2001 a 2004, o Estado não restringiu suas ações à discussão política, e investiu efetivamente na melhoria da Educação Infantil. Marina Palhares destacou que, em sua gestão da SMEC, houve uma atenção especial para as creches e para suas necessidades, a partir da nova proposta que se tinha para a educação das crianças nesse espaço. Ela contou que houve um grande investimento na compra de colchões novos para todas as creches – além de mamadeiras, cobertas, brinquedos, aparelhos de som, livros –, em reformas e adequações de espaços

[Quando eu assumi a SMEC] Não tinha brinquedo! Não se comprava brinquedo para as creches, não se comprava livro para as creches. E quando eu entrei e me deparei com aquela situação (...). E, logo de começo, nós percebemos que a maior fragilidade da secretaria municipal de educação, na educação formal era a creche. As outras tinha dificuldade, mas a principal dificuldade era a creche.

(...)

Então as ações, foram a ampliação do número de vagas, a construção de escolas – nós ampliamos e construímos, ampliamos aonde já tinha, ali no Santa Eudóxia<sup>82</sup>, então a gente investiu imediatamente naquelas que eram mais graves, e foi investindo aos poucos nas outras, no sentido da melhoria.

Investimento com brinquedos e com formação foi geral para todas. Troca de colchão foi geral para todas. Troca de cobertas, de mamadeiras, foi geral para todas. Umás coisas que eram muito evidentes, que eram coisas de saúde, mesmo. E eu entendo que a creche tem que trabalhar com o educar e educação e saúde... Mas eram muito evidentes essas demandas.

(Marina Palhares)

Mas, mesmo com todo esse investimento nas creches, o poder público municipal e a SMEC ainda não conseguiram mudar o caráter da creche no que se refere à população atendida. Apesar do discurso dominante de que “a creche é um direito de todas as crianças”, esse direito ainda precisa ser conquistado. Na prática, as creches continuaram atendendo às crianças pobres e filhas de mães trabalhadoras durante a primeira administração do prefeito Newton Lima Neto – que teve à frente da SMEC a Profa. Marina Palhares –, bem como durante a segunda administração municipal do mesmo prefeito – com a Profa. Géria M. Montanari como Secretária Municipal de Educação e Cultura:

(...) *eu pessoalmente fui nas creches*, em cada uma delas, em reunião com os pais, para dizer que a gente iria mudar o critério de vagas para o ano seguinte, para 2002. E foi uma discussão muito bonita, porque, quando a gente começou a discutir com os pais, a gente dizia: “Olha, vocês têm o direito à creche! Se vocês não tiverem vaga nas creches, vocês podem processar o Estado, que é a prefeitura. (...) Mas nós só temos x vagas<sup>83</sup> e nós temos mais de mil e tantas crianças na fila. Então, como é que nós vamos priorizar essas vagas? (...) foi a partir

82 Segundo a entrevistada, “Lá era muito feio! Era uma das creches mais feias que a gente tinha! Tinha um banheiro público na frente da creche, no terreno da creche. Era uma creche muito pequena atendendo crianças de 0 a 6 anos, com um banheiro público perto, na rua. A cerca da creche fazia a volta no banheiro e esse era o único espaço que as crianças tinham para brincar – atrás do banheiro –, mas era muito ruim, um cheiro horrível... Piso frio e tudo quebrado, banheiro de adulto, enfim, era muito ruim!”

83 Na época, eram 600 e poucas vagas, segundo a entrevistada.

dessa discussão com os pais, e é claro que foi uma discussão em que a gente tinha os princípios norteadores, mas foi a partir dessa discussão que *nós decidimos que as creches receberiam os pedidos de matrícula, e classificariam as crianças por carência. Então quem seria atendido nas creches seriam as crianças com até três salários mínimos<sup>84</sup> e priorizando as mães que trabalhassem fora*. E para as mães que não trabalhavam fora, mas que tinham a renda muito baixa, meio período – garantindo que nesse meio período ela almoçasse. Então, a criança ficaria de manhã até o horário do almoço, ou de tarde, chegando no horário do almoço. Com isso nós conseguimos ampliar o número de vagas, porque se você passa o integral para meio período, você aumenta o número de vagas, mas com o período integral para as mães que trabalhavam.

Mas isso foi muito pesado de implantar. 2002 foi um ano muito difícil, porque eu acredito que todas as crianças têm o direito (...)

(Marina Palhares)

Tem crianças que ficam apenas meio período. As mães que trabalham mesmo, comprovado, é que conseguem período integral. Porque existia uma grande dúvida: o que a gente faz? Atende metade disso em período integral ou socorre um número maior em meio período? Essa dúvida ela fica ainda, né? Mas optou-se por fazer meio período, porque você garante que, por quatro horas, a criança está sendo cuidada e educada, alimentada e tendo a oportunidade de estar dentro de um espaço diferente. Como você coloca duzentas em período integral e deixa duzentas fora?

(Lourdes)

A gente sabe... Está consciente de que é um direito da criança, além de ser um direito dos pais, de ter uma educação de qualidade para os seus filhos, então não poderia ser só para quem trabalha. Nós temos adotado o critério da mãe que está fora; temos adotado também outro critério, que são as famílias em situação de pobreza extrema, mesmo que não trabalhe, as pessoas que são atendidas por programas sociais como o bolsa família... Então *tem uma categorização social. Se não pode para todo mundo, pode para quem precisa mais*. Isso nós não podemos escapar ainda. (...)

No fim eu acho que o limite fica mesmo nas vagas, porque as vagas existentes estão sendo atendidas adequadamente. Os espaços estão sendo adequados, tem lugar que ainda precisa arrumar, mas tem que ser aos poucos. A adequação das unidades velhas tem que, aos poucos ir sendo feita, mas tem o recurso da manutenção, a alimentação é adequada, por faixa etária, pela nutricionista, brinquedos adequados, segundo a faixa etária não faltam! Cantinho disso, cantinho daquilo... Livros, então! Uma iniciativa no sentido de se criar uma sociedade

---

84 Foi um levantamento que mostrou que se teriam condições de atender essas crianças, com renda familiar de até três salários mínimos.

leitora, tem sido investido, e não é só no ensino fundamental, é desde o livrinho de pano do bebê. Então isso temos investido. Capacitação de professores, temos investido. Enfim... Acho que com essa coisa da manutenção e da compra de material didático, isso está bastante interessante.

(Géria Montanari)

A priorização do atendimento nas creches para as crianças pobres ou filhas de mães trabalhadoras, tem se configurado, durante as duas últimas gestões municipais, uma opção frente à grande demanda por creches e à impossibilidade de atender a todos, mas os administradores têm claro que, ao menos em tese, os critérios não poderiam ser esses, pois a lei indica que a creche é um direito de toda criança. As próprias entrevistadas afirmam acreditar e defender a creche como um direito de todas as crianças, mas reconhecem a insuficiência de equipamentos para atender a demanda. Para configurar o atendimento em creches como um direito da população e não como um favor, frente à insuficiência de vagas, o Estado adota uma política que estabelece prioridades para o atendimento.

Segundo Palhares, o trabalho desenvolvido pela SMEC durante o período de 2001 a 2004 foi bastante positivo e contribuiu para que a prefeitura municipal de São Carlos e o prefeito Newton Lima ganhassem os prêmios “Prefeitura amiga da criança” e “Prefeito amigo da criança”, o que seria um indicativo da qualidade dos atendimentos oferecidos às crianças pelo município em todas as áreas, incluindo a educação.

Além das ações visando à melhoria do atendimento nas creches do município, já apontadas, não podemos deixar de apontar as ações da SMEC durante o período de 2001 a 2004 quanto à sua participação nas discussões e na elaboração de políticas públicas nacionais para a Educação Infantil.

Marina Palhares nos conta que, enquanto esteve à frente da Secretaria de Educação de São Carlos, foi convidada para participar de mesas de discussão para a elaboração de políticas nacionais de Educação Infantil em São Paulo e em Brasília. Também foi convidada duas vezes para participar da Conferência de Secretários Municipais (UNDIME) e mais duas vezes para falar sobre a educação infantil no CONED, onde, na condição de Secretária de Educação, expôs algumas ações do município – no sentido de busca pela melhoria da qualidade do atendimento na Educação Infantil –, além de ter participado das discussões sobre o FUNDEB, realizadas por um grupo de prefeitos e coordenadas pelo prefeito de São Carlos.



Abertura do 4º. CONED.

A Profa. Marina Palhares conta que participou muito desse debate, na condição de assessora do prefeito, e, inclusive, chegou a conversar pessoalmente com o então ministro da educação, Cristovam Buarque, sobre a questão da inclusão das creches no FUNDEB.

A educação infantil foi, no período de 2001 a 2004, uma área que recebeu especial atenção da SMEC, seja pela emergência da necessidade de adequação das políticas de creches à nova LDB, seja pelas concepções pessoais de criança, infância, creche, educação infantil e professor, manifestadas pelos agentes do Estado da primeira gestão municipal do prefeito Newton Lima – entrevistados para essa pesquisa. Não podemos, entretanto, supor que tais concepções fossem compartilhadas por toda a equipe da SMEC, mas elas certamente influenciaram as ações da equipe como um todo.

As crianças atendidas pelas creches, nesse período, continuaram sendo aquelas pobres e filhas de mães trabalhadoras, como apontado anteriormente; porém, essas crianças passaram a ser vistas, pela Secretaria, como sujeitos de discurso, de ação e de direitos diversos (à não violência, por exemplo) que se constituem no presente. No entanto, elas não perderam por completo o seu status de vir-a-ser.

Lourdes nos fala da criança que tem um *potencial* de autonomia, de ação e discurso, um *futuro* cidadão. E afirma que “É investindo em educação de qualidade que a gente vai ter cidadãos realmente mais conscientes que vão poder brigar, poder fazer um mundo melhor, diferente”. Apesar dessa condição futura da criança, observamos um grande avanço em relação aos períodos anteriores, na medida em que, nessa gestão, o foco da ação da SMEC deixou de ser a mãe e passou a ser a própria criança – algumas vezes, como possibilidade futura; outras, como momento presente.

A infância aparece associada, na fala da Profa. Marina, a momentos de contato com brinquedos, músicas, teatro, e a uma forma de expressão própria das crianças. A creche é

concebida como um lugar de “segurança social”<sup>85</sup>: um lugar de alimentação e acompanhamento médico, de brincar e de ter acesso a brinquedos, livros, palestras para os pais, etc.

De acordo com a Profa. Lourdes, a creche seria um espaço diferente, onde a criança é cuidada, educada e alimentada. “É a base de uma educação de qualidade”, que permitiria a formação de cidadãos mais conscientes.

Ao abordar questões relacionadas à Educação Infantil, a ex-secretária de educação afirma que

Naquele momento, nós sonhávamos em construir – a partir da educação, mas também das outras secretarias<sup>86</sup> – espaços em que a cidade pudesse se construir enquanto uma cidade educadora, que é um dos projetos que a gente tentou levar em frente, que foi esse da cidade educadora.

A partir dessa concepção de educação – feita não apenas pela secretária ou pela SMEC, mas também por diversas pessoas –, no cotidiano, a escola passou a ser vista como um dos pólos de educação, mas não o único: também outros espaços passaram a ser compreendidos como espaços educativos, sem que, com isso, a SMEC deixasse de dar atenção às instituições de educação, que receberam investimentos, entre 2001 e 2004, tanto para a formação dos seus profissionais quanto para a compra de materiais e reparos na infraestrutura. O estabelecimento de critérios para a matrícula, a fim de acabar com vagas manipuladas por vereadores, foi um passo no sentido de consolidar a Educação Infantil municipal como um tipo de atendimento específico e estruturado, com objetivos e regras

A concepção de professor que permeia esta administração muda significativamente em relação aos períodos anteriores. Houve incentivo à formação dos profissionais da rede, convênios para a conclusão dos estudos em nível fundamental, ensino médio (magistério) e superior, além de incentivo para que os professores participassem de eventos e congressos. Alguns professores chegaram a receber prêmios pelos trabalhos desenvolvidos, como relata a Profa. Maria de Lourdes Crempe.

Com relação às políticas públicas, notamos, na fala da Profa. Marina, uma preocupação voltada para dentro e outra, para fora. Ela nos fala de ações políticas que tinham como foco de ação determinadas unidades – ou mesmo o município – e também de outras, que tinham como foco interferir na elaboração de políticas nacionais, o que representa uma visão nova de

---

85 Um marcador importante de sua formação, na área da saúde.

86 Havia uma participação das pessoas do grupo que discutia educação nas reuniões dos outros grupos e houve também algumas reuniões coletivas

políticas públicas, entre os entrevistados.

Ainda relacionado às políticas públicas, como já foi explicitado anteriormente, houve, a partir da posse do prefeito Newton Lima, uma preocupação em implementar um modelo de política participativa, o que permeou – e ainda permeia – a ação das diversas Secretarias Municipais. Havia uma preocupação com a democratização da educação a partir de uma concepção de que

a política de educação é uma política que depende não só daquelas pessoas que estão diretamente vinculadas (os educandos e os educadores), mas da comunidade compreender a educação como um pólo de discussão e de melhoria da condição de vida da cidade.

(Marina Palhares)

Houve ainda uma preocupação do poder público municipal em universalizar o atendimento à criança pequena em creches e pré-escolas, uma preocupação em atender a demanda e, posteriormente, criá-la, buscando os irmãos mais novos de crianças do Fundamental para matricular na Educação Infantil – o que gerou a necessidade de expansão de vagas, em especial, na periferia. Mas, apesar dessas preocupações manifestas, no final de 2006<sup>87</sup> ainda não se tinha conseguido universalizar a Educação Infantil no município, e a ampliação do atendimento havia sido feita às custas da redução do tempo de atendimento para as crianças cujas mães não trabalham:

“Com o meio período, a gente passou a não ter demanda, ou lista de espera na maioria das creches, exceto na região do Cidade Aracy”

(Marina Palhares)

A realização de estudos diagnósticos da situação da cidade a fim de orientar as políticas municipais, bem como a organização do quadro escolar, por parte da SMEC, permite um controle maior do número de crianças atendidas em cada unidade, quantas procuraram vagas e não conseguiram (tanto na rede municipal como na conveniada), norteia as ações da SMEC e possibilita uma forma menos improvisada de se fazer política, a partir de instrumentos que, de acordo com a Profa. Lourdes, não existiam em 1999 e 2000.

Por fim, apresentamos as concepções de demanda e pressão social presente nas entrevistas referentes à gestão 2001 – 2004. Ambas as entrevistadas apontam a ausência de movimentos sociais organizados e sólidos no município, além da dificuldade que a população

---

87 Quando encerrei a coleta de dados.

tem de reivindicar suas necessidades no espaço público – seja se referindo à participação da população nas reuniões do OP, seja à relação das diretoras das instituições educacionais com a SMEC<sup>88</sup> – e apontam para a lógica do favor, que ainda é comum no município.

Sobre a demanda específica por vagas em creches, elas afirmam que se manifestavam principalmente nas reuniões do OP e, na medida em que as demandas da educação eram atendidas, isso fortalecia a população para trazer novas demandas. De acordo com a Profa. Maria de Lourdes Crempe, o aumento da demanda seria consequência da melhoria da qualidade do atendimento na instituição.

Em 2005, com a reeleição do prefeito Newton Lima, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura passou a ser ocupada pela Profa. Géria M. Montanari. Esta mudança na Secretaria representou uma mudança de ênfase no trabalho que vinha sendo desenvolvido pela SMEC:

Eu acho que representa uma mudança, senão não haveria a substituição, essa troca... E isso não é uma coisa depreciativa para a primeira secretária! Ela enfrentou uma situação muito de desmanchar os esquemas que existiam, de um confronto muito forte e muito pesado na câmara municipal, então era arrumar a casa, mesmo. De maneira que talvez não tenha sido possível conquistar a população para esse projeto de política educacional. (...) E se a gente estava inaugurando uma nova fase, já com a casa mais arrumada, etc... Penso que tenha sido a visão do prefeito, pelo menos foi assim que ele se expressou, de dar um caráter mais político para a Secretaria (SMEC), e eu entendi assim: “Vamos conquistar as pessoas para essa nossa visão de educação – a questão do direito à educação pública com qualidade”.

(Géria Montanari)

Ao ser questionada sobre o porquê da sua indicação para o cargo, a Profa. Géria M. Montanari assim nos relata o seu envolvimento com as causas da Educação:

Eu vou começar com o porquê eu estou na Secretaria de Educação. Na verdade, eu tenho uma história de militância sindical na área de políticas públicas para a educação. Lidei mais com o ensino superior porque eu fui da universidade, mas na época da elaboração da proposta da LDB do meu sindicato, juntava os temas e as reivindicações das categorias com relação à política educacional e, portanto, não podia ser só de ensino superior, tinha que ser de zero a quantos anos fossem necessários. Então a gente teve que trabalhar, nesse momento, e trabalhou bastante, buscando integrar toda a questão da educação, sem lapsos.

---

88A Profa. Marina, em sua entrevista, ao discorrer sobre demanda, diz que “Uma coisa que as pessoas (diretoras) não sabiam fazer, e eu espero que tenham aprendido, é pedir as coisas na Secretaria de Educação”.

Um outro momento foi na elaboração do Plano Nacional de Educação da sociedade. Nesses períodos... No período de elaboração da LDB, eu trabalhava como representante da ADUFSCar<sup>89</sup>, no grupo de trabalho de política educacional da ANDES e, mais tarde, quando foi o período de elaboração do Plano Nacional de Educação, a realização do I CONED, eu estava lá, e eu era coordenadora de grupo de trabalho. (...) Então, a gente foi construindo uma visão do papel do Estado com a educação de uma maneira mais abrangente que apenas a questão do ensino superior. E acabei por ter claro que existe uma responsabilidade do Estado e que o serviço privado, o prestador de serviço privado não pode ser mais do que um concessionário da execução dessas políticas públicas e, portanto, ele tem que ter também a fiscalização dos órgãos públicos, porque está executando um serviço que é responsabilidade do público e deve ser fiscalizado pelo público como concessionário. Então esse tipo de coisa foi ficando bastante clara para mim.

E, continuando minha militância como vereadora, puxei o debate sobre o Estatuto da Educação, com a questão da valorização dos profissionais da educação; e aí, já mais abrangente, eu estou pensando na educação desde a infantil, da criança pequenininha até os últimos anos de EJA, de MOVA, enfim, o quanto ela puder. Eu falo de 0 a 107, que era a idade da Dona Júlia. Ela deve estar com 109 agora, mas está no MOVA ainda. Então a educação é para toda a vida. E mesmo se a escola é formal, o Estado tem responsabilidade específica, que é a escolaridade obrigatória, ele não deixa de ter com outras faixas etárias, de uma maneira geral. E aí eu trabalhei a questão dos demais profissionais da educação, não só professores. Então, além dessa questão de estender de zero a não sei quantos anos (todos os que forem necessários), tem essa preocupação de que os profissionais da educação não são só os professores, mas são todos os que lidam com os educandos numa condição ou outra, então como uma batalha, que eu busquei fazer esse debate nos anos do meu mandato como vereadora.

Então, eu fui convidada para ser Secretária da Educação, parei para pensar, conversei com o meu grupo de apoio e decidimos que essa tarefa, que a gente vinha topando fazer juntos, poderia ser realizada na Secretaria Municipal de Educação. Isso ficou claro para mim, e eu acabei aceitando, porque teve acordo no grupo, que era um “tarefão”!

Já do ponto de vista do poder executivo, é um outro aspecto, outra maneira de ver a educação. Mas eu entendo que essa trajetória me dá clareza com relação ao que é prioridade e o que não é prioridade.

E aí, chegando na educação infantil, eu acho que expliquei um pouco como é que essa minha história me fez pensar a educação em todas as faixas etárias. Eu tenho uma outra história: eu fui também professora de parque infantil em São Paulo, eu fiz o curso de Biologia na USP, à noite, e durante o dia eu era educadora-recreacionista na rede municipal de São Paulo. E isso, de certa maneira, marcou bastante a minha atividade profissional em todos os espaços. (...)

---

89 ADUFSCar – Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

Então foi uma marca para mim. Foi uma experiência importante, para mim, ter sido educadora-recreacionista em São Paulo, nos meus anos de universidade. (...) E agora, enfim... Está aí, na minha mão, tentar avançar, no que for possível.

(Géria M. Montanari)

A mudança na equipe da SMEC, em 2005, indica o início de um novo caráter atribuído à Secretaria de Educação e a suas ações. Um caráter mais político, segundo a entrevistada, mas que não significou a interrupção dos projetos que vinham sendo implementados, implicando apenas a mudança ou o estabelecimento de novas prioridades. Grande parte das ações que vinham sendo desenvolvidas na primeira gestão municipal do prefeito Newton Lima Neto tiveram continuidade e foram consolidadas agora, em seu segundo mandato. Em sua fala sobre a situação da educação infantil e, em especial, das creches, a atual Secretária Municipal de Educação e Cultura, a Profa. Géria Montanari, destacou a configuração de outro caráter atribuído às profissionais das creches, a infra-estrutura das creches novas, que estão sendo construídas a partir de uma nova ótica, um novo projeto para as creches e a manutenção de critérios rígidos para a obtenção de vagas nas instituições. Tudo isso é fruto de um trabalho que começou na primeira gestão do prefeito Newton Lima e teve continuidade durante o seu segundo mandato.

Mas a entrevistada destacou também a criação do Sistema Municipal de Ensino, o funcionamento do Conselho Municipal de Educação, a aprovação do novo Estatuto da Educação – que inclui as creches, na educação infantil, equipara salário e condições de trabalho de pajens e professoras com a mesma formação, prevê a extinção do cargo de pajem na vacância e garante a realização de HTP (Horário de Trabalho Pedagógico) para as professoras das creches<sup>90</sup> –, o Plano Municipal de Educação – aprovado na III Conferência Municipal de Educação – e as próprias reuniões do Orçamento Participativo.

O investimento dessa administração nesses espaços de participação da população nas decisões políticas da prefeitura não se caracteriza como uma mudança nas ações da SMEC, mas uma mudança significativa nas suas prioridades, enfocando mais as macro-políticas, de abrangência municipal.

Até 2004, a SMEC investiu mais na compra de brinquedos e material para as creches, na adequação de espaço físico, na definição e cumprimento dos critérios para distribuição das

---

90 O que antes era exclusividade das professoras das EMEIS e do Ensino Fundamental passa a ser direito também das professoras das creches com a entrada em vigor do novo Estatuto,.

vagas nas creches e na formação dos profissionais; enfim, preocupou-se em fazer da creche um espaço apropriado para o desenvolvimento de um trabalho educativo. A partir de 2005, considerando que “a casa estava mais arrumada”, o prefeito indicou, para a SMEC, a Profa. Géria Montanari, o que representou sua opção por atribuir outro caráter às ações da SMEC – um caráter “mais político”, segundo a entrevista fornecida pela própria Profa. Géria.

As ações da SMEC, na segunda gestão municipal do PT, passaram a se concentrar mais no fortalecimento de canais de gestão democrática – ou espaços institucionais criados pela prefeitura para o exercício da política –, como os Conselhos de Escola, no caso da educação, e na criação de novos espaços, tais como o Conselho Municipal de Educação, as Conferências Municipais de Educação<sup>91</sup> e as reuniões do Orçamento Participativo, em um âmbito mais geral.

Além do fortalecimento dos canais de participação e de gestão democrática, há mais algumas questões que foram abordadas pela Profa. Géria Montanari, em sua entrevista, que precisam ser apontadas e discutidas: o impacto na Educação Infantil da Lei 11.114/05, que institui o Ensino Fundamental de 9 anos; o funcionamento das creches durante o período de férias escolares; e a aprovação e entrada em vigor do Novo Estatuto da Educação.

Com a aprovação da Lei 11.114, em 16 de maio de 2005, o Governo Federal estabeleceu a obrigatoriedade da matrícula de crianças de 6 anos no Ensino Fundamental. Tal ação foi a base para a consolidação da ampliação da escolaridade obrigatória, que passou a ter 9 anos de duração. A importância de apontarmos tal ação do governo sobre o ensino fundamental nesse estudo sobre a educação de crianças de 0 a 3 anos se deve aos impactos dessa lei sobre a Educação Infantil de maneira geral.

Não vou me deter na discussão do que significou essa lei para a educação das crianças de 6 anos. Diversas pesquisas vêm sendo realizadas no sentido de discutir e, de alguma forma, avaliar a inclusão das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental e as formas adotadas pelas prefeituras para fazê-lo.

Interessa a essa pesquisa indicar que, com a saída das crianças de 6 anos das EMEIs, a SMEC realizou um remanejamento de crianças nos espaços que ficaram ociosos. Não se tratou, portanto, de uma ação desta administração advinda de uma política de ampliação da rede de creches, tampouco de uma discussão pedagógica sobre possíveis benefícios que poderiam ser obtidos com a inserção de crianças de 2 anos e meio em EMEIS.

---

91 Responsáveis pela definição do Plano Municipal de Educação de São Carlos.

A ampliação do atendimento de crianças de 0 a 2 anos foi consequência de uma redistribuição das crianças já atendidas pelo município. As crianças de 3 anos (e de 2 anos e meio) saíram das creches e ocuparam os espaços deixados pelas de 6 anos, matriculadas no ensino fundamental, de modo que novas crianças com idade entre 0 e 2 anos puderam ocupar os espaços deixados pelas de 3 anos (e de 2 anos e meio) que foram para as EMEIs

Mas eu acho que o grande drama que a gente tem é que é pouco [poucas creches para atender toda a demanda]. Mas de qualquer maneira, com relação ao atendimento, a população que a gente consegue atender, eu acho ainda que é pouco. (...) Com o ensino fundamental de 9 anos (...) isso implicou a saída desses meninos (de 6 anos) das EMEIs. Com isso nós tivemos uma folga e pudemos receber mais crianças de 4 e 5 anos nas EMEIs. Não em todos os lugares, mas onde a demanda por creches era muito acentuada, a gente colocou os meninos de 3 anos e meio já nas EMEIs, com 3 anos completos; e, nesses lugares, as EMEIs ficaram com uma população um pouco mais jovem. Com isso, sobrou um pouco mais de vagas em creches. Mas sempre insuficientes!

(Géria Montanari)

Essa política de ampliação do atendimento às crianças de 0 a 3 anos, decorrente da redução da faixa etária atendida pelas creches, já vem sendo realizada desde 2002, quando as crianças de 4 a 6 anos começaram a ser encaminhadas para as EMEIs<sup>92</sup>. No ano de 2002, as creches não atenderam crianças de 4 anos; em 2003, não atenderam crianças de 4 nem de 5 anos; desde 2004, as creches atendiam somente crianças de 0 a 3 anos; e, a partir do ano de 2007, as creches passaram a atender somente crianças de 0 a 2 anos – o que tem contribuído para a ampliação do atendimento às crianças menores, sem que seja necessária a construção de novas creches.

O Estado reconhece, no entanto, que a oferta de vagas em creches é insuficiente, e que ainda há uma grande demanda. Além dessa demanda por mais vagas, outras demandas têm aparecido para estas instituições, segundo a Profª. Géria Montanari, como, por exemplo, a demanda pelo funcionamento das creches durante o mês de janeiro.

Eu encontrei uma prática de que suspendia o funcionamento das creches nas férias, junto com as demais escolas, no fim do ano. Todo mundo tinha férias, a creche também tinha! Não sei se era do mesmo comprimento, acho que não era. Mas, enfim... Eu acho que não dá para fechar! Reduz muito o número de demanda nesse período, porque os

---

92 De acordo com documentos da SMEC.

pais também tiram férias e é bom que eles fiquem com as crianças... Perfeitamente!

Então, nós vamos fazer escala, vamos fazer plantão! Porque aonde precisar, vai ter plantão. Então, nós tivemos, nesse fim de ano, plantões. Nós tivemos escolas que fizeram plantões, acho que foram três. Se alguém mora longe, tem a possibilidade de transporte para ir para essas escolas de plantão. Tivemos alguma dificuldade, porque, embora eu já tivesse enunciado isso, o Depto. de pessoal não se ligou na hora de marcar férias... E nós tivemos que contratar ACT. E só uma questão de escalar as férias, não é para impedir de tirar férias, é só uma questão de escalar!

**Isso era uma reivindicação das mães, tinha uma demanda? De onde surgiu essa idéia (das creches funcionarem direto)?**

Eu acompanhei essa coisa de fechar ou abrir nas férias, lá da Câmara Municipal, como vereadora.... *Tinha uma demanda para funcionar, que chegava na câmara.*

**Eram pedidos para os vereadores?**

É, isso. Para os vereadores... Em alguns momentos houve até um agito... E foi feito o plantão, lá em 2002, pelo que eu me lembro. E se avaliou, depois, que não funcionou, que ninguém ia, que era excesso e que não tinha sentido. Então, se suspendeu e voltou a ter recesso. *De novo a demanda continuou aparecendo.* E quando eu assumi, eu acho que em qualquer hipótese, e no caso da mãe trabalhadora, da família trabalhadora, pai e mãe, tem que ter uma solução para a vida deles. É claro que, (...) é bom que, no começo do ano, você fique com as crianças, com a sua família... É ótimo, é a coisa perfeita! E se a gente pudesse suspender (as atividades da creche nesse período)... Mas não é assim que acontece! Os funcionários muitas vezes têm férias coletivas, e é na hora que a fábrica quer, não é na hora que ele quer. Eu não sei se é justo o recesso escolar. Pode ser e pode não ser, e eu acho que a gente tem que estar preparado para atender essa população.

E como é que se avalia aonde vai fazer plantão? Tem que fazer uma pesquisa antes, não é tão complicado! Você pergunta antes aos pais e usuários, às famílias das crianças da creche, quem vai precisar da creche nas férias, e a gente faz plantão. Pode funcionar uma só, se for o caso. Podem funcionar três, se precisar. Faz escala de transporte, que dá para fazer... É uma questão de ter um olhar mais flexível para a coisa.

(Géria M. Montanari)

Ao relatar o fato, a Profa. Géria Montanari destaca a existência de uma demanda que chegava à Câmara dos vereadores. Dessa forma, a oferta de atendimento em creches durante os meses de janeiro e julho se configura como uma reivindicação da população, que, na relação

com o Estado, consegue obter uma política específica, apesar de encontrarmos ainda, no município, o estabelecimento de algumas relações políticas pautadas em práticas clientelistas.

No que se refere à concepção de educação infantil e ao tipo de atendimento pretendido nas creches, a fala da atual Secretária de Educação demonstra uma concepção de que, apesar de as creches, hoje, pertencerem ao setor da Educação, não podemos deixar de considerar que ela é, além de um direito da criança, um direito dos pais trabalhadores, ou seja, uma *ação de assistência* à família trabalhadora, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988:

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;

(CF/88, Art.7o, XXV)

O atendimento em creches às crianças filhas de pais trabalhadores faz parte da história das creches, e o direito das famílias trabalhadoras à assistência em creches e pré-escolas para seus filhos foi uma conquista dos movimentos feministas e de mulheres das décadas de 1970 e 1980. A partir de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8069/90) instituiu que o atendimento de crianças em creches não é apenas um direito dos pais trabalhadores, mas também é um direito da criança.

*A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (...). (idem, Art. 53)*

Esse direito é reassegurado em 1996, na LDB, e aparece na fala da atual Secretária de Educação, que enfatiza as creches como um direito não apenas das crianças, mas também de seus pais.

...é um direito da criança, além de ser um direito dos pais, de ter uma educação de qualidade para os seus filhos.

(Géria M. Montanari)

Essa fala aponta para uma visão de que, além de possuir um caráter educacional, as creches não deixaram de se configurar como um programa de assistência à família

trabalhadora. A professora Géria relata ainda que

aconteceu uma história lá em Santa Eudóxia, com um casal de gêmeos, de 2 meses de idade, que o juiz pediu vaga na creche. É antes do tempo que a gente pega, que é a partir de 4 meses, mas era uma situação tão dramática da mãe, que a creche quis, não precisava o juiz mandar!

A creche, quando tomou conhecimento disso, decidiu ficar com os meninos, e deram um jeito! E lá não está sobrecarregado, então pôde acudir, e as crianças estão lá o dia inteiro, com cuidados especiais, gente carinhosa cuidando delas, enfim...

(Géria M. Montanari)

É importante destacar que esta visão de creche, que associa assistência e educação é defendida por muitos estudiosos da área. Kuhlmann Jr. afirma que:

Ao anunciarmos o educacional como sendo o *novo* necessário, afirma-se a *educação* como o lado do *bem* e a *assistência* como o império do *mal*, assim como se estabelece uma oposição irreconciliável entre ambas. Mas a educação, afinal, não é tão inocente assim, nem é a redentora da triste realidade. E a assistência não é a grande vilã (Kuhlmann Jr., 1998, p.202).

Segundo o autor,

as creches e pré-escolas destinadas às classes populares ainda carregam, no dias de hoje, não a inexistência de uma proposta educativa, mas essa concepção educacional impregnada por todas as suas dobras, que se sustenta não apenas no interior das instituições, mas na própria estrutura social desigualitária (idem, p.203).

E continua...

Diante desse contexto, de que adianta dizer que as creches precisam deixar de ser assistenciais para se tornarem educacionais? Essa polarização não leva a nada. Ou pior – (...) – leva a uma reacomodação da mesma concepção assistencialista anterior, ao sugerir que a sua superação iria ocorrer quando se substituísse *assistência* por *educação*. Ora, quem é que poderia afirmar, se refletisse ponderadamente, que na creche as crianças não precisam de cuidados, de assistência? (idem, p.206).



É importante, contudo, destacar que a compreensão das creches enquanto aparelhos de assistência e educação não é suficiente para garantir a qualidade do atendimento. É um importante passo para superar os equívocos gerados a partir da má interpretação da LDB, mas não pode prescindir do investimento e da atenção às questões específicas da educação. É importante que a atuação política – prioridade da SMEC durante o segundo mandato do prefeito Newton Lima, conforme nos relatou a Profa. Géria Montanari – não seja feita em detrimento da atenção às questões especificamente educacionais, que eram o centro da ação da primeira gestão, quando fazia-se mais necessário “arrumar a casa” e mudar o caráter das creches. Para isto, faz-se necessário especial atenção à composição da equipe técnica responsável pela educação infantil e, em especial, pelas creches (CEMEIS de 0 a 3 anos).

Esse é um ponto importante, uma vez que, ao questionar os entrevistados sobre o motivo de sua indicação para o cargo ocupado, as respostas variaram entre a “opção profissional” – que se pauta na competência profissional do indicado – e a “opção política”, que se pauta pela afinidade política entre governo e indicados.

Os entrevistados do período da Assistência afirmam que foram escolhidos porque tinham experiência, formação, ou ainda porque foram selecionados e, em geral, destacam a ausência de relação pessoal com o prefeito: “Não éramos amigos íntimos”, “Ele não me conhecia”, “Eu não fazia parte de partido político”, “Não foi uma escolha política”. No entanto, D. Neusa Massei Porto era filha do prefeito e Ângela Oioli conta que sua contratação não foi uma escolha política, mas sim uma escolha pessoal do prefeito. Ela relata que foi indicada ao cargo por D. Yvonne Garcia:

(...) fui pedir emprego para a D. Yvonne, como assistente social, e ela me deu o lugar dela (cargo de Diretora do DSS). Ela convenceu o Mello a me contratar!(...) Ela me apresentou e disse: “Ela é assistente social de larga experiência. Ela é uma moça que eu conheço há muito tempo e eu vou embora. Não posso ficar e gostaria que você a deixasse no meu lugar”.

Os entrevistados do “Período da Educação”, ao contrário, destacam o seu envolvimento político com o projeto de governo como o principal motivo pela sua indicação à Secretaria de Educação, além da experiência na área e qualificação profissional. Camargo (2003), ao traçar o cenário político da experiência administrativa em São Carlos no primeiro semestre do governo 2001 – 2004, afirma que

Para a composição do novo governo municipal, houve todo um processo de escolha, por parte do prefeito eleito, das pessoas para

ocupar os cargos em comissão, especialmente por se vislumbrar que uma administração do PT, em São Carlos, seria extremamente visada. Por isso, procurando ampliar as condições de governabilidade e melhor comprometer o partido com a administração, todos os nomes de primeiro e segundo escalão do novo governo passaram pelo crivo do PT.

Um outro dado importante com relação à composição do governo do PT em São Carlos foi o fato desta ser baseada em docentes e pesquisadores das duas universidades públicas locais (a USP de São Carlos e a Universidade Federal de São Carlos). Para quase todos os postos-chave da administração municipal, isto é, para as secretarias, diretorias, autarquias, fundações e departamentos, foram convidados docentes da USP e da Universidade Federal, praticamente todos doutores nas áreas de trabalho e pesquisa para as quais foram convidados para administrar (p.196).

Quanto aos cargos que se responsabilizavam diretamente pelas creches, desde 1997 até 2005, o motivo para a indicação, segundo os entrevistados, era a qualidade do trabalho desenvolvido em sala de aula – apesar de essa experiência não ter acontecido em creches, em nenhum dos casos. Em 2006, o principal motivo para a indicação do Diretor do Departamento de Educação Infantil da SMEC foi o seu comprometimento com o projeto político desse governo, segundo o relato da Profa. Géria:

Ela (Maria de Lourdes Crempe) pediu para sair (do Departamento de Educação Infantil da SMEC) e eu aceitei, então assinei a demissão dela e fiquei com a preocupação de arrumar alguém. E eu tinha visto o trabalho do Diniz durante o meu primeiro ano de gestão, então eu vi o trabalho dele e o quanto ele se envolvia, o quanto ele “vestia a camisa”, inclusive com relação às propostas que a gente tem, para a educação de uma maneira geral! E tinha que mudar e ter uma pessoa com a experiência dele de educação [**Que era no Fundamental!**] - É... no Fundamental. E isto era um questionamento que as pessoas poderiam estar fazendo. No entanto, ele tem formação. E no CAIC funcionou a Ed. Infantil no tempo dele lá. Mas funcionava a EMEI além de funcionar o Fundamental, e ele era diretor dos dois. Só a creche que era separado, mas a EMEI também era ele que coordenava. – Então pelo menos naquele ano, eu tive a oportunidade de observar como ele trabalhava, a questão das crianças também. O Conselho de classes, que os molequinhos iam lá opinar, era uma coisa interessante,

organizada.... E então eu achei que ele tinha competência para estar assumindo, e também isso é uma questão de ver se dá certo. E eu acho sim que está dando certo. (...)

**Foi mesmo, então, a opção de alguém que tivesse afinidade com o projeto desta Secretaria?**

Isso. Exatamente!

Durante a atual gestão da SMEC, é possível observar um grande número de ações para criar e fortalecer espaços de exercício da política, que acabam interferindo no funcionamento e melhoria das creches, como as reuniões do OP, dos Conselhos de Escolas, ou mesmo a realização da Conferência Municipal de Educação, que aprovou, em sua plenária, uma proposta de Plano Municipal de Educação para o município.



Reunião do Orçamento Participativo.



Plenária Final da Conferência Municipal de Educação, realizada em dezembro de 2007

Podemos dizer que, se era essa a intenção, o prefeito – de fato – conseguiu atribuir um caráter mais político para a SMEC do que na sua primeira gestão. No entanto, é importante que a equipe da SMEC continue discutindo internamente os planos, as metas e os projetos que são constantemente propostos pela Prefeitura para a educação infantil, além de ouvir a população nesses espaços de participação social.

Outra ação realizada pela SMEC durante o período posterior a 2005, foi a elaboração e aprovação do novo Estatuto do Magistério da Educação Municipal. A criação deste Estatuto foi fruto de um debate que teve início no mandato da então vereadora Géria M. Montanari, e ganhou força quando a Profa. Marina Palhares assumiu a SMEC e promoveu diversos momentos e espaços para o debate coletivo sobre o que as profissionais da rede pública municipal de ensino esperavam desse novo Estatuto.

Esses momentos tiveram continuidade no período posterior a 2005, a fim de garantir a

aprovação de um texto que contemplasse os anseios dos profissionais da educação que participaram do processo. O Estatuto da Educação aprovado em 2006 (Lei n. 13.889/06) incorpora definitivamente as creches no quadro da educação, cria um plano de carreira para a categoria docente municipal em todos os níveis, prevê a equiparação salarial e de dedicação para pajens e professoras com a mesma formação, além de estabelecer o cumprimento de 5 horas semanais de trabalho pedagógico para as professoras da educação infantil, fora da sala de aula, e a possibilidade de investimentos na formação do quadro docente em cursos de pós-graduação – uma vez que prevê o afastamento remunerado de docentes de todos os níveis de ensino para a realização desses cursos.

No decorrer de 2006 e 2007, a SMEC continuou trabalhando para a concretização e/ou iniciação de vários projetos. O Estatuto da Educação entrou em vigor e, em decorrência disso, as creches ampliaram seu horário de atendimento<sup>93</sup>, o Plano Municipal de Educação foi elaborado e outras ações se efetivaram – no entanto, em virtude da necessidade de conclusão deste texto dentro do prazo estabelecido pela Universidade, não as abordaremos; nos restringiremos às análises das ações explicitadas pela Profa. Géria, sobre a atual gestão, durante a entrevista concedida para a realização dessa pesquisa.

Destaco, porém, que a entrevista foi realizada no início do segundo ano de sua gestão da SMEC<sup>94</sup> e que, por esse motivo, as políticas públicas voltadas para a educação das crianças de 0 a 3 anos, referentes ao período posterior a 2005, não podem ser tomadas como o conjunto das políticas desenvolvidas na segunda gestão municipal do prefeito Newton Lima. Na data da entrevista, era recente a mudança do responsável pelo Departamento de Educação Infantil da SMEC, e as ações empreendidas por esta secretaria após a posse do Prof. Diniz não foram analisadas nesse trabalho<sup>95</sup>. Contudo, foi possível identificar, ao longo da entrevista concedida pela Profa. Géria, algumas concepções a respeito de criança, infância, creches, educação infantil, políticas públicas e demanda, como foi feito com os demais entrevistados.

Ao falar das crianças, a Profa. Géria se remete às crianças filhas de mães trabalhadoras, ou em situação de pobreza extrema, mas também aponta para as crianças enquanto sujeitos de discurso e de ação, e não como meros receptores e reprodutores de discurso, como no “Período da Assistência”. Fala da relação das crianças com o brincar e da necessidade de

---

93 Desde agosto deste ano as creches passaram a atender das 7h às 18h. Antes disso, o atendimento encerrava-se às 17h.

94 Em maio de 2006.

95 Chegamos a considerar a possibilidade de entrevistar o Prof. Diniz, em maio de 2006, mas por ele ter assumido recentemente o cargo, julgamos que, naquele momento, entrevistá-lo não traria contribuições relevantes para essa pesquisa.

parques e espaços adequados nas escolas. A infância aparece em sua fala ligada a este brincar.

As creches são destacadas pela qualidade do atendimento que estão oferecendo, pois há preocupação, por parte da SMEC, com a estrutura, compra de material, manutenção, investimentos em alimentação, brinquedos e livros. De acordo com a entrevistada, crianças têm saído das escolas particulares e ido para creches da prefeitura – o que é um indicativo do reconhecimento, por parte da população, da qualidade desse atendimento, que envolve o cuidar, mas tem responsabilidades com a educação, e prevê a participação da comunidade. Aponta que a creche não é substituta para a família, ela tem um compromisso com a questão educacional, mas precisa funcionar sem férias, para atender as famílias que trabalham no período de férias escolares.

Quanto aos professores e aos profissionais que atuam nas creches, a atual Secretária da Educação afirma que compõem um “time bom”, de pessoas empenhadas, que fazem seu trabalho com gosto e com prazer. Destaca que os profissionais da educação não são apenas os professores, mas todos os que, numa condição ou outra, lidam com os educandos; além disso, a visão do educador de creche<sup>96</sup> muda com o novo estatuto. A partir desta lei, esse profissional não é mais visto como o tomador de conta, mas como um profissional que tem fortes responsabilidades com a educação. Fala também do investimento que tem sido feito na formação das educadoras, a partir de diversos projetos.

Ao abordar questões relativas às políticas públicas, a Profa. Géria Montanari revela uma preocupação grande em definir o que é e o que não é função do poder público – destaca que, no caso da educação oferecida nas creches, a responsabilidade do Poder Público não é fazer o papel da família nem o papel dos programas de assistência social. Podemos observar essa abordagem no trecho da entrevista reproduzido a seguir, quando a entrevistada nos fala sobre a adequação do horário das refeições nas creches:

O que estamos tentando é fazer uma adequação de horários. O menino da tarde não vai ficar sem uma refeição boa, porque ele pode chegar meia hora mais cedo e almoçar na escola. Então, ele vai ter essa refeição boa. Não está sendo tirado dele essa refeição, mas está na hora do almoço; depois, quando chega em casa, vai jantar. E as mães reclamaram.

Eu pedi, e ainda não temos uma resposta, mas eu pedi que a nossa assistente social fosse dar uma olhada, se as mães não estavam podendo oferecer uma refeição, à noite, para os moleques, porque não

---

96 “Educador de creche” é a nova nomenclatura atribuída ao cargo, antes denominado “pajem”. São profissionais que atuam nas creches, com crianças de 0 a 3 anos, que têm muita experiência na área, mas não necessariamente têm a formação exigida pela LDB – apesar de muitos terem dado continuidade aos estudos e hoje já possuem o título de pedagogia, em nível superior.

estava querendo fazer, ou porque elas não tinham como. *Se elas não têm como, porque não têm recursos, precisamos ver qual é o programa social que as assiste*; e se elas não querem, sinto muito, mas vão ter que assumir a responsabilidade de chegar uma hora, sentar com seus filhos, ficar com eles, conversar, cuidar... Ficar próximo... Então, a responsabilidade do poder público não é fazer o papel da família! Então, neste momento, quando começa a ficar bom demais, começa a haver esses casos de tentativa das famílias de se desresponsabilizarem... Porque (o poder público) fazia, e agora não faz mais. Quando está ruim, eles tiram logo! Agora, quando fica bom, a gente vai ter que conversar, porque *não é para eu fazer o seu papel. Eu estou fazendo o meu, o papel do poder público. O seu papel você vai ter que continuar fazendo.*

(Géria Montanari – grifos meus)

Ainda dentro da perspectiva de definição do papel do Poder Público, a Profa. Géria falou da necessidade de fiscalização do serviço privado (escolas particulares e creches filantrópicas), pois estão executando um serviço que é de responsabilidade do Estado, de forma que precisam prestar contas a ele; apontou, também, que isso será feito com a criação do Sistema Municipal de Ensino. É importante destacar que essa foi a única entrevista que apontou a necessidade de fiscalização do poder público sobre as escolas particulares de educação infantil. A entrevistada mencionou também a necessidade de conquistar a população para esse projeto de política educacional, além da necessidade de fortalecer o conselho municipal de educação.

Quanto aos recursos, imprescindíveis para a implementação de qualquer política pública comprometida com uma educação de qualidade, afirmou que os recursos para a Educação Infantil ainda são escassos, pois o FUNDEB provoca os municípios a investirem no Fundamental. Afirmou que este governo tem trabalhado na perspectiva de atingir um investimento de 30% do orçamento do município na educação até que se aprove o FUNDEB, e de buscar recursos fora dessa verba.

Outro diagnóstico é a questão de recursos disponíveis. Isso para além de andar atrás de tudo quanto é programa governamental disponível, para pegar recurso. Tenho levantado. A maioria é do FNDE<sup>97</sup>, para a construção de prédio... Aquela creche, Maria Alice, foi construída com dinheiro do FNDE. Tem que andar atrás. (...)

97 Refere-se ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia do Ministério da Educação que tem como missão prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da Educação, visando garantir educação de qualidade a todos os brasileiros, de acordo com o que consta no site do MEC (acessado em 02/10/2007).

Neste ano, no primeiro trimestre, nós gastamos 32%, mas a gente não pode manter esse ritmo o ano inteiro. Não é possível porque a gente não tem fluxo de caixa. A perspectiva é trabalhar em torno dos 30%, enquanto não existe o FUNDEB, porque o FUNDEF, hoje, é só para o Fundamental, e 10% do orçamento para o resto, mas, obviamente, o resto é bem mais caro. Eu imagino que se você tem um educador para cada seis crianças, que é o caso nas creches, com as crianças pequenas, é caro... E nos complica bastante porque nós temos as trombadas com a lei de responsabilidade fiscal, que nos complica. *Porque a Lei de responsabilidade fiscal limita o que o Município, o Estado, enfim, qualquer ente federado pode gastar com pessoal.* Tem um teto! E aí, Saúde e Educação são os que tem que fazer mais ginástica. Mas enfim... Estamos trabalhando sempre na perspectiva de atingir 30%, e buscar recursos fora!

(...) Basicamente, nós estamos trabalhando na perspectiva de obras, de construção, e existe uma fonte de financiamento interessante, do FNDE; não é tudo, mas é uma fonte interessante. Além disso, o FNDE financia outras coisas: processo de capacitação... alguma coisa... Mas, basicamente, nós temos relacionado com a questão das creches, projeto de construção mesmo, e... Tem que pagar pessoal. *Então (o limite de investimentos) fica na folha (de pagamento), porque não tem como pagar pessoal!*

(Géria Montanari, grifos meus)

Em sua entrevista, enfatizou também a diretriz do governo de zerar a demanda pela educação infantil de trás para frente, universalizando o atendimento: primeiro, para as crianças de 6 anos, depois para as de 5 e assim por diante – o que tem sido feito com a inclusão das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental e com o remanejamento das demais crianças nas vagas já existentes para a educação infantil. A entrevistada indicou que, apesar dessa diretriz, têm-se atendido situações específicas através do OP. Indicou ainda um levantamento do crescimento demográfico que está sendo realizado a fim de subsidiar o planejamento de ações da SMEC para os próximos 10 anos, bem como a elaboração das Diretrizes para a Educação Municipal – aprovadas na III Conferência Municipal de Educação –, como importantes instrumentos para subsidiarem as políticas públicas municipais.

Com relação à demanda e às pressões populares, a Profª. Géria descreve que algumas demandas – em especial as demandas por vagas – chegam à Câmara dos Vereadores ou ao juizado da Infância e da juventude, mas, em geral, aparecem nas reuniões do OP e são feitas majoritariamente por mulheres e alguns homens. Com relação às reivindicações dos professores, afirmou que, algumas vezes, eles as encaminham ao seu Sindicato, que toma a frente nas negociações com a prefeitura. No entanto, na fala da atual Secretária de Educação, observamos uma ênfase muito maior no que se refere às ações populares realizadas nos

espaços híbridos, construídos pelo governo para o exercício da política, do que nos espaços públicos, eventualmente ocupados pela sociedade. Como parte do esforço de fortalecer os canais de comunicação entre Estado e Sociedade – criados nas últimas gestões municipais –, as ações populares que ocorrem no espaço público desvinculado do Estado não são tão bem vistas.

Ao relatar o processo de elaboração do Estatuto da Educação, a atual Secretária assim se refere a uma determinada ação do Sindicato dos professores:

Tem muita coisa que eu teria mexido, mas eu tenho que respeitar o processo, e é uma coisa que eu prezo profundamente! Então eu não mexi. Mas, agora, quando foi em março deste ano, o Sindicato (SINDISPAM), na época de dissídio, pediu que a prefeitura retirasse o projeto da Câmara. Pediu para retirar, porque eles queriam fazer mudanças! Agora, só Deus sabe porquê eles não discutiram em 2002, 2003, 2004 (nos espaços e nos momentos organizados pela Prefeitura para esse fim).

É uma comissão que o sindicato montou para fazer isto. Não foi uma iniciativa do sindicato, foi uma iniciativa de professores que foram lá no Sindicato pedir. É legítimo, mas poderiam ter feito isso no órgão da câmara (...) (Géria Montanari)

Além dessas questões relativas à demanda e às pressões populares, observamos, ao longo deste trabalho, que as creches sempre se configuraram como equipamentos de caráter educacional e assim permanecerão, se considerarmos que as creches nunca poderão fugir à tarefa de formar a nação por meio da educação das crianças. O que muda são as concepções e os objetivos da educação oferecida pelas creches em cada momento histórico, bem como o modelo de sociedade que se busca.

Os modelos de sociedade e de cidadão, colocados hoje para todos nós, são pautados em um modelo jurídico – que entende a criança como sujeito de direitos – e em um modelo econômico (capitalista) – que, na área educacional, prevê uma economia de tempo e de espaço nas unidades, bem como um processo de profissionalização (ou mercantilização da formação) daqueles que atuam diariamente com as crianças. No município de São Carlos, o modelo de cidadania é marcado também pela busca da participação social e política.

No tocante à construção de políticas públicas educacionais específicas para as creches e para a Educação Infantil, em geral, bem como a conquista de recursos para que tais políticas sejam implementadas foram algumas das ações do governo federal que impactaram no atendimento das creches municipais e contribuíram para que elas pudessem ser vistas, hoje, como instituições educacionais. A aprovação do FUNDEB, que incluiu as creches no cômputo

e distribuição de recursos do Fundo, representa, portanto, um importante passo para o fortalecimento das políticas municipais destinadas às creches, uma vez que possibilita a ampliação dos investimentos nas creches e pré-escolas, permitindo uma significativa (e necessária) expansão do atendimento para as crianças de 0 a 3 anos, com o planejamento e a qualidade que essas crianças merecem.

## Considerações Finais

O objetivo dessa pesquisa era compor, a partir das falas de agentes do Estado, um quadro de como vêm se construindo as políticas públicas para a educação infantil de 0 a 3 anos na cidade de São Carlos – identificando, para isso, as ações da prefeitura municipal desta cidade, desde 1977. Tal objetivo se pauta em uma concepção de que são as ações – bem como as omissões – do poder público que definem as políticas implementadas por um determinado governo.

Minha intenção era, por meio dessa pesquisa, compreender melhor o momento pelo qual as creches vêm passando desde sua inclusão no sistema educacional e o que, de fato, significava dizer que hoje “as creches são da Educação”. Buscava identificar como eram as políticas públicas para as creches “no período da assistência” para compreender, hoje, tais políticas, e apontar as mudanças, as diferenças e as semelhanças entre as políticas para creches nos dois períodos.

Durante a pesquisa, me deparei com diversas informações sobre o período que antecedia o ano de 1977 e optei por traçar o panorama do atendimento à criança de 0 a 3 anos, em São Carlos, a partir das informações das quais eu dispunha. Dessa forma, dividi minha pesquisa em 3 momentos por meio da definição de dois marcos que julguei importantes para as creches de São Carlos: a posse, em 1977, do primeiro governo municipal que investiu na construção de creches e a entrada em vigor da atual LDB, em 1997.

Sobre o período anterior a 1977, listei as ações do Estado e da sociedade que visavam oferecer atendimento a crianças de 0 a 3 anos de idade. As ações do governo municipal se restringiram, neste período, ao atendimento médico e de saúde, oferecidos às crianças pobres no “Lactário Manutenção e Proteção à Infância”, e ao atendimento educacional para crianças a partir de 2 anos nos cursos maternos, oferecidos pelos parques infantis. O atendimento em creches para crianças com menos de 2 anos, nesse período, ficava a cargo da iniciativa de instituições filantrópicas, o que fazia parte de uma política específica de atendimento à criança pequena.

Nesse período, as principais forças que se colocavam em cena e que influenciaram o atendimento em creches foram a medicina higienista, a igreja e a elite local. Das 13 iniciativas de atenção à criança anteriores ao ano de 1977, listadas na tabela 3, quatro foram iniciativas dos poderes públicos – estadual e municipal – e nove eram iniciativa da Igreja e da elite local.

No entanto, das quatro iniciativas do poder público listadas na tabela, os cursos maternos não atendiam crianças com idade inferior a dois anos; e o Lactário e Clube de Mães orientavam as mães e ofereciam recursos, tais como enxovais e mamadeiras, mas não recebiam crianças. Além disso, não temos informações sobre a idade das crianças atendidas pelo curso infantil do Colégio Álvaro Guião, mantido pelo governo estadual. Todavia, esses dados nos permitem afirmar que o atendimento à criança pequena no município, nesse período, era feito, principalmente, pela Igreja e pela filantropia.

A partir dos preceitos da medicina, a elite e a igreja ofereciam atendimento educacional às crianças pobres em creches e internatos com o objetivo de reduzir a mortalidade infantil, normalizar as relações entre mães e filhos e evitar a marginalidade, garantindo a conversão dos sujeitos à nova ordem urbana sem, com isso, oferecer riscos à elite local.

No período que denominamos “Período da Assistência”, passamos a assistir iniciativas da prefeitura municipal no sentido de oferecer atendimento em creches para crianças com idade a partir de 45 dias. Esse atendimento não se diferenciava do proposto pela filantropia, tinha os mesmos pressupostos e objetivos e apenas o complementava, garantindo algum investimento público na educação infantil para crianças de 0 a 3 anos e a ampliação do número de crianças atendidas em creches na cidade. Antes do “Período da Assistência”, o poder público municipal investia apenas em programas de educação para crianças de 4 a 6 anos de idade.

No período de 1977 a 1996, as creches continuaram se destinando ao atendimento dos filhos de mulheres trabalhadoras e pobres. As crianças atendidas eram aquelas que moravam na favela, em bairros “sem recurso social nenhum”, que não tinham o que comer e às vezes nem o que vestir – crianças que, segundo as entrevistadas, se não fossem para a creche, ficariam nas ruas, com os irmãos, ou sozinhas em casa.

O atendimento era realizado por pessoas com pouca – ou nenhuma – formação, que se revezavam nos serviços de cozinha, limpeza e cuidado com as crianças. Muitas vezes, a prefeitura se valeu de trabalhos voluntários de pessoas “caridosas e dispostas”, o que revela uma concepção de que, para desenvolver o trabalho que se desejava (receber, alimentar, higienizar e cuidar), qualquer pessoa servia.

A política – implementada nesse período – voltada para as creches, era marcada pelo imprevisto, configurando-se quase como um favor do poder público prestado à população economicamente desfavorecida. A lógica que prevalecia era a das relações clientelistas.

Nacionalmente, esse foi um período de muitas mobilizações e ações da sociedade, reivindicando, nas ruas e em diversos espaços, a ampliação e melhoria do atendimento em creches e o financiamento destas pelo Estado. Em São Carlos, nesse período, havia uma grande demanda por creches, mas se manifestava de forma mais discreta: por meio de ofícios encaminhados pelos movimentos populares do município, abaixo-assinados e de diversos pedidos individuais feitos à prefeitura, em seus diversos órgãos, tais como o Departamento de Serviço Social, o gabinete do prefeito e as próprias creches.

Como não havia, neste município, movimentos sociais ou populares de muita projeção política, de acordo com os entrevistados, o Estado empenhava-se em não ouvir as reivindicações das organizações populares existentes, descaracterizando as ações de movimentos como a Associação de Mulheres – e, até mesmo, os movimentos de bairros. O discurso predominante entre os entrevistados desse período é o de que não existiam movimentos sociais significativos em São Carlos, apesar de reconhecerem a existência de “enormes filas de espera” por vagas em creches.

A maioria delas afirma que não havia rivalidade entre a população (as mães) e o poder público, e que o este fazia muito pelas famílias carentes, mas que essas ações eram fruto da preocupação pessoal de alguns governantes, de forma que não reconhecem a importância da participação popular e dessas reivindicações no processo de elaboração das políticas públicas voltadas para as creches – o que só começa a acontecer a partir de 2001. Contudo, tanto em âmbito nacional quanto local, vimos que as reivindicações da sociedade repercutiram nas políticas públicas, quer seja com a incorporação dos anseios da sociedade na legislação nacional que regula a educação e os direitos das crianças, quer seja com a ampliação do número de creches municipais nos bairros onde a demanda era maior, ainda que associadas à boa vontade do prefeito ou da diretora do DSS.

Desde a criação das primeiras creches pela prefeitura municipal de São Carlos, até o ano de 2006, muita coisa mudou, mas o público alvo das instituições parece continuar o mesmo. Em 1978, de acordo com o Projeto para a Implantação de Central de Creches do DAS, a meta das creches (ou melhor, das políticas para o atendimento de crianças em creches) era “atingir o maior número de pessoas carentes de recursos que necessitam trabalhar fora do lar, dando condições necessárias de sobrevivência aos seus dependentes” (DAS, 1978).

Em 2006 as creches ofereciam às crianças atendidas muito mais do que apenas condições de sobrevivência; no entanto, elas continuavam se destinando às pessoas “carentes de recursos que necessitam trabalhar fora do lar”.

Na fala das pessoas entrevistadas, que respondem ou que responderam pelas creches durante o “Período da Educação”, foi explicitado um conhecimento das leis que regem a educação infantil e que dispõem sobre os direitos das crianças, além de afirmarem que a educação infantil é um direito de toda criança. As políticas implementadas a partir de 2001 deixam de se constituir na lógica do favor para se desenvolverem na lógica do direito.

A caracterização das creches como um espaço educacional e um direito das crianças configura-se como uma ruptura importante na história das políticas para as creche. No entanto, esse é um direito que apesar de estar positivado no discurso, ainda precisa ser conquistado, pois a ausência de recursos para atender toda a demanda, faz com que o Estado tenha que estabelecer prioridades, de forma que continua privilegiando as famílias economicamente desfavorecidas e cujas mães trabalham fora do lar. Como diz a atual Secretária Municipal da SMEC, “Se não pode para todo mundo, pode para quem precisa mais!”

A contratação, em São Carlos, de professoras com formação específica para o exercício da profissão – em nível médio, modalidade normal, ou em nível superior, em cursos de licenciatura – possibilitou uma mudança no enfoque, que agregou às atividades de cuidados, outras, planejadas a partir dos conhecimentos pedagógicos de cada profissional.

A recente aprovação da Lei n. 13889/06 (Estatuto da Educação), que estrutura e organiza a educação pública municipal de São Carlos e a previsão de cinco horas semanais de trabalho pedagógico para os professores – incluindo os das creches –, representa um avanço significativo na compreensão das funções pedagógicas do trabalho docente em creches. Os diversos cursos que vêm sendo oferecidos pela prefeitura às educadoras<sup>98</sup> de creches também contribuem nesse sentido.

No que se refere aos investimentos financeiros e à compra e disponibilização de materiais, a inclusão das creches no sistema de ensino representou a possibilidade de aumento significativo de investimentos nas instituições, apesar de todos os empecilhos trazidos pelo FUNDEF e pela Emenda Constitucional n.14. Isto devido ao orçamento da Secretaria de Educação ser muito maior do que o da secretaria de Promoção e Bem-Estar Social na ocasião da inclusão das creches no sistema municipal de educação.

No ano de 1999, o orçamento do município previa a destinação de 8,52 vezes mais recursos para a Secretaria de Educação e Cultura do que para a Secretaria de Promoção e Bem-Estar Social (R\$3.831.000,00 para a SMPB e R\$32.639.000,00 para a SMEC), de acordo com a Lei n. 11.880/98. Dessa forma, ao longo dos anos que sucederam a incorporação das

---

98 Pajens e professoras

creches no sistema educacional, foi possível – quando houve um desejo político e um comprometimento com a questão – investir nas melhorias necessárias para as instituições de educação infantil.

As falas das pessoas entrevistadas – em especial as entrevistas realizadas com as Profas. Marina Palhares e Géria Montanari – apontam para a construção, reforma e adequação das creches com recursos do município, além de um grande investimento na formação dos profissionais e na compra de equipamentos e materiais em geral. As entrevistas realizadas com os agentes do Estado responsáveis pelas creches no “Período da Assistência” indicaram que essas ações – de construção de creche e de compra de materiais – aconteciam principalmente quando se conseguia algum recurso extra, fosse de outras esferas administrativas, de convênios ou de doações.

A demanda e as pressões sociais sempre existiram, apesar de, em geral, não terem tido muita visibilidade. Os meios utilizados pela população para reivindicar, muitas vezes, permitiram à prefeitura ocultar ou menosprezar tais solicitações. A importância da participação popular no processo de elaboração de políticas passou a ser reconhecida – e mesmo estimulada e fortalecida – durante as duas administrações do prefeito Newton Lima.

Ao identificar a inexistências de “movimentos sociais fortes” no município, este governo buscou fortalecer os grupos existentes, organizando a população e criando espaços institucionalizados para a ação política popular. Com a criação de espaços próprios para a interlocução entre a sociedade e o Estado, observamos uma preocupação, por parte do poder público local, em discutir *com a população* as políticas públicas para o município. Ainda assim, existem demandas que se manifestam em outros espaços – públicos - tais como a câmara de vereadores, o juizado da infância e da juventude ou ainda o Conselho Tutelar, espaços frequentemente utilizados pela população para reivindicar vagas em creches e assuntos diversos.

Este trabalho nos mostra que a divisão da história das creches em “Período da Filantropia”, “Período da Assistência” e “Período da Educação”, foi um importante procedimento metodológico para essa pesquisa, mas esses períodos não são totalmente distintos e não houve uma ruptura definitiva apenas com a inclusão das creches no sistema educacional. As mudanças que vemos hoje, em comparação com outros momentos da história das creches do município, estão mais relacionadas ao empenho político de determinados gestores, ao desenvolvimento da Educação Infantil como campo de estudos da educação e de outras áreas, às pressões exercidas nacionalmente pela sociedade desde a década de 1970 e

com as mudanças sociais e políticas vividas pelo país e pelo município, do que apenas pela inclusão das creches no sistema educacional, comumente chamado de “passagem das creches para a educação”.

No período da “Filantropia” e da “Assistência”, assistimos à urbanização do país e, atualmente, o que vemos é a mudança no modelo político adotado – que valoriza e estimula a participação popular na administração pública. Assim, o Estado passou a utilizar as creches, não mais para formação do sujeito urbano, mas para a formação do cidadão participante – novamente, as crianças e suas famílias: estas últimas, sempre chamadas a participar dos Conselhos de escola, de alimentação escolar, etc.

Apesar das creches atualmente buscarem formar um novo tipo de cidadão, elas continuam se configurando como um importante espaço educacional responsável por desempenhar um processo civilizatório. Nesse processo, os agentes de Estado, enquanto detentores de poder e de força simbólica, são investidos de um importante papel político, de forma que faz-se necessário que estejam comprometidos em manter os avanços conseguidos a tanto custo na educação infantil.

Vimos que, além da pressão social e das mudanças sociais e políticas vividas no município, as concepções individuais e o comprometimento de cada administrador com a educação das crianças de 0 a 3 anos também influenciaram muito as ações de cada gestão e os rumos das políticas voltadas para as creches em cada governo – por vezes, muito mais do que as políticas nacionais.

Tudo isso suscita uma questão relevante, qual seja, a importância de que os cargos da Secretaria de Educação, que respondem pelas creches, sejam preenchidos por profissionais que **i)** conheçam a área da educação infantil, os estudos produzidos e as propostas que vêm sendo feitas e **ii)** estejam efetivamente comprometidos com um projeto de educação infantil que “respeite os direitos fundamentais da criança” e com uma política de educação mais centrada na criança do que na preparação para a escolarização obrigatória.

essa pesquisa mostrou que existiram – na história das políticas de creches de São Carlos – dois momentos distintos: o primeiro, fruto de uma política do favor e do improvisado, marcado por relações clientelistas e familiares. O ano de 2001 marca uma ruptura com esse modelo político e, a partir de então, vive-se um momento marcado pela política do direito e da participação popular.

Mas as políticas públicas para as creches não são fruto de um processo contínuo e não

perseguem um ideal definido. O caminho seguido, os objetivos e as estratégias adotadas por cada administração para as creches dependem do conhecimento sobre o assunto, das concepções de seus gestores municipais e de seu comprometimento com a educação infantil e com os movimentos sociais – sejam eles locais ou nacionais –, bem como da ação popular, que, ao reivindicar suas necessidades e desejos, torna-se participante do processo de elaboração de políticas públicas, seja nos espaços formais criados para este fim, seja nos tantos outros espaços que tem para ocupar e se fazer ouvir. Dessa forma, manter a política participativa e seguir o caminho que começou a ser vislumbrado em 2001, implementar uma política de controle das ações populares ou retomar a política do improvisado nas creches de São Carlos são opções políticas que devem ser tomadas pela população (nos processos eleitorais) e por cada agente do Estado dos governos que virão.

Destacamos que nem a ampliação da produção acadêmica sobre a temática da Educação Infantil, nem a conquista de uma legislação que a regule são suficientes para estabelecer mudanças concretas na área da Educação voltada para o atendimento às crianças pequenas. É preciso que a população esteja sempre disposta a reivindicar, e que os governantes e demais agentes do Estado estejam dispostos a ouvir e a continuar essa luta, para que consigamos, na velocidade possível, tornar realidade o sonho de poder oferecer para todas as crianças – cujas famílias desejem – vagas em uma creche de qualidade, com espaços amplos e adequados às necessidades das crianças, com profissionais formados, brinquedos acessíveis, enfim... Para que consigamos oferecer às nossas crianças creches que “respeitem a criança” (Campos in: Brasil, 1995) e que se configurem como espaço de exercício da infância, de devir-criança, com todas as suas potencialidades. Que sejam espaços de criação e inventividade, e que em nada se pareçam com as escolas de Ensino Fundamental que conhecemos. Que seja um espaço de exercício da diferença e da diversidade, como proposto por Abramowicz (2003) e por Abramowicz e Levcovitz (2005), e que o caráter educacional das creches se configure pela qualidade do serviço oferecido e não pela implementação de um modelo escolarizante de atendimento.

Mas essa é uma luta que envolve a população em geral, os movimentos sociais e populares, o poder público, a academia e todos os que se identificam com a causa das crianças e da educação infantil. Nessa luta, espero também poder contribuir com o conhecimento que acumulei sobre a questão, e que ora apresento na forma dessa dissertação.

essa pesquisa enfatizou as políticas públicas para a educação de crianças de 0 a 3 anos, na cidade de São Carlos, a partir da fala dos agentes do Estado. Ela complementa outras

pesquisas que foram realizadas em virtude do Projeto “Diagnóstico das Creches Municipais de São Carlos”, coordenado pela Profa. Dra. Anete Abramowicz e financiado pela FAPESP (Abramowicz et al, 2004).

Recentemente, a pesquisa realizada por Reis (2007) explicitou a visão das diretoras de creches sobre a realidade da educação infantil das creches de São Carlos, após a sua inclusão na esfera das ações da Secretaria de Educação. É importante que novas pesquisas sejam realizadas a fim de verificar como essas mudanças impactaram o dia-a-dia das creches, sob a ótica das profissionais que lá atuam, das mães que acompanharam essas mudanças, ou ainda – e por que não? – sob a ótica das crianças atendidas.

Faz-se importante também verificar como tudo isso repercutiu nas creches filantrópicas, ainda hoje existentes; quais mudanças elas sofreram nesse período e, ainda, como se configuram as iniciativas do Estado na oferta de educação infantil para crianças com idade inferior a três anos, no período que antecede 1977, bem como a relação entre a sociedade e o Estado na elaboração de políticas públicas para a educação infantil em São Carlos. A questão do impacto da exigência de formação em pedagogia ou em nível médio, modalidade normal, feita pela LDB, para a atuação em creches, é um tema que também pode ser melhor explorado por outra pesquisa, atentando inclusive para uma possível escolarização precoce da infância, uma vez que, de acordo com Kuhlmann Jr., a área da educação e os cursos de formação de professores por muito tempo não se ocuparam da educação infantil e das questões relativas ao atendimento à pequena infância.

Penso que essa pesquisa conseguiu atingir os objetivos a que se propôs e traz importantes contribuições para o estudo e a reflexão sobre as políticas de educação infantil de 0 a 3 anos, somando ao debate que vem sendo feito pela área e oferecendo subsídios para que os diversos atores sociais – do Estado e da sociedade - continuem buscando a melhoria da qualidade da educação infantil municipal destinada a essas crianças.

## Referências Bibliográficas

- ABRAMOWICZ, A. **O direito das crianças à educação infantil**. Pro-Posições, v.14, n.3 (42) - set/dez. 2003.
- ABRAMOWICZ, A, BASSO, A, BASSO, I, MELLO, M. **Diagnóstico das creches municipais de São Carlos – Programa de Pesquisa em Políticas públicas**. Relatório final/FAPESP– 2ª. Fase. São Carlos, 2004.
- ABRAMOWICZ, A. e LEVCOVITZ. *Tal infância. Qual criança?* In: ABRAMOWICZ, A. e SILVÉRIO, V. (orgs.) **Afirmando diferenças: Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. Campinas: Papirus, 2005.
- ABRAMOWICZ, A, SILVÉRIO, V, OLIVEIRA, F e TEBET, G. **Trabalhando a diferença na educação infantil**. São Paulo: Ed. Moderna, 2006
- ABREU, J. **Política, Economia e Desenvolvimento Urbano na cidade de São Carlos (1880 – 1960)**. São Carlos: UFSCar, 2000. 125 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PPGCSO, UFSCar.
- ALMEIDA, O. **Educação Pré-Escolar: uma análise das políticas para a pré-escola**. São Carlos: UFSCar, 1994. 139 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE, UFSCar.
- AMUSC. Estatuto da Associação de Mulheres de São Carlos. Mimeo, 1981.
- AQUINO, L. *As políticas Sociais para a infância a partir de um olhar sobre a História da criança no Brasil* In: ROMAN, Eurilda Dias e STEYER, Vivian Edite (Orgs.). **A criança de 0 a 6 anos e a educação Infantil: um retrato multifacetado**. Canoas, Ed. ULBRA, 2001.
- ARELARO, L e VALENTE, I. **Educação e Políticas Públicas**. São Paulo: Ed. Xamã, 2002.
- ARENDETT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972. Coleção Debates, n.64.
- \_\_\_\_\_. **O que é política?** Editoria Úrsula Ludz; trad. Reinaldo Guarany . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- \_\_\_\_\_. *As esferas pública e privada* In: **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo - 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- ARRETCHE, M. **Banco Nacional de Habitação (BNH)**. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/CDBBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/economia/saneam/planasa/bn/h/apresent.htm>> Acesso em 24/05/2007 08:27
- BARRETO, E. *Políticas públicas de educação: atuais marcos de análise*. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 90. S. Paulo: FCC, agosto, 1994.
- BARRETO, A. *A Educação Infantil no contexto das políticas públicas*. In: **Revista Brasileira de Educação** n. 24, set./out./nov./dez, 2003.

BITTAR, M; SILVA, J.P.O E MOTTA, M.C.A *Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil*. In: RUSSEFF, I; BITTAR, M (orgs.). **Educação Infantil: Política, formação e prática docente**. Campo Grande: UCDB, 2003.

BRASIL. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: <[www.mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf](http://www.mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf)> Acesso em 15/09/2004 21:37

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Política Nacional de Educação Infantil. Brasília, 2005

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Programas da Secretaria de Educação Básica do MEC para a valorização dos profissionais de educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 08/06/2005b.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. Lei n. 6.453, de 25 de junho de 1970

\_\_\_\_\_. Lei n. 7.631, de 13 de agosto de 1976

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.412, de 21 de maio de 1980

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.763, de 05 de maio de 1987

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.283, de 03 de abril de 1990

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.135, de 08 de fevereiro de 1996

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.261, de 06 de fevereiro de 1997

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.880, de 30 de dezembro de 1998

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.923, de 14 de dezembro de 2001

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.486, de 16 de dezembro de 2004

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.889, de 18 de outubro de 2006

CAMARGO, R.B. *Reflexões sobre a administração municipal da educação: um início de conversa...* in: **Revista Educar**, Curitiba, n. 22, p. 175-219, 2003.

CAMPOS, M. *A legislação, as políticas nacionais de educação infantil e a realidade: desencontros e desafios* In: MACHADO, M. (org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

COELHO, R. *Múltiplas Políticas: por uma política integrada para a infância*. In: **15º Congresso de Leitura do Brasil, IV Seminário de Linguagens na Educação Infantil**, 2005, Campinas, anotações pessoais de TEBET, G.

COSTA, J. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2a edição, 1983.

CRECHE RUTH BLOEN SOUTO INAUGURADA POR MASSEI EM VILA CARMEM. *Jornal a Tribuna*, São Carlos, 10 de novembro de 1982.

CUNHA e CUNHA. Políticas Públicas Sociais in: Carvalho, Salles, Guimarães e Ude (Orgs.) *Políticas Públicas*. Belo Horizonte, Editora UFMG, Proex, 2002.

DAMASCENO, L. **O controle social das políticas públicas para a infância e adolescência: uma análise do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Natividade/RJ**. 2006. 206 páginas. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

DAS – Depto. de Assistência Social de São Carlos. **Projeto para a Implantação de Central de Creches**, 1978.

DAS – Depto. de Assistência Social de São Carlos. **Plano para Instalação de Creches**, 1979.

DEVESCOVI, R. **Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos**. São Carlos, 1987.

DIDONET, V. *A LDB e a política de educação infantil*. In: MACHADO, M.L de A. (org). **Educação Infantil em tempos de LDB**. São Paulo: FCC/ DPE, 2000 (Textos FCC, n.19)

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro, Graal, 2001.

FARIA, A. **Políticas de regulação e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica**. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 25/01/2007 15:40

FRANCO, M. *O homem comum, a administração e o Estado*. In: FRANCO, M. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. (Biblioteca básica)

GIL, J. (org.) **Educação Municipal: Experiências de políticas democráticas**. Ubatuba: Estação Palavra, 2004.

GOHN, M. **Teorias do Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997

GUIMARÃES, J. *O financiamento da educação infantil: quem paga a conta?* In: MACHADO, M. (org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

HÖFLING, J. *Estado e políticas (públicas) sociais*. In: **Caderno Cedes**, ano XXI, n.55, novembro, 2001.

HUZIWARA, E. **Educação Infantil: Pré-Escolas em São Carlos**. 2006. 47 paginas. Monografia (Especialização em Educação Infantil) – PPGE, UFSCar, 2006.

IESDE. Disponível em: <[www.iesde.com.br](http://www.iesde.com.br)> Acesso em 09/04/2006 17:18

JORNAL O DIÁRIO. Sem título. São Carlos, 10/11/1991

JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Casa – Histórico do Atendimento disponível em: <<http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=493&Cod=485>> Acesso em 15/08/2006.

KRAMER, S. **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

\_\_\_\_\_. **Com a pré-escola nas mãos**. 14a edição. São Paulo: Ática, 2005b

KUHLMANN JR, M. *Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899 – 1922)*. In: **Cadernos de Pesquisa** n. 78, 1991.

\_\_\_\_\_. **Infância e educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre, Ed. Mediação, 1998

\_\_\_\_\_. *Educação Infantil e Currículo*. In: FARIA, A e PALHARES, M (orgs.) **Educação Infantil Pós-LDB: Rumos e Desafios**. Campinas: Autores Associados; São Carlos: EdUFSCar; Florianópolis: EdUFSC, 1999.

KUHLMANN JR, M. e ROCHA, J. *Educação no asilo dos expostos da Santa Casa em São Paulo: 1896-1950*. In: **Cadernos de Pesquisa**. Dez 2006, vol.36, n.129, p.597-617.

LAVERDI, R. **Na trilha das reivindicações: movimentos populares de moradia em São Paulo e a luta pela Reforma Urbana na Constituinte (1980-1988)**. Disponível em: <[http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03\\_atg5.htm](http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_atg5.htm)>. Acesso em 24 abr. 2005.

LEAL, V. **Coronelismo, Enxada e Voto (o município e o regime representativo no Brasil)**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1975

LORENZONI, I. **Seminários discutem nova política de educação infantil**. Disponível em: <[www.mec.br/assessoria/comunicacaosocial/noticias](http://www.mec.br/assessoria/comunicacaosocial/noticias)> Acesso em 17 set. 2004.

MALACHIAS, A (org.) **2002 - Jubileu de Ouro da Creche Anita Costa: uma infância de 50 anos**. Material de divulgação, comemorativo dos 50 anos da instituição. São Carlos, 2002.

MARCÍLIO, M. *A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726 – 1950*. In: FREITAS, M. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MARIANI, S; FORMIGONI, O; VILLANI, C; FREITAS, M. **A cidade de São Carlos, 1970**. mimeo.

MOREIRA, M. NEM SOLDADOS NEM INOCENTES: Jovens E TRÁFICO DE DROGAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. 2000. 172p. . Dissertação (Mestrado em Ciências) – ENSP, 2000. disponível em : <<http://portaldeses.cict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/2000/moreiramrm/capa.pdf>>

OBRAS E MELHORAMENTOS REALIZADOS PELAS ADMs. MASSI. Jornal A Tribuna,

São Carlos, 04/11/1982 – Ed. Especial.

OECD. **Educação e Cuidado na Primeira Infância. Grandes Desafios.** Brasília: UNESCO.

OLIVEIRA, F. **Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?** 2004. 112 páginas. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE, UFSCar, 2004.

ORTEGA, F. *Esvaziamento do Político – Reinvenção do Espaço Público.* In: **Para uma política da amizade. Arendt, Derrida e Foucault.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000

PALHARES, M. **Movimentos Comunitários Urbanos em São Carlos: A conquista da cidadania num universo relacional.** 1995. 189 páginas. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação., USP, 1995.

PALHARES, M. *O direito à educação infantil em São Carlos.* In: GIL, Juca (org.) **Educação Municipal: experiências de políticas democráticas.** Ubatuba, Estação Palavra, 2004.

PASSETI, E. *Crianças carentes e políticas públicas* In: DEL PRIORI, M. **História das crianças no Brasil.** São Paulo, Contexto, 2000

PEQUENAS COISAS QUE DESCONTENTAM OS MUNÍCIPES, Jornal O Diário, São Carlos, 01/10/85.

PICCOLO, T. **O discurso e a realidade do atendimento de crianças em creches.** São Carlos: UFSCar, 1983. 275 p. Mestrado (Pesquisa Educacional)-UFSCar. CECH-Centro de Educação e Ciências Humanas. E.

PIPITONE, M. **Programa de formação integral da criança - "PROFIC" - da proposta teórica à implementação: o caso de Piracicaba – SP.** 1991. 169 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSCar, 1991.

PIROLLA, M. **V Simpósio Estadual sobre o problema da criança.** 1961 Mimeo

\_\_\_\_\_. *Lactário e Parque infantil.* In: PIROLLA, M. **Resgate – Crônicas da Antiga São Carlos.** São Carlos: Felicia Ltda, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. Administração Antônio Massei. São Carlos: Tipografia Pinhal Ltda., 1982.

\_\_\_\_\_. Edital de concurso público para provimento de vagas no magistério municipal n. 001, de 18 de abril de 1989.

\_\_\_\_\_. Edital de concurso público para provimento de empregos n. 013, publicado no jornal A Folha, São Carlos, 02 de dezembro de 1990.

\_\_\_\_\_. Edital de concurso público para provimento de emprego, n. 064, de 19 de abril de 1996.

\_\_\_\_\_. Edital de concurso público n. 086, publicado no jornal A Folha, São Carlos,

23 de julho de 1998.

\_\_\_\_\_. Edital de concursos públicos, publicado no jornal A Folha, São Carlos, 9 de setembro de 2003.

\_\_\_\_\_. Edital de concurso público n. 94, Pajem, de 10 de dezembro de 1999.

\_\_\_\_\_. Ofício n. 80/07 – SMAP/DiGP, de 08 de fevereiro de 2007.

\_\_\_\_\_. SMEC. Departamento de Educação Infantil. Escolaridade das educadoras de creches. 2005.

\_\_\_\_\_. SMEC. MINUTA DO CONVÊNIO com a UNICEP.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Emenda Constitucional n. 14, de 12 de setembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm)> Acesso em 28/09/2005 17:08

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 9424, de 24 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9424.pdf>> Acesso em 11/04/2006 21:09

QUEIROZ, M. *Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”*. In: SIMON, O. **Experimentos com histórias de vida: Itália – Brasil**. São Paulo, Vértice, 1988.

RIZZOLI, A. **Assistencialismo e Marginalidade**: em São Carlos. Piracicaba: USP, 1978. 159 p. Mestrado (Ciências Sociais Rurais)-USP-ESALQ.

RIZZOLI, L. **Mulheres trabalhadoras em São Carlos**: um estudo sobre a articulação entre trabalho e vida familiar. Piracicaba: UNIMEP, 1983. 207 p. Mestrado (Sociologia)-Universidade Metodista de Piracicaba

REIS, M. **A gestão das creches municipais de São Carlos: da assistência à educação (1999 – 2004)**. 223 páginas. Tese (Doutorado em Educação) – PPGE, UFSCar, 2007.

ROCHA, E. *A Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma Pedagogia da Educação infantil*. Florianópolis, NUP/UFSC, 1999.

ROSEMBERG, F. *Expansão da educação Infantil e processos de exclusão*. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, julho, 1999.

\_\_\_\_\_. *Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil*. In: **Revista Brasileira de Educação**, n.16, jan/fev/mar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Organizações multilaterais, Estado e Políticas de Educação Infantil* In: **Cadernos de pesquisa**, n. 115, março, 2002.

\_\_\_\_\_. *Do embate para o debate: educação e assistência no campo da educação infantil*. In: MACHADO, M. (org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, G. **Atividades desenvolvidas em instituições pré-escolares de São Carlos – um estudo preliminar, a partir de relatos de professores.** São Carlos: UFSCar, 1980. 170 p. Mestrado (Planejamento de Ensino)-UFSCar. CECH-Centro de Educação e Ciências Humanas Ed.

SALESIANOS. Salesianos 1949 – 1999: Educandário São Carlos. Material de divulgação, comemorativo dos 50 anos da instituição. São Carlos, 1999.

SANCHES, E. C. *Creche no Brasil – Da história política à perspectiva pedagógica.* In: \_\_\_\_\_ . **Creche: Realidade e ambigüidades.** Petrópolis, Vozes, 2003.

SEM TÍTULO, Jornal O DIÁRIO, São Carlos, 10/11/1991.

SILVA, R. **Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas.** São Paulo: Ed. Atica, 1998.

TELES, M. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Tudo é história, n.159)

TRUZZI, O. **Café e Indústria no Interior de São Paulo (o caso de São Carlos).** São Paulo: FGV, 1985. 272 p. Mestrado (Administração e Planejamento Urbano)-EAESP-FGV.

UNESCO. Os serviços para a criança de 0 a 6 anos no Brasil: algumas considerações sobre o atendimento em creches e pré-escolas e sobre a articulação de políticas. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

VEYNE, P. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.** 4<sup>a</sup>. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIEIRA, L. *Mal necessário: Creches no Departamento Nacional da Criança (1940 -1970).* In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.67, p.3-16, novembro, 1988.

VIEIRA, L. e MELO, R. *A creche comunitária “casinha da vovó”: Prática de Manutenção/ Prática de Educação.* In: **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 62, p.60 – 78, agosto, 1987.

YAMIN, G. **A evolução do atendimento Pré-Escolar do Estado do Mato-Grosso do Sul a partir de uma análise do histórico das propostas governamentais.** São Carlos: UFSCar, 2001. 143 p. Mestrado (Metodologia do Ensino)-UFSCar. CECH-Centro de Educação e Ciências Humanas Ed.

ZAMBON, M. **Caderno de anotações**, 2003.

# **Anexos**

## ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 - Tabela das creches municipais de São Carlos e data de criação.....	148
Anexo 2 - Localização das creches no mapa do município.....	149
Anexo 3 - Mapa do crescimento espacial do município de São Carlos e da ocupação populacional de acordo com a renda per capita do chefe da família.....	151
Anexo 4 - Editais dos concursos para pajens e professoras.....	154
Anexo 5 - Organogramas detalhados sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal de São Carlos.....	180
Anexo 6 - Roteiro das entrevistas com dados iniciais sobre as ações de cada governo.....	195

## Anexo 1 – Tabela das creches municipais de São Carlos e data de criação

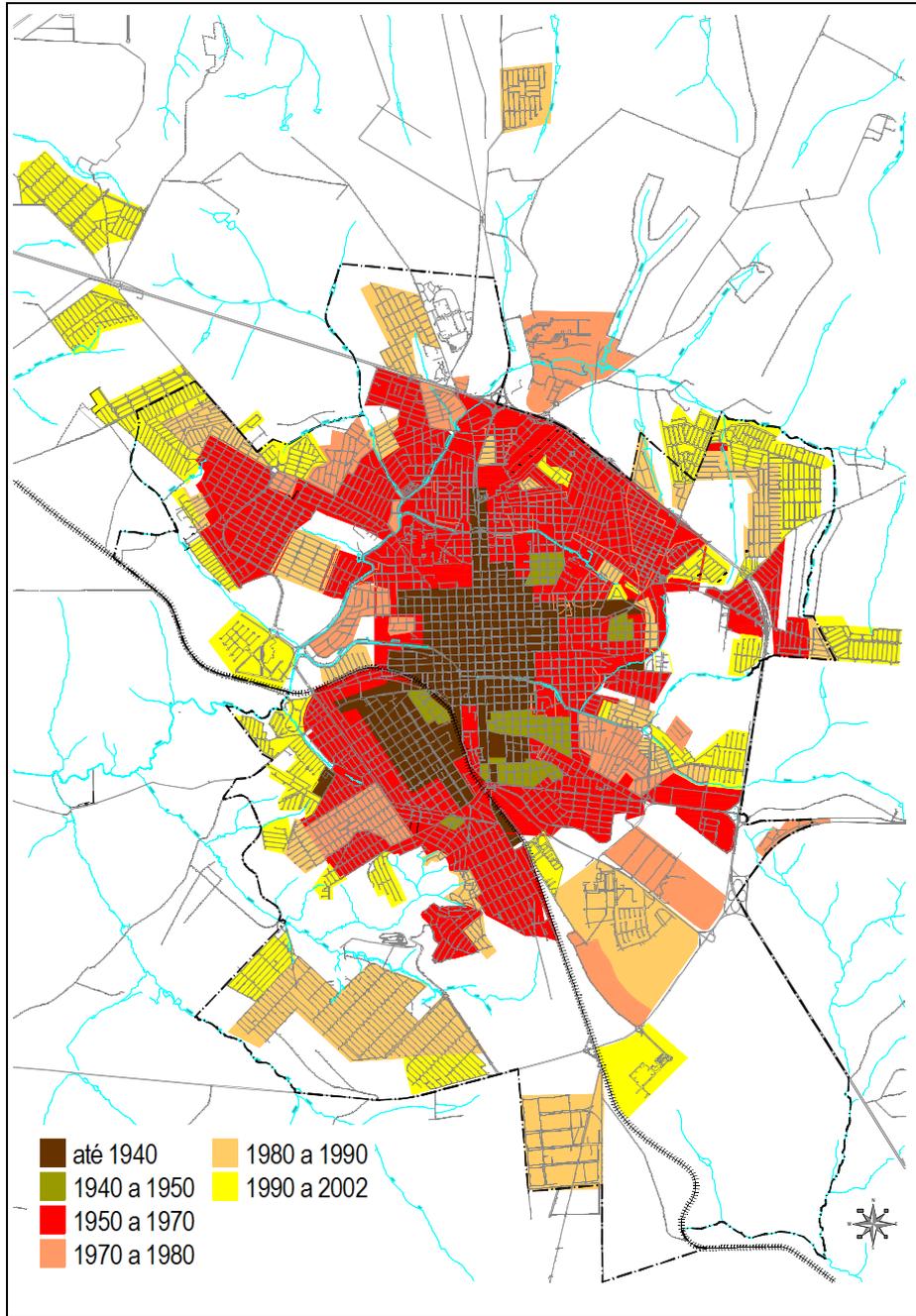
<b>Nome de Creche</b>	<b>Bairro</b>	<b>Ano</b>	<b>Prefeito</b>
Creche Ruth Bloen Souto	Vila Carmem	1982	Antônio Massei
Creche João Paulo	Jd. Pacaembu	1982	Antônio Massei
Creche José Marrara	Jd. Sta. Maria	1983	Dagnone de Mello
Creches Pedro Pucci	Jd. Bandeirantes	1984	Dagnone de Mello
Creche Bruno Panhoca	Jd. D. Francisca	1985	Dagnone de Mello
Creche Dionísio da Silva	Sta. Eudóxia	1987	Dagnone de Mello
Creche Juliana Perez	Jockey Club	1991	Vadinho Guzzi
Creches João Muniz	Cruzeiro do Sul	1994	Rubens Rubinho
Creche Dário Rodrigues	Cidade Aracy	1994	Rubens Rubinho
Creche Therezinha Ríspoli Massei	Jd. Gonzaga	1998	Dagnone de Mello
Creches Amélia Botta	Arnon de Mello	2000	Dagnone de Mello
Creche Gildiney Carreri	Santa Angelina	2000	Dagnone de Mello
CEMEI Maria Consuelo B. Tolentino	Antenor Garcia	2002	Newton Lima
CEMEI Maria Alice V. Macedo	Cidade Aracy	2006	Newton Lima

**Anexo 2 - Localização das creches no mapa do município**



**Anexo 3 – Mapa do crescimento espacial do município de São Carlos e da ocupação populacional de acordo com a renda per capita do chefe da família.**

### Expansão da Área Urbana de São Carlos



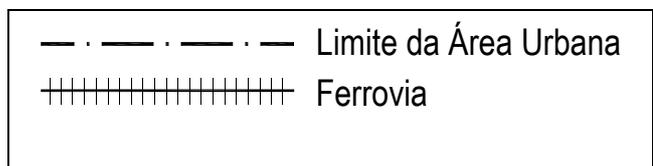
Fonte: Prefeitura municipal da São carlos. Diagnóstico Para o Plano Diretor, 2002

População:

1940 – 48.609 hab

1970 – 85.425 hab

2001 – 197.187 hab





## **Anexo 4- Editais dos concursos para pajens e professoras**



















































**Anexo 5 - Organogramas detalhados sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal de São Carlos**





























**Anexo 6 – Roteiro das entrevistas com dados iniciais sobre as ações de cada governo**

## **Prefeito Antônio Massei (1967 - 1982)**

Depto. de Serviço Social (DSS) –  
 Coordenação de Creches –

### ***Dados da cidade:***

#### *6 creches filantrópicas*

1. Anita Costa (1955)
2. Nosso Lar (1962)
3. Padre Teixeira (1962)
4. Divina Providência (1966)
5. Aracy Pereira Lopes (1967)
6. Casa do Caminho (1967)

→ A creche Anita Costa foi inaugurado por Antônio Massei, então prefeito e tinha convênio com o serviço de Menores do Estado de São Paulo.

#### *2 creches municipais*

1. Ruth Bloen Souto (1982)
2. João Paulo II (1982)

→ Construídas com verba do BNH, e inauguradas no aniversário de 125 anos da cidade. Projeto CURA.

*2 creches estaduais* (em parceria com a prefeitura),

1 creche mantida pelo *Serviço de Obras Sociais de São Carlos* e

3 instituições de internato e semi-internato infantil (dados de Germana Rodrigues – UFSCar, 1980)

→ Cursos Maternal e CEAPE (Centro de Educação e Alimentação do Pré-escolar) aparecem no estatuto do magistério de 1976 como área de atuação de professoras (não pajens!)

→ Pajens e encarregadas eram indicadas. Professoras CEAPE também? Qual o critério que se utilizava para a seleção?

→ 1981: Fundação da AMUSC

## **Prefeito Dagnone de Mello (1983 - 1988)**

Depto. de Serviço Social (DSS) – Ângela Maria Maceli Dioli

Coordenação de Creches – Valéria Ferreira Reis Trevisan\*

Isabel Cristina Frederico

### ***Dados da cidade:***

#### ***4 creches municipais***

3. Pedro Pucci (1983)
4. José Marrara (1984)
5. Bruno Panhoca (1985)
6. Dionísio da Silva (1987)

→ A creche Pedro Pucci funcionava como albergue infantil

→ O Estatuto do Magistério de 1987 extingue a função de professor de curso maternal e CEAPE

**Prefeito Vadinho Guzzi (1989 - 1992)**

Depto. de Serviço Social (DSS) – Maria Lourdes Micelli e Silva

Coordenação de Creches – Valéria Ferreira Reis Trevisan (Continuou por um tempo)

Elisabeth Lino

Maria Helena Coca Ludovice

***Dados da cidade:***

1 *creche municipal*

7. Juliana Perez (1991)

1 Albergue Infantil

Albergue João Muniz (1991)

→ 1º Concurso para Pajem, em 1990, exigia idade mínima de 16 anos e 44 horas de experiência profissional.

## **Prefeito Rubens M. Rubinho (1993 - 1996)**

Depto. de Serviço Social (DSS) – Sueli Miguel Marani (*ficou pouco tempo*)

Elisabeth Lino da Silva

Coordenação de Creches –

### ***Dados da cidade:***

1 creche filantrópica:

Creche Caminhada com Jesus (*Provavelmente* 1996)

2 creches municipais

8. João Muniz (1994)

9. CAIC - Centro de Apoio Integral à Criança (1994)

→ A creche João Muniz funcionava como albergue infantil

→ Extingue a função de “encarregado de creche” (Lei n. 11003/95)

→ Em 1996 o Estatuto do magistério cria a função “Diretor de Escola de Educação Infantil”

→ 2º Concurso para Pajem, em 1996. Não exigia idade mínima, tempo de experiência nem formação mínima.

→ LDB (1996)

## **Prefeito Dagnone de Mello (1997 - 2000)**

Secretaria de Promoção e Bem-Estar Social –

Coordenação de Creches –

Secretaria de Educação e Cultura – Nilson Passoni

Dulce Mazieiro Piccoli (*Coordenadora pedagógica da SMEC*)

### ***Dados da cidade:***

#### ***3 creches municipais***

10. Therezinha Ríspoli Massei (1998)

11. Amélia Botta (2000)

12. Gildiney Carreri (2000)

→ A creche Therezinha Massei foi construída através de uma parceria entre a SPBES e SMEC.

→ Foi nessa administração que as creches passaram a ser responsabilidade da SMEC.

→ Lei que institui o Suprimento de Fundos

→ 1999: 3º Concurso para Pajem! Formação Mínima: 8ª série do ensino Fund.

→ Convênio com a creche caminhada com Jesus para oferta de profissionais e merenda (Convênio n. 002/97)

## **Prefeito Newton Lima (2001 - 2004)**

Secretaria de Educação e Cultura – Rubens

Marina Palhares

Maria de Lourdes Crempe (*Orientadora Educacional da SMEC*)

### ***Dados da cidade:***

2 CEMEIs

13. Water Blanco (2002)

14. Maria Consuelo Brandão Tolentino (2002)

→ A CEMEI Walter Blanco atende apenas crianças de 4 a 6 anos

→ A CEMEI Maria C. B. Tolentino inicialmente atendia apenas crianças de 0 a 3 anos, mas em 2005 foi ampliada e passou a atender crianças de até 6 anos

→ 2001: Eleições para diretores de creches

→ 2002: Oferta de Carga Suplementar para professores de EMEI atuarem em creches

→ 2003: Criação dos Conselhos de Escola (decreto n. )

→ 2003: Possibilidade de remoção para creches para professores de EMEI.

→ 2003: 1º Concurso para professor com área de atuação em creches.

## **Prefeito Newton Lima (2005 - 2008)**

Secretaria de Educação e Cultura – Geria Montanari

Maria de Lourdes Crempe (*Diretora do Depto de Educação Infantil da SMEC*)

..... Diniz (*Diretor do Depto de Educação Infantil da SMEC a partir de .....*)

### ***Dados da cidade:***

→ A EMEI Santo Piccinin passou a atender, no 2<sup>o</sup> semestre de 2005, crianças de 1 a 3 anos em uma turma especial com 19 crianças.

→ As crianças de 6 anos passaram a freqüentar o ensino fundamental. O que gerou alteração na faixa etária atendida em creches e EMEIS, que passaram a atender, respectivamente, crianças de 0 a 2 anos e de 3 a 5.

## **Tópicos a serem abordados nas entrevistas:**

- **Atendimento à demanda:** Qual o critério para a matrícula das crianças? N. de crianças atendidas, necessidade de creches...
  
- **Trabalho desenvolvido nas creches:** Seleção de profissionais, Jornada de trabalho, Atividades desenvolvidas pelas pajens/profas e pela secretaria competente, serviços prestados à comunidade...
  
- **Recursos Financeiros e Materiais:** Verba destinada para as creches, brinquedos, parques, material de pintura e desenho, músicas, Verba para a alimentação...
  
- **Pressões Sociais:** Que grupos? O que reivindicavam?